

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE.**

DISSERTAÇÃO

**O TRABALHO “PRECOCE” DOS FILHOS DE AGRICULTORES
NO MUNICÍPIO DE VARRE-SAI / RJ**

Laudirléa Silva dos Reis

2012



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**O TRABALHO “PRECOCE” DOS FILHOS DE AGRICULTORES
NO MUNICÍPIO DE VARRE-SAI / RJ**

Laudirléa Silva dos Reis

Sob a Orientação do Professor
John Cunha Comerford

Dissertação de mestrado apresentada como
requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciências Sociais no Programa de
Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Dezembro de 2012

331.31098153 R375t T	<p>Reis, Laudirléa Silva dos.</p> <p>O trabalho “precoco” dos filhos de agricultores no município de Varre-Sai - RJ / Laudirléa Silva dos Reis, 2012.</p> <p>103 f.</p> <p>Orientador: John Cunha Comerford</p> <p>Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.</p> <p>Bibliografia: f. 91-95</p> <p>1. Trabalho Infantil - Teses. 2. Agricultura familiar – Teses. 3. Noroeste do Rio de Janeiro – Teses. 4. Moralidades – Teses. I. Comerford, John Cunha. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.</p>
----------------------------	---

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

LAUDIRLÉA SILVA DOS REIS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM ----/----/-----

John Cunha Comerford (Dr.) CPDA/UFRRJ
(Orientador)

Cláudia Job Schmitt (Dr.^a) CPDA/UFRRJ

Adriana de Resende Vianna (Dr.^a) MN/UFRRJ

Maria José Teixeira Carneiro (Dr.^a) CPDA/UFRRJ

Marta Cioccarì (Dr.^a) Prodoc/MN/UFRRJ

AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer e são tantas pessoas importantes em minha vida, que algumas páginas não seriam suficientes para enaltece-las.

Primeiramente, sou grata a minha família que me deu apoio, força e ensinou que nossos sonhos são possíveis de serem alcançados. Obrigada, queridos pais e querida irmã, pelo carinho e coragem nas horas difíceis. Obrigada, querido Robson, pelas palavras de incentivo e pelo sorriso, sempre alegrando meus dias.

Não tenho palavras suficientes para mensurar o quanto meu querido companheiro Gustavo foi importante em minha vida e em todos os momentos da minha jornada profissional. Ensinou-me a importância de lutar por aquilo que desejo, mostrando o quanto sou capaz de conquistar meus objetivos. Se há uma pessoa que acredita no meu potencial, esta é meu amado Gustavo.

Agradeço imensamente a todos os amigos que fiz no CPDA, sempre buscando compreender minhas angústias, dando força, mostrando que seria possível realizar o que eu queria. Fiz amigos incríveis. São tantos que seria injusto mencionar seus nomes, correndo o risco de deixar alguém de fora. Mesmo assim, meus sinceros agradecimentos a Ana Paula, Miguel, Mário, Inajara, Rosana, Bernardo, Elzinha e Bruno, amigos que fiz e vou cultivar ao longo da vida. Quero que cada um saiba de sua importância para minha formação como pessoa e pesquisadora. Agradeço por cada sorriso, cada abraço e cada palavra de incentivo. Muito obrigada!

Um agradecimento magistral aos meus amigos de vida, que estão presentes em tantos momentos importantes, me apoiando, oferecendo um ombro amigo e fazendo com que eu nunca me esqueça do quanto sou especial, do quanto sou capaz de realizar. Obrigada a Marlúcia, Rachel, Milena, Luana, Thaís, Marina, Helô, Carol, Alessandra, Marcão, Bohrer, Davi, Pedro Campeão, enfim, a todos meus amigos queridos de vida e de coração.

Ao meu eterno orientador Ailton Mota de Carvalho, com seu sorriso, abraço amigo e ensinamentos sobre a vida, a carreira e pesquisa. Nunca guardando para si seus segredos, sempre disposto a compartilhar seu conhecimento e mostrando que sou capaz de atingir meus objetivos, que é só desejar e trabalhar para isso.

Um sincero agradecimento ao senhor Sebastião Paulante e a Dona Dilméia, por abraçarem minha pessoa, minha pesquisa e meus anseios e darem força diante das dificuldades encontradas. Acordando cedo para acompanhar minha pesquisa, apresentando

peessoas, confiando a mim sua casa, para que eu pudesse ficar e realizar meu trabalho. Muito obrigada!

Às pessoas que convivi durante o tempo da pesquisa de campo, aos meus queridos entrevistados que abriram as portas de suas casas para que eu pudesse saber de suas vidas, acompanhando sua rotina, sua família, ouvindo suas histórias e, assim, enriquecendo minha vida como ser humano e profissional. Obrigada a todas as famílias pesquisadas, aos seus membros queridos. Sem vocês seria impossível realizar esse estudo.

Ao professor John Comerford por sua orientação, ensinamentos e palavras amigas. Sem sua presença marcante, o trabalho não teria a qualidade conferida a uma dissertação de mestrado. Sempre atuando em minhas dúvidas, organizando minhas ideias confusas e dando plena atenção ao trabalho desenvolvido. Um excelente profissional, professor e, agora, amigo.

Aos professores do CPDA por aguçarem meu lado investigativo, por repassarem seus ensinamentos de forma clara, sincera, questionando, demonstrando que fazer pesquisa é coisa séria, que temos que ter cuidado com a metodologia, teoria, enfim, conhecer algo profundamente antes de ir a campo. Obrigada por me proporcionar um amadurecimento profissional e emocional.

Aos queridos profissionais do CPDA, por me ajudarem e nunca medirem esforços para que todas minhas solicitações fossem atendidas. Também um especial agradecimento ao amigo Henrique e querida Teresa, sempre sorridentes e com uma palavra amiga nas horas difíceis.

Por fim, agradeço a CAPES o apoio financeiro indispensável para a execução e finalização deste trabalho.

RESUMO

REIS, Laudirléa Silva dos. **O Trabalho “Precoce” dos Filhos de Agricultores no Município de Varre-Sai-RJ**. 2012. 103 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2012.

O objetivo desta pesquisa foi descrever e analisar visões distintas a respeito da questão do trabalho infantil. Para o Estado este tema é reconhecido como um problema social, sendo o foco de preocupações de diversas agências. Por outro lado, um investimento das ciências sociais indica o valor desta prática para a agricultura familiar, tanto como necessidade de mão de obra, quanto processo socializador e moralizante através de práticas ligadas ao trabalho, à terra e à reprodução de um modo de vida rural. Podemos dizer que, em se tratando das discussões jurídicas, o trabalho infantil possui uma idade fixa para que seja aceito e, em algumas atividades, é considerado nocivo à saúde e ao desenvolvimento das crianças e adolescentes. Já na estrutura da agricultura familiar, há outra percepção do trabalho das crianças. Mesmo havendo a preocupação com a legalidade dessa prática, percebemos uma necessidade - tanto financeira quanto moral - de se colocar crianças e adolescentes em atividades laborais, seja nas lavouras ou em trabalhos domésticos. Nossa intenção foi um trabalho em torno dessas questões, por meio de pesquisa de campo em um município onde a agricultura familiar é importante. O reconhecimento moral em torno de ser ou não ser uma “boa pessoa” está implícito em práticas ligadas ao trabalho como fator moralizante e educativo. Ser uma pessoa trabalhadora é ter a mão calejada, o suor no rosto e ser reconhecido socialmente por isso. As principais estratégias metodológicas constituíram em trabalho de campo, envolvendo observação participante e realização de entrevistas gravadas e informais através de um roteiro flexível. A pesquisa de campo foi feita junto a famílias de meeiros e proprietários de terras, incluindo também crianças, adolescentes, professores da região e membros da igreja católica, no município de Varre-Sai, na região noroeste do estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Trabalho infantil, agricultura familiar, Noroeste do Rio de Janeiro, moralidades.

ABSTRACT

REIS, Laudirléa Silva dos. **Child Labour Among Farmer's children in the Municipality of Varre-Sai-RJ**, Rio de Janeiro State. 2012. 94 p. Dissertation (Master of Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Institute of Humanities and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2012.

This research aimed at describing and analyzing distinct visions about the child labour issue. To the State, this theme is regarded as a social problem, and it has been the focus of concern by its several agencies. On the other hand, the Social Sciences have indicated the value of this practice to small farmers to supply labor force's needs as well as a socializing and moralizing process, through practices related to work, land and reproduction of a rural lifestyle. We can say that, regarding legal discussions, child labour has a fixed minimum age to be accepted, and in some activities, it is considered harmful to children and teenagers' development and health. As for household agriculture, there is a different perception on the children's labour. Although there is a concern about the legality of this practice, we noticed the necessity – as financial as well as moral – of giving working activities to children, either farming or doing house chores. We intended to study these issues through field research in a town where small farming is important. The moral recognition about being or not a “good person” is implicit in practices related to work as a moralizing and educational factor. Being a hardworker means to have calloused hands, sweated face and to be socially recognized for that. The main methodological strategies used were field work, involving participant observation and informal recorded interviews carried out through a flexible guide. The field research was carried out among families of landowners and sharecroppers, including children, adolescents, religion teachers and members of the local Catholic Church, in the municipality of Varre-Sai, in the northwest region of Rio de Janeiro State.

Keywords: Child labor, family farm, northwest of Rio de Janeiro, moralities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – A INFÂNCIA E O TRABALHO.....	5
1.1. Da Infância Tutelada à Infância Sujeita de Direitos.....	5
1.2. A Infância Através da Pobreza e da Exploração do Trabalho Infantil.....	15
1.3. Relativização da Ideia de Infância e o Trabalho como Processo Educativo e Socializador.....	18
1.3.1. Visão de infância: a construção da categoria	18
1.3.2. O trabalho como processo educativo: socialização de crianças e adolescentes	22
1.4. A Infância Camponesa	25
1.4.1. Ser “precoce”: entendimento sobre o ciclo de vida.....	32
CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA.....	36
2.1. O Município de Varre-Sai e um Breve Relato de sua História	36
2.2. Varre-Sai Atual: A Importância Econômica do Café.....	42
2.3. O Sítio Vai e Volta e seus Arranjos Familiares.....	46
2.4. Os Meeiros e os Proprietários de Terra	49
2.5. Apresentação das Famílias Pesquisadas: O Cotidiano	54
CAPÍTULO III – RELATIVIZANDO O TRABALHO <i>PRECOCE</i> : TRANSMISSÃO DE VALORES MORAIS E SOCIAIS	66
3.1. Trabalho Moral, Nome de Família e Reputação	66
3.2. Instituições Moralizantes e a Visão do Trabalho <i>Precoce</i> na Região	77
3.3. Conflitos Geracionais: Para que os Filhos Estão Sendo Socializados?.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	91

INTRODUÇÃO

O trabalho infantil há muito vem se transformando em uma questão importante e bastante discutida em diversos segmentos de nossa sociedade, convertendo-se em problema social, no qual o Estado investe no sentido de erradicar sua prática, instituindo uma legislação rígida e abrangente. Ao mesmo tempo, temos o florescimento de diversas discussões a respeito de tal prática, onde a cultura, a localidade estudada e os pressupostos morais são (re)conhecidos e utilizados para explicar a continuação de uma atividade que permanece no campo (não somente) como caráter educativo e socializador.

Na agricultura familiar, nosso recorte desta pesquisa, é comum observar crianças e adolescentes “ajudando” seus pais nas lavouras ou no trato dos animais. Esta atividade é vista pela família como de suma importância para a formação moral e social de seus filhos. Nesse âmbito, o reconhecimento social está em como a comunidade enxerga essas crianças, reconhecendo a “boa educação” dada pela família e, assim, ocasionando o desenvolvimento de uma “boa pessoa” diante dos esperados parâmetros sociais de tal comunidade.

Nossa pesquisa intenciona demonstrar visões distintas a respeito de um mesmo tema, isto é, a questão do trabalho infantil reconhecida pelo Estado como problema social, sendo o foco de preocupações de diversas agências, principalmente por parte do judiciário. Por outro lado, um investimento das ciências sociais indica o valor desta prática para a agricultura familiar, tanto como necessidade de mão de obra, quanto processo socializador e moralizante, buscando uma educação através de práticas ligadas ao trabalho, a terra e à reprodução de um modo de vida rural.

Podemos dizer que, em se tratando das discussões jurídicas, o trabalho infantil possui uma idade fixa para que seja aceito e, em algumas atividades, é considerado nocivo à saúde e ao desenvolvimento das crianças e adolescentes. No Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), encontramos a principal ferramenta para conter tal prática, amparando legalmente e dando suporte para denúncias, tornando tal atividade, que esteja fora dos parâmetros legais, prejudicial e necessária de erradicação.

Já na estrutura da agricultura familiar, temos o oposto. Mesmo havendo a preocupação com a legalidade dessa prática, percebemos uma necessidade - tanto financeira quanto moral - de se colocar crianças e adolescentes em atividades laborais, seja nas lavouras ou em trabalhos domésticos. Por exemplo, filhas de agricultores “ajudarem” em casa e cuidarem de seus irmãos menores é uma prática comum e muitas pesquisas em regiões agrícolas

demonstram que essa técnica é acontece em famílias de agricultores, independente do tipo de cultivo. Em alguns casos, como mencionaremos adiante, o “ajudar” depende da maturidade física e emocional da criança, existindo um “senso de maturidade suficiente” para que o trabalho seja desenvolvido. Assim, a valorização do trabalho na agricultura familiar é inculcada desde cedo, onde práticas de ensinar através do fazer trazem um conhecimento de valores sociais e morais embutidos e valorizados pela comunidade.

Nossa intenção foi um trabalho em torno dessas questões, em um campo de pesquisa onde a agricultura familiar é muito valorizada. Reconhecimento moral em torno de ser ou não ser uma “boa pessoa” está implícito em práticas ligadas ao trabalho como fator moralizante e educativo. Ser um bom cidadão é ter a mão calejada, o suor no rosto e ser reconhecido socialmente por isso. Portanto, a partir desse campo, exploraremos as diferenças entre meeiros e proprietários. Para os primeiros, o trabalho, além de ser uma necessidade financeira, também é uma forma de educar e preparar seus filhos para a vida. Será através dos ensinamentos passados por seus pais, que sua formação moral será construída e garantida mediante um reconhecimento social onde sua educação foi dada com o êxito esperado. Já para os proprietários de terra, não existe uma necessidade de tomar essa mão de obra extra para dar conta das atividades na lavoura, mas, ainda assim, os ensinamentos são repassados através do trabalho no campo - seus filhos acordam cedo e assumem responsabilidades, se não iguais, pelo menos muito próximas de seus meeiros ou contratados.

Diante do exposto, Varre-Sai pareceu ser o lugar ideal para o desenvolvimento da pesquisa, pois é um município considerado o maior produtor de café do Estado do Rio de Janeiro e basicamente agrícola, com parte de sua população vivendo no campo e com grande porcentagem de propriedades rurais caracterizadas como da agricultura familiar.

Minha relação pessoal com a região começa por meu esposo ser natural do município, assim, possuindo vínculos familiares na região, o que facilitou muito minha inserção no campo de pesquisa e aceitação por parte de muitas famílias entrevistadas. Conheço o lugar há quase 14 anos e as visitas são frequentes. Em uma dessas visitas, em um sítio chamada Vai e Volta, que depois veio a ser meu lugar de pesquisa, conheci um menino de sete anos “ajudando” seu pai na lavoura. Ao ser perguntar sobre sua vida, família e trabalho, pude notar que essa prática era de certa forma *naturalizada* por essa criança, na qual não concebia a ideia de não ajudar seus pais nas horas vagas.

A curiosidade foi transformada em questões, onde busquei aprofundar meus conhecimentos no assunto, de como o trabalho infantil é visto pelas famílias agricultoras da

região. Para tanto, precisei reconstruir minhas noções a respeito do tema, pois enxergava o trabalho infantil como algo totalmente prejudicial ao desenvolvimento da criança - visão bastante comum em muitos trabalhos e em discussões no meio acadêmico. Esta desconstrução foi possível durante o mestrado. Tendo acesso a pesquisas diversas sobre o tema, pude entender como funciona o trabalho “precoce” mediante a sociedade em que está vinculado, ao tempo e à cultura.

Durante a pesquisa de campo, eram frequentes na região relatos como: “o trabalho é algo que dignifica, que educa, que transforma o homem em homem de bem”. A importância dada ao trabalho remete aos valores morais, onde ser um trabalhador rural é confundido com sua própria identidade e reconhecimento. Um “bom homem” é aquele que é visto assim pela localidade e por seus familiares como um “bom trabalhador” ou uma “boa mulher”. As crianças e adolescentes filhos desses homens bons e trabalhadores têm em seu caminho uma ética do trabalho, no qual ser filho de fulano, homem bom, reflete quem você é ou o que esperam que você seja, pois o *status* social dos pais recai sobre os filhos em tom de exigência e expectativa.

Muitas questões foram levantadas durante a execução do trabalho, mas o que norteou nossa pesquisa foi a relação dos pressupostos morais ligados ao trabalho na terra. O trabalhar seria o alicerce para a formação de um caráter moral e os pressupostos legais e culturais a respeito do trabalho “precoce” buscariam o entendimento desses diferentes olhares dentro da sociedade varresaiense.

Como forma metodológica, analisamos os discursos dos principais sujeitos da pesquisa através de entrevistas em profundidade em famílias de produtores de café e meeiros do município de Varre-Sai e observações de campo. O local da pesquisa foi selecionado (como dito anteriormente) por ser o município que mais produz café no Estado do Rio de Janeiro e por ter um número populacional relevante concentrado na zona rural, basicamente formada pela agricultura familiar. O fato de ter escolhido famílias que possuem como atividade o plantio do café é justificado por estas utilizarem a mão de obra de criança e adolescentes no trato com a lavoura.

A presente dissertação está dividida em três capítulos, estruturados a partir de uma pesquisa bibliográfica que abarcasse a questão proposta e de um aprofundamento através de um olhar sobre o cotidiano e modo de vida das famílias pesquisadas.

Traçamos, no primeiro capítulo, um panorama de diversas visões a respeito do trabalho de crianças e adolescentes, como este é analisado pela lei que ampara as questões

ligadas ao direito da infância e da adolescência. Em seguida, buscamos entender o fator econômico, onde a necessidade financeira leva a uma maior incidência dessa prática. Para, assim, compreendermos a ideia de infância, demonstrando que esta foi uma construção social, e tendo a categoria trabalho como forma de socialização das crianças. E, por último, buscamos o entendimento de como esta socialização é dada no campo, estudando diversos autores que relacionaram a educação de crianças camponesa ao trabalho e sua moralidade.

O segundo capítulo diz respeito ao campo de pesquisa, apresentação das famílias pesquisadas e seu cotidiano, compreendendo a importância dada ao trabalho e a criação de seus filhos, onde a terra, o suor e a educação não estão separados e são vistos como fator moralizante e socializador das crianças da região.

Por fim, o terceiro capítulo busca analisar a compreensão moral diante da educação dos filhos dos agricultores, de como instituições, reputação, nome de família e o próprio trabalho atuam na forma de educar essas crianças. Algo que será apreendido e legado por gerações, e o trabalhar duro diz muito sobre o sucesso ou fracasso de uma família. Aqui, procuramos demonstrar que o trabalho “precoc” é visto como algo necessário para a formação moral, onde “pessoas de bem” surgirão e seguirão com esses ensinamentos pelos caminhos que desejam traçar.

As considerações finais sintetizam o que foi tratado durante o trabalho, trazendo à tona os pontos importantes e explicando de forma sintética todo o argumento trabalhado ao longo da pesquisa.

CAPÍTULO I – A INFÂNCIA E O TRABALHO

Neste capítulo, vamos tratar de visões bastante distintas a respeito da relação do trabalho realizado por crianças e adolescentes em diversos seguimentos, tendo o trabalho na agricultura como base norteadora das discussões.

Há estudos que caracterizam o trabalho infantil como fator associado à pobreza e à exploração de crianças e adolescentes. Em outro ponto – sendo este o que iremos aprofundar em nosso estudo –, há autores que enxergam o trabalho “precoc” como forma de inserção social, onde os filhos são socializados e envolvidos em pressupostos morais que irão determinar seu caráter diante da comunidade que fazem parte. Esta análise tem como base não apenas fatores socioeconômicos, mas, sim, socioculturais; demonstrando que não é só a pobreza que obriga pais a utilizarem mão de obra infantil, porém o modo de vida também tem enorme peso na consolidação dessa prática. Isso não significa que a exploração infantil não seja considerada, mas é o trabalho como formador do caráter que é analisado com mais profundidade.

Portanto, ilustraremos aqui um panorama dessas visões, perpassando pela legislação brasileira de amparo à criança e adolescência, mas com foco na análise da forma sociocultural. Não ignorando a importância do econômico e do legal, contudo, esses não são os únicos fatores que colaboram para esse modo de vida.

1.1. Da Infância Tutelada à Infância Sujeita de Direitos

Nesta seção, procuramos traçar um panorama de como a Lei adquiriu seu poder e transformou a maneira da sociedade enxergar o trabalho das crianças, onde uma prática benéfica, necessária para sua formação e para a economia, foi convertida em prática nociva. Como não se trata de um trabalho histórico, apenas faremos menção de como se deu o início dessa preocupação jurídica a respeito da criança e do adolescente no Brasil.

Schmidt (1997), em seu estudo histórico e rico sobre a construção da infância brasileira, demonstrou o início da preocupação legal a respeito da proteção infantil em nosso país. Segundo esta autora, no Brasil a preocupação com a criança repercutiu de forma expressiva a partir do final do séc. XIX e nas primeiras décadas do séc. XX.

Durante a Primeira República Brasileira (1889-1930), ocorreu o fenômeno do "entusiasmo pela infância no Brasil", explicitado na preocupação dos intelectuais brasileiros com a preservação, prevenção e preparação da infância, além da produção e difusão de diferentes saberes acerca da criança. A partir da proclamação da República até o início da década de 30, pode-se observar uma forte preocupação entre a intelectualidade com relação à criança. Esta preocupação tornou-se particularmente evidente na década de 20, momento expressivo da modernidade brasileira. As manifestações dos intelectuais deste período são plurais e suas falas expressam as contradições em que viviam: de um lado, elas contêm a ideia de "preservar" a infância, explicitada, principalmente, no discurso jurídico; de outro, há indícios de que havia a determinação de se construir um projeto de infância, necessária ao futuro da nação, presente no discurso pedagógico (pág. 63).

Para a autora, em seu aprofundamento do assunto, a criança era vista no mundo do trabalho como uma possibilidade de um futuro melhor, devendo ser cuidada pela família, preservando esta infância do abandono, más influências, misérias e vícios do mundo, transformando-as, assim, em fonte de riqueza para a nação, em busca de uma verdadeira modificação nacional.

Havia a preocupação com a regeneração física e moral da criança e com a formação dos futuros cidadãos da pátria brasileira. A criança passava a ser percebida como corpo produtivo, como futura riqueza das nações, constituindo-se o discurso econômico destinado à infância. Da mesma forma, constituiu-se, também, um discurso político em que a preocupação com a infância significava uma forma de se evitar a formação de espíritos desgarrados, descontentes, desajustados e rebeldes. Era preciso formar o caráter da criança, inculcar-lhe o amor ao trabalho. (...) Ao mesmo tempo, entre 1922 e 1926, foram muitos os debates e as ações direcionadas no sentido da normatização daquela infância que não se adequava aos padrões da infância desejada. A sistematização do discurso jurídico contribuiu para expressar a forma pela qual a sociedade brasileira estava pensando "a outra infância" — a criança pobre, abandonada e pervertida, que seria nomeada de diferentes maneiras (pág. 74).

Surgiu assim o decreto 16.272¹, de 20 de dezembro de 1923, que aprovava o regulamento da assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes, criando

¹ CAPÍTULO II

DOS MENORES ABANDONADOS

Art. 2º. Consideram-se abandonados os menores de 18 annos:

I, que não tenham habitação certa, nem meios de subsistencia, por serem seus paes fallecidos, desaparecidos ou desconhecidos, ou por não terem tutor, ou pessoa sob cuja guarda vivam;

II, que se encontrem eventualmente sem habitação certa, nem meios de subsistencia, devido a indigencia, enfermidade, ausencia ou prisão dos paes, tutor ou pessoa encarregada da sua guarda;

assim o conceito de “menor abandonado”. Além dessa instituição, o discurso jurídico foi além. Ainda de acordo com o trabalho de Schmidt, a esta infância rotulada e normatizada “foi destinada alguma possibilidade de integração à sociedade, viabilizada por meio dos institutos disciplinares”. Na época, eles eram divididos em dois tipos principais: as escolas de preservação, para menor abandonado, e as escolas de reforma, para menores criminosos e contraventores. Ambos propunham que esta infância fosse regenerada pela educação, trabalho e instrução (pág. 74).

Seguindo este raciocínio, Pereira (s/d), em sua pesquisa sobre a evolução do modelo de assistência conferido à criança e ao adolescente em situação de pobreza ou em conflito com a lei no Brasil, traz um conhecimento sobre a história da evolução legislativa sobre o

III, que tenham pae, mãe ou tutor, ou encarregado de sua guarda reconhecidamente impossibilitados ou incapaz de cumprir os seus deveres para com os filhos, ou pupillo, ou protegido;

IV, que vivam em companhia de pae, mãe, tutor ou pessoa que se entrega á pratica de actos contrarios á moral e aos bons costumes;

V, que se encontrem em estado habitual de vadiagem, mendicidade ou libertinagem;

VI, que, devido á crueldade, exploração ou perversidade dos paes, tutor ou encarregado de sua guarda, sejam:

- a) victimas de máos tratos physicos habituaes ou castigos immodrados;
- b) privados habitualmente dos alimentos ou dos cuidados indispensaveis á saude;
- c) empregados em occupaões prohibidas ou manifestamente contrarias á moral e aos bons costumes, ou que lhes ponham em risco a vida ou a saude;
- d) excitados habitualmente para a gatunice, mendicidade ou libertinagem;

VII, que, tenham pae, mãe ou tutor, ou pessoa encarregada de sua guarda, condenado por sentença irrecorrível:

- a) a mais de dous annos de prisão por qualquer crime;
- b) a qualquer pena com co-autor, cumplice, encobridor ou receptador de crime commetido por filho, pupilo ou menor sob sua guarda ou por crime contra estes.

§1º. Entende-se por encarregada da guarda do menor a pessoa que, não sendo seu pae, mãe, tutor, tem por qualquer titulo a responsabilidade de vigilancia, direcção ou educação delle, ou voluntariamente o traz em seu poder ou companhia.

§2º. São vadios os menores que, tendo deixado sem causa legitima o domicilio do pae, mãe, tutor, guarda, ou os logares onde se achavam collocados por aquelle a cuja autoridade estavam submettidos ou confiados, ou não tendo domicilio nem alguém por si, são encontrados habitualmente a vagar pelas ruas ou logradouros publicos, sem que tenham meio de vida regular, ou tirando seus recursos de occupação immoral ou prohibida.

§3º. São mendigos os menores que habitualmente pedem esmola para si ou para outrem, ainda que este seja pae ou sua mãe, ou pedem donativo sob pretexto de venda ou offerecimento de objetos.

§4º. São libertinos os menores que habitualmente:

- a) na via publica perseguem ou convidam companheiros ou transeuntes para a pratica de actos obscenos;
- b) se entregam á prostituição em seu proprio domicilio, ou vivem em casa de prostituta, ou frequentam casa de tolerância, para praticar actos obscenos;
- c) forem encontrados em qualquer casa ou logar não destinado á prostituição, praticando actos obscenos com outrem;
- d) vivem da prostituição de outrem. (CIESP, 2011).

tema, abordando o Código de Mello Mattos (1927)², o Código de Menores de 1979³ e a Lei 8069/90⁴.

De acordo com Pereira “O Código Civil”, em vigor em 1917, é fruto de uma realidade social e jurídica do final do século XIX, influenciada pelas modificações estruturais introduzidas pelo Código Napoleão na França e em toda a Europa no início do mesmo século. Assim, também a lei civil sofreu neste período mudanças estruturais, modificando fundamentalmente a tutela do Estado em relação à família. (...) A partir da década de vinte, nossa história conheceu um novo período caracterizado pela ação social do Juizado de Menores. Ao Juiz se reservava o papel de declarar a condição jurídica da criança, se "abandonada" ou não, se "delinquente" e qual o "amparo" que deveria receber.

Ainda segundo a autora, “não se trata de tutelar apenas crianças em situação irregular na forma do Código de Menores de 1979, mas tem-se em vista a proteção de qualquer criança, e adolescentes com menos de 18 anos e em casos especiais, menores de 21 anos: **TODOS SÃO SUJEITOS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E DESTINATÁRIOS DE PRIORIDADE ABSOLUTA**”.

Desta forma, notamos uma mobilização importante por parte do Estado e da sociedade em amparar a criança e o adolescente, modificando assim a maneira de ver o trabalho infantil, tornando-o um importante objeto de discussão perante a legislação e às instituições interessadas no tema.

² Conhecido como Código Mello Mattos, representou o primeiro Código Sistemático de Menores do País e da América Latina. Recebeu o nome do autor do projeto que estabeleceu suas bases. Este código representou uma iniciativa precursora dentro da legislação brasileira, destacando-se pela assistência aos menores de 18 anos. Ao definir no Capítulo I o objeto e finalidade da lei, o Código de Menores de 1927 teve uma visão correspondente aos conceitos então vigentes, abrangendo em um mesmo entendimento o "menor abandonado" e o "menor delinquente", embora pretendendo oferecer a um e a outro "assistência e proteção". No art. 26, agrupou em oito situações os "menores abandonados" com menos de 18 anos. Atentando nas situações da criança de menos de dois anos "entregue para criar", "fora da casa dos pais", e dos menores "expostos até sete anos de idade em estado de abandono", já apresentou uma primeira perspectiva de integração e acalentou o propósito de evitar o abandono pela mãe, mediante conselho e, ao mesmo tempo, o sigilo de que devia revestir o processo de recolhimento (PEREIRA, S/D).

³ O Código de Menores de 1979 (Lei 6.697 de 10 de outubro de 1979) adotou a doutrina de Proteção ao Menor em Situação Irregular, que abrange os casos de abandono, a prática de infração penal, desvio de conduta, falta de assistência ou representação legal. A lei de menores era instrumento de controle social da infância e do adolescente, vítimas de omissões da família, da sociedade e do Estado em seus direitos básicos. O Código de Menores não se dirigia à prevenção, só cuidava do conflito instalado. O Juiz de Menores atuava numa prevenção de 2º grau, através da polícia de costumes, proibição de frequência em determinados lugares, casas de jogos etc. Em vigor até 1990, o Código de Menores procurou atender à situação da época, tendo sido revogado pela lei nº 8.069 de 1990, nascida dos momentos democráticos de elaboração do art. 227 da Constituição Federal de 1988, os quais propuseram novos paradigmas para a proteção da criança: sujeitos de direitos, pessoas em fase peculiar de desenvolvimento, destinatários de PRIORIDADE ABSOLUTA (IDEM, S/D).

⁴ Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

De acordo com o Plano Nacional (2011), no Brasil, a população começou a trabalhar muito cedo, principalmente impulsionada pela pobreza, pois quanto menor a renda da família e a escolaridade da pessoa de referência da unidade familiar, maior o risco de ingresso precoce no mundo do trabalho.

Muitos fatores são estudados para que as causas do trabalho infantil sejam conhecidas e possa haver um planejamento para sua eliminação. Uma das causas já referidas é a pobreza familiar, onde segundo o Plano Nacional:

1. O Brasil possui altos índices históricos de concentração de renda e desigualdade social, e o atual ciclo de crescimento econômico ainda não eliminou as desigualdades entre as diversas regiões e setores econômicos. A distribuição de renda ocorre em ritmo lento, o próprio impacto da integração dos programas PETI e Bolsa Família sobre o trabalho infantil é limitado por problemas de articulação entre setores e esferas de governo e permanece a exclusão ou a inserção precária dos membros adultos das famílias mais pobres no mercado de trabalho.

2. Desse modo, um número significativo de famílias em condições de pobreza tem o trabalho infantil como fonte de renda e continua a ocorrer o ingresso prematuro de adolescentes no mercado de trabalho. Além disso, tanto a precariedade das relações de trabalho verificadas nas últimas décadas quanto, em alguns casos, as novas ofertas de trabalho geradas pelo crescimento econômico, podem gerar novos focos de trabalho infantil.

3. Historicamente, o trabalho é entendido como fator positivo para crianças em condições de pobreza, exclusão e risco social. A doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente não foi plenamente assimilada pela família, pela sociedade e pelo poder público. Soma-se a isso a naturalização cultural do trabalho infantil, especialmente doméstico (nesse caso predominantemente feminino), e o uso tradicional da mão-de-obra infantil na agricultura familiar, que permanece elevado. (...)

8. A exclusão histórica de segmentos pobres da população do acesso à educação é agravada por desigualdades regionais e entre áreas rurais e urbanas. Adiciona-se a esse fato a baixa escolaridade da pessoa de referência da unidade familiar que pode influenciar na ocorrência do trabalho infantil. Apesar de alguns avanços na política nacional de educação, a tendência à reprodução dessa situação não consegue ser facilmente revertida (págs. 19 e 20).

Para o Plano Nacional, “até a década de 1980, havia praticamente um consenso na sociedade brasileira em torno do entendimento do trabalho como um fator positivo para crianças que, dada sua situação econômica e social, viviam em condições de pobreza, de exclusão e de risco social” (pág. 08).

Era melhor trabalhar que viver na rua, praticando crimes e outros delitos impróprios e negativados pela sociedade.

O trabalho infantil encontra aliados importantes na sua manutenção, legitimação e reprodução como uma mão-de-obra barata, justificada pela falta de qualificação e por seu tratamento como renda complementar ao trabalho adulto. Mesmo as organizações de trabalhadores, que historicamente foram as pioneiras na denúncia do trabalho infantil, se acomodam, muitas vezes, à realidade e negligenciam o tema das crianças trabalhadoras. O uso da força de trabalho infantil não chega a ser expressivo nos setores da economia que constituem as bases das categorias mais organizadas de trabalhadores, e são elas que influenciam decisivamente a agenda de prioridades assumida por todo o movimento sindical.

Para que fosse considerada legítima esta inserção, o próprio Estado brasileiro constituiu um conjunto de políticas de caráter moralizador que dignificava o trabalho acima de tudo. O Código de Menores, em vigor por mais de sete décadas até ser revogado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, entendia o “menor” que não estudava ou trabalhava como um potencial “delinquente” a ser controlado e reprimido pelas estruturas punitivas do poder público.

Segundo o Plano Nacional:

Em relação à educação, a visão dominante era de que ela deveria ser orientada pela utilidade econômica. Essa perspectiva acabava por legitimar o trabalho infantil, visto como uma forma de fazer a criança “aproveitar o tempo de forma útil”, ensinando-lhe ao mesmo tempo “uma profissão” e “o valor do trabalho”. Desse modo, mesmo as situações de trabalho infantil, nas quais os abusos e a exploração eram evidentes, muitas vezes eram vistas como um problema menor, e não como uma violação dos direitos de crianças e adolescentes. Tal mentalidade manteve milhões de crianças e adolescentes ligados a atividades que, além de marginalizá-los de toda possibilidade de desenvolvimento físico, psíquico e espiritual, reproduziam todos os vícios de uma sociedade desigual e excludente. Na década de 80, a percepção vigente sobre o fenômeno do trabalho infantil começou a ser questionada no Brasil. Tornava-se cada vez mais claro que a mentalidade que manteve milhões de crianças e adolescentes no trabalho também produziu um país que se tornou conhecido mundialmente pela desigualdade social, pela concentração de renda, pela quantidade de pobres e famintos, pelo número de analfabetos e também pela explosão do número de crianças em situação de rua nas suas emergentes megalópoles, uma situação similar a de várias outras nações do Terceiro Mundo (pág. 25).

Para acabar com esta situação, iniciou-se uma mobilização social de diversos segmentos, tanto governamentais quanto não governamentais, caracterizando assim a busca de princípios que fossem prioridades para os direitos das crianças e adolescentes. Iniciou-se, então, a elaboração do ECA.

A partir da década de 90, o tema do trabalho infantil passou a ocupar lugar de destaque na agenda nacional. Gradualmente, tomou forma uma crise de paradigma a respeito do trabalho infantil, fortemente caracterizada por uma valorização da educação. A própria mídia passou a tratar o tema de maneira mais crítica. Pesquisadores se dedicaram ao tema, gerando uma reflexão teórica e histórica de maior qualidade, que se tornou uma base fundamental para a própria formulação de políticas públicas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, em seu capítulo V, regula o direito à profissionalização e à proteção ao trabalho, reiterando dispositivo previsto na Constituição Federal (art. 7º, XXXIII) e proibindo qualquer trabalho aos menores de 14 anos de idade⁵ (www.planalto.gov.br). Está em vigor desde outubro de 1990 (Lei nº 8.069/90), representando um meio de impor as modificações necessárias com mais eficiência. O ESTATUTO adotou a Doutrina Jurídica da “Proteção Integral” abraçada pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança da ONU (1989) e pela Declaração Universal sobre os Direitos da Criança (1959).

Sobre esse assunto, Vianna (2002) explicita que no campo jurídico, no final da década de 80, houve uma nova compreensão da infância, mais afinada com a concepção de crianças e adolescentes como “sujeitos de direitos especiais”, aos quais não apenas a família, mas também o Estado deveria proporcionar certos mínimos sociais como estudo, lazer e alimentação. Dessa forma, o ECA encontraria o problema de:

enfrentar várias dificuldades para ser implementando completamente, pois se confronta com situações concretas em que fica impossível exigir mínimos sociais para esses sujeitos especiais, sem que haja como oferecê-los aos que estão ao seu redor, ou dispor de mecanismos políticos de redistribuição de benefícios sociais através do aparato estatal; seja porque a própria legislação apresenta contradições internas aparentemente insolúveis; ou por causa da tensão entre uma legislação inspirada na tradição universalizante dos direitos humanos e os sujeitos sociais concretos e absolutamente diversificados em termos de classe social e referenciais culturais (pág. 272).

⁵A lei de proteção ao trabalho juvenil (crianças e adolescentes) foi criada com base nas diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A Convenção nº 138 da OIT, de 1973, no artigo 2º, item 3, fixa como idade mínima recomendada para o trabalho em geral a idade de 16 anos. No caso dos países-membros considerados muito pobres, a Convenção admite que seja fixada inicialmente uma idade mínima de 14 anos para o trabalho. A mesma Convenção recomenda uma idade mínima de 18 anos para os trabalhos que possam colocar em risco a saúde, a segurança ou a moralidade do menor, e sugere uma idade mínima de 16 anos para o trabalho que não coloque em risco o jovem por qualquer destes motivos, desde que o jovem receba instrução adequada ou treino vocacional. A OIT é um dos órgãos que compõem a ONU, lutando pela proteção dos direitos humanos dentro das relações de trabalho.

Essa cultura acaba por contrariar as normas vigentes do Estatuto da Criança e do Adolescente, que em 1998 foi alterada através da Emenda Constitucional nº 20, no que se refere à idade mínima para o ingresso ao trabalho. O artigo 7, inciso 33, estabelece “condição de proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos” (PLANALTO, 2011). A nova lei promulgada amplia o período de dependência da criança e do adolescente em relação ao adulto, na medida em que estabelece uma idade elevada para o ingresso no trabalho e determina a obrigatoriedade do estudo, pelo menos até os 14 anos.

De acordo com o Plano Nacional do Ministério do Trabalho e Emprego (2004), em seu marco legal:

toda legislação brasileira a respeito” do trabalho infantil está orientada segundo os princípios estabelecidos na Constituição de 1988, que estão harmonizados com as atuais disposições da Convenção dos Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas (ONU), das Convenções nº 138 e 182 e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Na Convenção da ONU de 1989, o art. 32 estabelece que não será permitido nenhum tipo de exploração econômica da criança (até os 18 anos), considerando como exploração qualquer espécie de trabalho que prejudique a escolaridade básica.

A Convenção nº 138, ratificada pelo Brasil em 28 de junho de 2001, estabelece que todo país que a propõe deve especificar, em declaração, a idade mínima para admissão ao emprego ou trabalho em qualquer ocupação, não se admitindo nenhuma pessoa com idade inferior à definida em qualquer espécie de trabalho.

Em 1999, a OIT aprovou a Convenção nº 182 sobre as piores formas de trabalho infantil com o propósito de suplementar e priorizar (e não de substituir) os esforços de erradicação e prevenção no âmbito da Convenção nº 138 sobre a idade mínima de acesso ao trabalho. A Convenção nº 182, que passou também a fazer parte da lista das convenções fundamentais da Declaração dos Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho da OIT, nasceu da consciência de que, embora todas as formas de trabalho infantil sejam indesejáveis, algumas são hoje absolutamente intoleráveis, demandando ações imediatas por parte dos países-membros que a ratifiquem.

Sendo assim, a adoção dessa Convenção foi praticamente unânime e, no Brasil, foi corroborada em dois de fevereiro de 2000. Seu texto é bastante preciso em pontos essenciais. O art. 1º estabelece que os Estados-Membros que tenham ratificado essa Convenção “devem tomar medidas imediatas e eficazes”, e o art. 3º estabelece quatro categorias claras de piores formas de trabalho infanto-juvenil que devem ser abolidas:

a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como vendas e tráfico de crianças; sujeição por dívida e servidão; trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;

b) utilização, procura e oferta de criança para fins de prostituição, de produção de material pornográfico ou de espetáculos pornográficos;

c) utilização, procura e oferta de crianças para atividades ilícitas, particularmente para produção e tráfico de drogas, conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes;

d) trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança (grifo nosso)⁶.

O texto estabelece ainda atividades que, por sua natureza ou pelas condições em que são realizadas, são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças, e que deverão ser determinadas por uma comissão tripartite que, no caso brasileiro, elaborou uma lista de atividades contempladas pela Portaria nº 20/2001 da Secretaria de Inspeção do Trabalho e do Ministério do Trabalho e Emprego, discriminando 81 condições de trabalho consideradas insalubres ou perigosas, nas quais o trabalho do adolescente é proibido. A Convenção entrou em vigor no País em dois de fevereiro de 2001, um ano após sua ratificação pelo governo brasileiro⁷.

Vale ressaltar que persiste a discussão sobre o estabelecimento de quais são as piores formas de trabalho infantil. Distinguir qual é a pior pode ser complicado à medida que todas elas (exceto as protegidas) têm o caráter de serem forçadas para a criança. Assim, pode-se concluir que estabelecer as piores não afasta a proibição genérica para qualquer outra forma de trabalho prevista na legislação nacional, apenas delimita um feixe de atividades intoleráveis com potencial para causar prejuízos mais graves à criança e ao adolescente.

As Convenções da OIT procuram disciplinar situações, estabelecendo normas com limites concretos e sugerindo mudanças na lei no que diz respeito aos casos necessários. Buscam uma harmonização das leis nacionais com seus princípios fundamentais e, uma vez ratificadas pelo país-membro, tem início o processo de adequação das leis nacionais.

Além das convenções internacionais, o Brasil conta com uma estrutura jurídica bastante desenvolvida para reger o trabalho infanto-juvenil. Em particular, figuram como fundamentais o art. 7º, inciso XXXIII; o art. 227 da Constituição Federal; os arts. 60 a 69 e 248 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); bem como o Capítulo IV “Da Proteção do Trabalho do Menor”; e do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Em termos gerais, nossa legislação consagra a doutrina da proteção integral, colocando a criança e o adolescente como prioridade absoluta. Esses elementos foram desenvolvidos privilegiadamente pelo ECA, que é uma legislação bastante completa (por ser um estatuto, ele aborda vários temas pertinentes a um mesmo assunto, mas dentro de distintos ramos jurídicos).

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a implementação de um Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e de um Sistema de Proteção,

⁶ A maioria das publicações sobre trabalho infantil aborda as características perigosas de tal atividade, como riscos à saúde e ao abandono escolar.

⁷ Nesta portaria não há menção sobre o trabalho nos cafezais, mas é sabido que crianças com idades inferiores a 14 anos trabalham nas lavouras de café, o que estaria de encontro a lei que proíbe qualquer tipo de trabalho a menores de 16 anos. De acordo com o MTE, o trabalho infantil é entendido como sendo atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 anos, independentemente da sua condição ocupacional. A legislação brasileira, de maneira distinta das convenções internacionais que definem criança como todo ser humano com idade inferior a 18, considera criança a pessoa com idade até 12 anos e adolescente a que tem idade entre 12 e 18 anos incompletos.

detalhando como os direitos das crianças e adolescentes podem ser implementados a quem cabe garantir esses direitos, estabelecendo também um sistema de denúncias. Por outra parte, encontra-se a CLT, que apresenta dispositivos específicos para regular o trabalho dos adolescentes, privilegiando também a questão da frequência escolar.

Os Conselhos de Direitos - de âmbito nacional, estadual e municipal - e os Conselhos Tutelares, criados pelos arts. 88, 131 e 132 do ECA, são corresponsáveis na ação de combate ao trabalho infantil, cabendo a eles cuidar dos direitos das crianças e adolescentes em parceria com o Ministério Público e o Juizado da Infância e da Adolescência.

Implicitamente, o Estatuto espera que os governos municipais, estaduais e o federal adotem políticas públicas que afastem as crianças com idades inferiores a 16 anos do mercado de trabalho. Podem ser mencionados os programas de transferência de renda com vinculação à frequência escolar e ao não trabalho infantil, especialmente aqueles que preveem a implementação de jornadas ampliadas adotadas por alguns municípios, estados da Federação e pelo Governo Federal com essa finalidade. Além das iniciativas governamentais, os sindicatos, as organizações não governamentais, as entidades privadas e representativas da sociedade civil têm colaborado para a erradicação do trabalho infantil (pág. 17 – 20).

Diante de tais alegações, podemos verificar que a lei acaba universalizando sem dar conta das diferenças existentes em determinadas comunidades. Não existe uma observação mais apurada sobre a importância dada à utilização da mão de obra infantil para a cultura, o assunto é guiado conforme a lei, excluindo a formação sociocultural de determinada comunidade, onde o ser criança é diferenciado não só em detrimento da idade, mas do físico, do intelecto e de outras diversas aptidões. Dizer que determinar idade inclui ou não, é definido culturalmente e determinado de acordo com a sociedade onde a criança está inserida.

A tradição jurídica, inaugurada pela Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), considera como criança todo o ser humano até os 18 anos, exceto os que, dentro dos termos da lei, atingirem mais cedo a maioridade (artigo 1º). Portanto, pode-se observar que atualmente há uma equivalência entre ser criança e atingir a totalidade nos direitos cívicos. Há que se considera, que alguns contextos e tradições jurídicas não são homogêneos, pois alguns entendem que a infância termina mais cedo, tendo o ensino obrigatório como um parâmetro para a delimitação dessa fase.

Uma lei que utiliza parâmetros etários e educacionais acaba por excluir significados simbólicos encontrados no ciclo de vida, onde a passagem da criança para a vida adulta depende de diversos fatores (como dito antes) culturais e sociais, variando conforme a sociedade, o tempo e a transformação social em que tal comunidade está inserida. ´

Vale ressaltar aqui que tentamos trazer diversas visões de trajetórias legais e normativas com diferentes aspectos e aplicabilidades. Lembrando que são regulações com

impactos distintos entre si. Quando mencionados convenções, Lei, Plano Nacional, estes não fazem parte do mesmo “pacote” legal que norteia o tema trabalho infantil, são órgãos distintos que procuram dar conta de um tema permeado de contradições, efeito da complexidade da proteção à infância e adolescência ao longo do tempo.

1.2. A Infância Através da Pobreza e da Exploração do Trabalho Infantil

Em diversas pesquisas encontramos autores que abordam a questão do trabalho infantil através da narrativa econômica, onde a *pobreza* das famílias serve de “justificativa” para a inserção “precoce” de seus filhos no trabalho.

Em sua pesquisa, os autores Campos e Francischini (2003) procuraram examinar e buscaram discutir o impacto do trabalho “precoce” diante do desenvolvimento da criança, seus efeitos no interior da família e implicações na dinâmica de vida dos adolescentes. O campo de estudo para tal realização foi uma localidade denominada Jardim de Piranhas, no estado do Rio Grande do Norte, considerada uma região predominada pela atividade agropecuária. Contudo, devido a diversas secas, grande parte de sua população rural migrou para a cidade, dependente agora de precários recursos financeiros. Diante da precariedade e pobreza dessas famílias, foi preciso que muitas lançassem mão da força de trabalho de suas crianças, as quais eram contratadas para executarem trabalhos informais.

Para Campos e Alvarenga (2001), “a configuração de uma parcela significativa da força de trabalho infantil é devida a necessidades geradas no seio familiar, decorrentes das insuficientes condições de sobrevivência” (pág. 228).

Outra citação dos autores diz que:

Tendo em vista a inserção precoce no trabalho produtivo, as deficitárias condições de vida têm recebido a parceria e o estímulo fundamentais de uma ideologia retificadora do trabalho, a tal ponto que um dos mais famosos ditos populares da nossa cultura ocidental, de que “o trabalho dignifica o homem”, muitas vezes assume um caráter inquestionável, possibilitando que o trabalho, até mesmo quando exercido de forma indigna, seja visto como um valor supremo, como formador do espírito, educador (pág. 228).

Para estes é preciso combater os aspectos subjetivos desses sujeitos envolvidos, já que transformam o trabalho “precoce” em algo benéfico, em que o trabalho dignificante acaba

assumindo um papel de camuflagem de atividades muitas vezes insalubres e perigosas, escondendo seu verdadeiro papel atrás de um *slogan* de valores educativos e moralizantes.

Analisando o trabalho de Sarti (2007), onde suas reflexões abarcam a sociabilidade e a moralidade de famílias pobres da periferia paulistana - como estas se relacionam entre si e com os outros - mediante a relação família e trabalho, homens e mulheres estariam se afirmando como cidadãos dignos e produtivos, famílias pautadas nos valores da honestidade e da honra.

A retradução do valor do trabalho sob o capital, que o torna dignificante, faz-se através da honra. (...) A honra, entre os pobres, não estando associada à posição social, vincula-se à virtude moral, como afirmação de si em face do olhar dos outros, sendo o trabalho um dos instrumentos fundamentais dessa afirmação pessoal e social (idem, 2007: 90).

Portanto, o trabalho pode ser visto como uma base para a conquista da honra e da virtude moral, conquistado pelo *dar duro* e pelo reconhecimento social.

Autores como Neves (2001) e Martins (2006) ressaltam que a condição que leva uma família a utilizar a mão de obra infantil está em sua pobreza. Necessitam de maior aquisição de renda e para isso lançam mão dos meios que possuem: seus filhos.

Neves (2001), em seu artigo sobre os efeitos intergeracionais do trabalho infantil entre trabalhadores rurais da agroindústria sucroalcooleira, nos traz uma visão sobre como o trabalho infantil foi sendo incorporado na produção de cana-de-açúcar, como um modelo de força de trabalho utilizado por usineiros e produtores de cana no Brasil. Sua preocupação é com a emergência desse tipo de atividade, que vem crescendo ao longo dos anos.

Mesmo com o Ministério Público sendo acionado constantemente, os pais justificam o uso da força de trabalho infantil como necessária para a manutenção financeira da família:

(...) os pais colaboram e legitimam a construção do senso comum de que seus filhos trabalham apenas porque eles se encontram sob situação de miserabilidade, causada por viuvez, doença, prole numerosa. Em decorrência, constrói-se a crença de que os patrões, ao aceitarem o trabalho dos jovens, fazem-no sob a condição de benfeitor (pág. 156)

Neves chama atenção para uma estratégia familiar de legitimar o trabalho infantil como a única forma de manter o sustento da família, já que lançando mão da força de trabalho de seus filhos, conseguem um rendimento melhor buscando melhor sobrevivência diante da miséria.

Para Martins (2006),

O trabalho-castigo ganhou pleno sentido não nos tempos bíblicos, mas com a Revolução Industrial, com legiões de crianças transformadas em equivalentes de carvão-de-pedra, consumidas como combustível nas linhas de produção e em jornadas de trabalho que nem aos cavalos eram impostas: os cavalos custavam caro.

A pobreza de muitos responde, sem dúvida, pela alta proporção de crianças e jovens que nascem condenados ao trabalho precoce no Brasil. Não é estranho, portanto, que aos 15 anos de idade quase metade dos adolescentes já esteja na força de trabalho e que pouco menos de 20% dos que estão na faixa de 10 a 14 anos de idade estejam trabalhando: 11% no Sudeste e 24% no Nordeste. Mas na faixa dos 15 anos quase metade trabalha e a diferença entre Nordeste e Sudeste é de menos de 3%.

Desta forma, verificamos diante das formulações desses autores que a pobreza é a grande justificativa utilizada pela família para que lancem mão do trabalho precoce de seus filhos, com isso, garantindo a reprodução e sobrevivência familiar, pois com mais mãos trabalhando maior será a renda e, assim, terão melhor qualidade de vida.

Oliveira (2004), em seu artigo sobre trabalho infantil, analisa os fatores que influenciam a entrada de crianças e jovens no mercado de trabalho e as políticas sociais que podem ser adotadas para diminuir o trabalho infantil. Também procura compreender o que é determinante para a prevalência dessa prática em inúmeras regiões do país. Segundo esta autora:

Há indícios da existência de ligação entre o trabalho infantil, a pobreza das famílias e o nível educacional dos pais. Famílias pobres não conseguem sobreviver somente com os salários dos pais, pois esses rendimentos normalmente são baixos devido ao fato de apresentarem baixo nível de capital humano acumulado, portanto, essas famílias necessitam de um rendimento extra. Frequentemente, tal rendimento é obtido por meio do emprego de crianças no mercado de trabalho, que objetiva tanto ajudar na sobrevivência de toda a família quanto na prevenção contra futuras perdas de rendimento. (...) Outro fator que aumenta a probabilidade de crianças ingressarem no mercado de trabalho é o tamanho da família. A participação educacional das crianças é reduzida pelo fato de a família ser numerosa. É relevante destacar que a relação entre tamanho da família e trabalho infantil não é a mesma para mercado de trabalho e trabalho doméstico, dependendo também do sexo e da idade das crianças. Por exemplo, a presença de irmãos, especialmente mais novos, diminui a probabilidade das crianças mais velhas entrarem no mercado de trabalho. Mas tais crianças provavelmente dedicar-se-ão ao trabalho doméstico (s/p).

Portanto, a autora conclui que a prática do trabalho infantil ocorre em ambientes onde a família possui uma renda familiar baixa (considerada pobre) e uma baixa escolarização por parte de seus pais. Enfatiza-se a necessidade de políticas públicas capazes de proteger a

criança e transferir renda para suas famílias, pois a pobreza encarada como estratégia econômica é um dos motivos para a inserção de crianças em trabalhos diversos.

Araque (2006), em seu artigo que tem por objetivo confrontar o trabalho precoce com a legislação que o proíbe, buscando entender questões relevantes sobre o enfrentamento desse fenômeno, percebe que é a pobreza o fator determinante para o trabalho infantil, mas não sendo apenas isso, enxerga que a falta de políticas públicas que apoiem as famílias dessas crianças e adolescentes, contribui para a permanência e crescimento *natural* desse fenômeno.

Não podemos generalizar, sabemos que em muitas regiões do Brasil a pobreza e a falta de tais políticas contribuíram para um crescimento da utilização do trabalho de crianças e adolescentes. Embora ocorram casos bastante significativos da utilização dessa prática ligada a diversos fatores, temos o conhecimento de que o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador procura desenvolver uma política a respeito da erradicação do trabalho infantil em diversos segmentos. Pelo menos é o que está listado em seu Plano Nacional de 2011, onde existem metas a serem alcançadas a respeito da erradicação do trabalho infantil.

1.3. Relativização da Ideia de Infância e o Trabalho como Processo Educativo e Socializador.

A categoria infância foi sendo (re)criada ao longo do tempo. Nesta seção, buscaremos entender sua influência na história da infância e de como a categoria trabalho influencia na educação e socialização de crianças e adolescentes.

1.3.1. Visão de infância: a construção da categoria

O fato de o trabalho infantil deixar de ser “natural” e passar a ser tratado como um problema social que precisa ser erradicado ocorre através das modificações sociais incididas ao longo da história, onde a categoria infância foi sendo transformada socialmente.

Segundo Rocha (2002), a visão sobre a infância e a questão de que todos os indivíduos nascem bebê e serão crianças até um determinado período, independentemente da condição vivida, é inegável. Entretanto, tal premissa nem sempre foi percebida dessa maneira e por diversos períodos se questionou qual era o tempo da infância e quem era a criança. O pesquisador francês Philippe Ariès (1981), em sua obra *História Social da Criança e da*

Família, aponta que o conceito que se tem da infância foi sendo historicamente construído e que a criança, por muito tempo, não foi vista como um ser em desenvolvimento com características e necessidades próprias e, sim, como um adulto em miniatura.

No período de grandes transformações históricas, do século XII ao XVII, foco de localização de sua pesquisa, a infância tomou diferentes conotações dentro do imaginário do homem em todos os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, de acordo com cada período histórico. A criança seria vista como substituível, como ser produtivo que tinha uma função utilitária para a sociedade, pois a partir dos sete anos de idade era inserida na vida adulta e tornava-se útil à economia familiar, realizando tarefas, imitando seus pais e suas mães, acompanhando-os em seus ofícios, cumprindo, assim, seu papel perante a coletividade.

Com relação às idades da vida humana, a pesquisa de Ariès aponta que a forma de representar a cronologia humana passou por várias mudanças, indicando diferentes formas de conceber esses períodos. Tais representações utilizariam, principalmente, os elementos da natureza, estudo dos astros, aspectos das crenças populares, fenômenos naturais e sobrenaturais, os quais faziam parte de um contexto governado pelas leis da teologia, enfatizando uma visão mística. Dessa forma, as representações da idade do homem pareciam abstratas. Além disso, muitos morriam antes de percorrer todos os ciclos da vida.

No caso da infância propriamente dita, o autor, partindo de relatos e textos do século XII ao XVIII, demonstra que as pessoas definiam a idade da criança como “a primeira idade é a infância que planta os dentes, e essa idade começa quando nasce e dura até os sete anos, e nessa idade aquilo que nasce é chamado de *enfant* (criança), que quer dizer não falante, pois nessa idade a pessoa não pode falar bem nem formar perfeitamente suas palavras” (ARIÈS, 1981, p. 36).

O autor destaca, ainda, que foram séculos de altos índices de mortalidade e de práticas de infanticídio. As crianças eram jogadas fora e substituídas por outras sem sentimentos, na intenção de conseguir um espécime melhor, mais saudável e mais forte, que correspondesse às expectativas dos pais e de uma sociedade que estava organizada em torno dessa perspectiva utilitária da infância. Segundo o autor, o sentimento de amor materno não existia como uma referência à afetividade. A família era social e não sentimental. Assim, as crianças sadias eram mantidas por questões de necessidade, mas a mortalidade também era algo aceito com bastante naturalidade. Outra característica da época era entregar a criança para que outra família a educasse. O retorno para casa se dava aos sete anos, se sobrevivesse. Nesta idade, estaria apta para ser inserida na vida da família e no trabalho.

Nesse contexto, as mudanças com relação ao cuidado com a criança, só vêm ocorrer mais tarde, no século XVII, com a interferência dos poderes públicos e com a preocupação da Igreja em não aceitar passivamente o infanticídio, antes secretamente tolerado. Preservar e cuidar das crianças seriam um trabalho realizado exclusivamente pelas mulheres, no caso, as amas e parteiras que agiriam como protetoras dos bebês, criando uma nova concepção sobre a manutenção da vida infantil. Dessa forma, surgiram medidas para salvar as crianças. As condições de higiene foram melhoradas e a preocupação com a saúde das crianças fez com que os pais não aceitassem perdê-las com naturalidade.

A representação da criança mística, aos poucos, vai se transformando assim como as relações familiares. A mudança cultural, influenciada por todas as transformações sociais, políticas e econômicas que a sociedade vem sofrendo, aponta para mudanças no interior da família e das relações estabelecidas entre pais e filhos. A criança passa a ser educada pela própria família, o que fez com que se despertasse um novo sentimento por ela. Ariès caracteriza esse momento como o surgimento do sentimento de infância, que será constituído por dois momentos chamados por ele de *paparicação* e *apego*.

A “paparicação” seria um sentimento despertado pela beleza, ingenuidade e graciosidade da criança. E isto fez com que os adultos se aproximassem cada vez mais dos filhos. Assim, os gracejos das crianças eram mostrados a outros adultos, fazendo da criança uma espécie de distração, tornando-se *bichinhos de estimação*.

Com a crescente preocupação com a saúde das crianças, seus pais passaram a não aceitar com facilidade a morte de seus filhos e, os pais que os perdiam aceitavam como sendo a vontade de Deus, segundo a orientação religiosa da época.

Assim, de acordo com Rocha (2002), foi dentro desse contexto moral que a educação das crianças foi inspirada, através do posicionamento de moralistas e educadores e, principalmente, com o surgimento da família nuclear gerada dentro dos padrões da cúria: o modelo de família conservadora, símbolo da continuidade parental e patriarcal que marca a relação pai, mãe e criança. A preocupação da família com a educação da criança fez com que mudanças ocorressem e os pais comesçassem, então, a encarregar-se de seus filhos.

Consequentemente, houve a necessidade da imposição de regras e normas na nova educação e a formação de uma criança melhor doutrinada, atendendo à nova sociedade que emergia. Tal concepção de indivíduo que aparece faz com que a criança seja alvo do controle familiar ou do grupo social em que ela está inserida.

Com as relações sociais que se estabelece na Idade Moderna, a criança passa a ter um papel central nas preocupações da família e da sociedade. A nova percepção e organização social fizeram com que os laços entre adultos e crianças, pais e filhos, fossem fortalecidos. A partir deste momento, a criança começa a ser vista como indivíduo social dentro da coletividade, e a família tem grande preocupação com sua saúde e sua educação. Tais elementos são fatores imprescindíveis para a mudança de toda a relação social.

De acordo com Siqueira (2006), nem sempre a infância teve o significado que hoje lhe é conferido. Na cultura brasileira, a criança é vista como um símbolo do futuro. Entretanto, essa fase da vida do ser humano não foi sempre entendida dessa forma. Segundo a autora, atualmente a palavra infantil é usada como referência, de forma abrangente, ao “ser criança”. Porém, uma definição do termo “ser criança” não tem sido consensual devido a questões que se situam no plano cultural e à inexistência de limites etários precisos dessa condição. Assim, pode-se considerar que “ser criança” tem início quando se nasce ou ainda no ventre materno, uma vez que o feto já é estimado existência humana, assegurando-se, nesse caso, os direitos a ele inerentes. Dessa forma, é complexo estabelecer o início etário do “ser criança”, assim como o estabelecimento do limite a partir do qual se deixa de “ser criança” também não se apresenta como um entendimento único.

De acordo com Coelho (2007), a definição da infância como uma construção social associa-se estreitamente a crítica à ideia de criança universal, considerada como uma ideia “moderna e positivista”, que, pretendendo construir uma verdade universal, corresponde fundamentalmente a uma categoria criada pela linguagem, segundo critérios de racionalidade e de acordo com uma visão essencialmente normativa.

Concepção da infância como uma construção social tem sido ainda marcada pelo progressivo reconhecimento de que as próprias crianças participam da sua determinação, uma vez que como agentes ativos e socialmente criativos produzem não apenas as suas culturas infantis com caráter único, mas simultaneamente contribuem para a produção das sociedades adultas (Corsaro, 2000 *apud Coelho, 2007*).

Ainda segundo Corsaro a noção de infância, como um período culturalmente determinado, é uma categoria estrutural, uma parte da sociedade, que se inter-relaciona com outras categorias como a classe social, o gênero, o grupo de idade, a família, o trabalho, as condições econômicas - cujos rearranjos ou modificações afetam, por sua vez, a natureza da infância. Modificações operadas nessas categorias, criando configurações diversas no que se refere às sociedades ocidentais e determinando vivências institucionais precoces, contribuem

para o desenvolvimento de culturas infantis que, por sua vez, agem como reprodutoras mas também como transformadoras da cultura social mais extensa.

A influência recíproca entre estas diversas estruturas serve também de enquadramento à compreensão não apenas da infância como uma construção social, que apenas em determinado momento se constitui também verdadeiramente como uma categoria social, como também dos serviços destinados ao seu atendimento.

Deste modo, devemos entender que a idade onde começar ou terminar a categoria infância é determinada pelo contexto sociocultural e pela unidade doméstica que esta criança está inserida, havendo variações regionais e dentro de uma mesma localidade, dependendo do número de filhos, do gênero e da idade destes.

Devemos considerar diversos fatores para a inclusão de uma criança na categoria infância. Sabemos que existe a lei que define a idade – de maneira generalizada – em que um ser é considerado criança ou adulto, mas precisamos ter a preocupação com as definições sociais e estruturais que modificam essa forma de encarar o mundo infantil.

Vamos tratar desse assunto em outro ponto, onde buscaremos analisar o ponto de vista verificado durante a pesquisa, onde o trabalho é visto como uma forma de socializar, educar e formar uma identidade. A questão de ser “precoce” ou não também vai depender de como a sociedade em questão percebe o ciclo de vida, que muitas vezes não é dado somente pela idade da criança, mas pelo seu amadurecimento físico e intelectual, de como ela está preparada para assumir suas responsabilidades perante a família e a comunidade.

1.3.2. O trabalho como processo educativo: socialização de crianças e adolescentes

Buscando um melhor entendimento, começaremos pela compreensão do conceito de socialização para depois entrarmos no quesito do trabalho como processo educativo.

Em se tratando de processos de socialização, segundo Gomes (1994), a socialização, que este autor assumiu e que também será assumida na presente pesquisa, é entendida nos termos que a conceituam Berger e Lukmann (1976), isto é, enquanto processo de construção social do homem. Embora da perspectiva do sujeito que o vivencia esse processo seja único, onde quer que ele se realize – na família, na escola, no trabalho, na igreja etc. –, ele é subdividido, teórica e conceitualmente, em dois momentos: **socialização primária e socialização secundária.**

A socialização **primária** consiste na transformação do homem (que ao nascer é apenas um organismo, é apenas biológico) em ser social típico: de gênero, de uma classe, de um bairro, de uma região, de um país. A socialização **secundária**, derivada da divisão do trabalho e, portanto, da necessária e inevitável distribuição social do conhecimento, consiste em todo processo subsequente de inserção do homem, já socializado em novos setores institucionais.

Enquanto socialização primária é, quase sempre, tarefa primordial da família, a socialização secundária é tarefa da escola e de demais instituições relacionadas ao mundo do trabalho. Sem anular, claro, a importância das outras agências educativas.

Gomes (1992) diz que estes autores observam uma clara dependência da socialização secundária em relação à socialização primária, à medida que ela é um “processo subsequente” de introdução de um indivíduo “já socializado” em setores diversos da vida social. Outro ponto relevante da abordagem desses autores, segundo Gomes, é a explicação da socialização em termos da dialética homem-sociedade. Para eles, esta relação compõe-se de três momentos: interiorização, objetivação e exteriorização. A interiorização corresponde ao momento privilegiado da socialização. A criança, ao nascer, encontra um mundo já posto a ser por ela interiorizado e assumido, embora seja fruto da ação coletiva de todos os homens que a antecederam. Interiorizando, supõe objetivá-lo e dando uma resposta a isso, que seria a exteriorização do que foi apreendido.

Em decorrência, a criança não estabelece as condições iniciais de sua existência, elas são um *a priori*. Assim, até mesmo a unicidade e a originalidade de cada um só existem em relação a condições previamente estabelecidas, que as determinam. Assim, a socialização é um acontecimento que exige, de um modo geral, mediadores entre o mundo físico e social e a criança. Pois são os adultos encarregados de educá-la, e é na relação com eles que a criança faz a sua aprendizagem de ser social.

Ainda segundo Gomes:

(...) o trabalho, a classe e a sociedade são interiorizados pela criança, por intermédio da apreensão que deles fazem seus próprios pais, a partir de suas particulares condições de trabalho. Portanto, tais interiorizações – e de vários outros aspectos da vida social –, muito antes de derivarem da experiência pessoal primeira, derivam, inicialmente, da experiência de outrem: dos mediadores. Sobretudo, não apenas tudo isso se passa e é transmitido no interior de uma família peculiar, mas há uma história de como o grupo familiar vive, de geração em geração, a vida social; essa história, evidentemente, é transmitida e apreendida pelas novas gerações, objetiva e subjetivamente (pag. 95).

Nos meios rural e semi-rural, a criança era educada no trabalho, para o trabalho. Tão logo cumprido o resguardo materno, o recém-nascido era levado para o campo onde dormia e alimentava-se, enquanto os demais amainavam a terra. Cabia aos menores – entre dois e sete anos – pequenos serviços tais como juntar gravetos, limpar sob os pés de café, colher o café dos galhos mais baixos (lógico que na medida da idade de cada um). De todo o modo, vivendo desde muito cedo imersa no ambiente do trabalho familiar, a criança acabava aprendendo a brincar ali mesmo, com ferramentas relacionadas ao trabalho, e rondando sempre o trabalho de outrem. Assim, ela não só aprendia a trabalhar muito cedo, mas, também em idade precoce interiorizava o trabalho como atividade central da vida de todos, fossem velhos, adultos, jovens ou crianças. Também em casa, a labuta não parava: a roupa, o fiar, o tecer, o pilar os grãos, a feitura dos alimentos, eram ocupações cotidianas, e que envolviam, sobretudo, mulheres e crianças (pag. 102).

Para Berger e Berger (1973), o mundo da criança é habitado por muitas pessoas. Esta logo aprende a distinguir quem são, e algumas delas assumem uma importância toda especial. Desde o início, a criança desenvolve uma interação não apenas com o próprio corpo e o ambiente físico, mas também com outros seres humanos. A biografia do indivíduo, desde o nascimento, é a história de suas relações com diferentes pessoas. Sua experiência relativa aos outros indivíduos constitui o ponto crucial de toda experiência. São os outros que criam os padrões por meio dos quais se realizam as experiências.

Partindo dessa reflexão, as crianças socializadas no trabalho, de certa forma, reproduzem essa condição por sua vida, ou parte dela; onde os valores internalizados, em muitos momentos não serão questionados, mas talvez por não houver uma necessidade imediata de um pensamento reflexivo sobre seus afazeres dentro da família. Não podemos negligenciar que as crianças também são atores sociais. Mesmo seu mundo sendo construído por adultos, seu aprendizado é internalizado e refletido de uma forma individual, no qual através de brincadeiras compartilhadas ou outras formas de interação com diversas crianças, muitos desses ensinamentos passados por seus pais podem ser alterados e reproduzidos de formas diferentes, que acabam, mesmo com mudanças, reportando ao modo de vida desses agricultores.

Autores como Menezes (2006) e Wagley (1977) falam de uma prática social através de uma iniciação no trabalho, que se fundamenta tanto na necessidade da cooperação dos braços de toda a família para garantir a sobrevivência, quanto é constituinte do processo de aprendizagem associado à transmissão do trabalho como valor que constitui homens e mulheres dignos e honrados em suas famílias e grupos sociais.

Ainda sobre essa discussão da socialização na infância no mundo rural, segundo Stropasolas (2010), os processos dessa socialização apresentam algumas singularidades que

necessitam serem levadas em consideração ao se abordar as condições sociais das crianças nas comunidades rurais. O autor destaca as interações intra e intergeracionais vivenciadas pelas crianças no âmbito comunitário em que residem nos espaços de sociabilidade, nas atividades lúdicas e esportivas, nos eventos culturais, nas relações de interconhecimento, ajuda mútua e religiosidade que caracterizam singularmente essas comunidades.

Por outro lado, as crianças interagem particularmente nas unidades familiares de produção, com relações de parentesco, sociabilidade e de aprendizagem envolvendo o conjunto dos membros da família, nas quais são (re)construídos e desempenhados papéis pelas crianças e demais integrantes do grupo doméstico na economia familiar, muitas vezes dependendo financeira e emocionalmente dos adultos. Além disso, as crianças relacionam-se também no interior da instituição escolar, comumente localizada fora de sua comunidade de origem, onde interagem com crianças de outras comunidades e com professores e funcionários da escola. Finalmente, as relações e interações intrageracionais envolvendo as brincadeiras e as trocas de vivências e aprendizados entre os pares.

Assim, ainda segundo este autor, é justamente nesse conjunto dinâmico de processos de socialização que as crianças se apropriam e interatuam no mundo social, construindo objetiva e subjetivamente a sua própria identidade na relação com o outro.

De acordo com o estudo feito na Zona de Trás-os-Montes, por Frazão-Moreira (1996) *apud* Nascimento (s/d), nas famílias das aldeias rurais analisadas, o trabalho ocupa grande parte do cotidiano dos seus membros. Desta forma, os saberes necessários para o desenvolvimento são partes essenciais do conhecimento reproduzido entre gerações. Em grande parte dos agregados, muito cedo todos os elementos se tornam ativos no mundo do trabalho, contribuindo, assim, para o sustento da família e a sobrevivência do grupo doméstico. Ainda segundo a autora, a educação desenvolve-se no sentido da preservação do trabalho, motor de todo o desenvolvimento individual e permanência da cultura social local.

Portanto, o entendimento do trabalho não pode ser visto somente como algo que prejudique ou que seja inadequado ao desenvolvimento infantil. No caso das famílias rurais, este é visto como forma de educar e transmitir valores importantes para o convívio social.

1.4. A Infância Camponesa

Tomando como referência o trabalho de Siqueira (2006), que desenvolveu um amplo estudo sobre o trabalho das crianças da agricultura familiar capixaba, em um de seus capítulos

intitulado “Infância e Trabalho”, é feita uma abordagem teórica riquíssima sobre o assunto, fator importante para tomar como referência e transcrever nesta dissertação como essas categorias foram caminhando durante a história de nosso país.

Segundo esta autora, o trabalho infantil esteve, historicamente, fortemente enraizado na cultura brasileira, visto como natural ao projeto de vida e sobrevivência das camadas populares. Obtendo, até pouco tempo, adesão dos diversos segmentos da sociedade, como famílias, sindicatos, partidos, igrejas. Em realidade, na pauta cultural brasileira, **o uso da forma de trabalho infantil se converteu em eixo básico na formação de crianças e adolescentes provenientes dos segmentos da população marcados pela pobreza e exclusão** (Carvalho, 2000 *apud* Siqueira, 2006 – grifo nosso).

Enquanto na Europa, final do século XIX, as crianças eram transformadas em pequenos trabalhadores assalariados, no Brasil muitas delas ainda viviam na situação de escravidão, onde crianças negras começavam muito cedo na vida como escravas.

No que se refere ao espaço urbano, o trabalho infantil foi uma prática recorrente nas primeiras décadas da república. Não apenas na Europa, mas, também no Brasil, a indústria têxtil recorreu largamente à utilização de crianças, em um contexto de formação do parque industrial nacional (Moura, 2000 *apud* Siqueira, 2006).

Na agricultura brasileira, alguns estudos segundo a autora, na década de 60, volta-se para a análise da organização social do pequeno agricultor, tendo em vista o impacto da industrialização e da tecnicidade da agricultura, onde o trabalho infantil está ligado à unidade familiar. Observando que a participação de crianças é mais intensa entre sitiantes de precária situação econômica, quando a agricultura é modernizada, essa participação é maior entre meeiros do que entre proprietários⁸.

Nesse sentido, Siqueira aponta para a importância de estar atento às transformações desse fenômeno “trabalho infantil”, recorrendo também à elucidação da categoria trabalho. Onde a palavra *trabalho* traz em si dois significados antagônicos. Aspectos histórico-religioso-filosófico atribuíram conotações diferenciadas que certamente influenciaram os indivíduos em sua relação com o trabalho na atualidade.

⁸ Este é um fator interessante de ser observado, pois muitos estudos apontam a precariedade do campo, a pobreza como condicionante para a inserção de crianças no trabalho. Em nossa pesquisa, não creio que este é o indicativo a ser seguido, pois encontramos famílias em boas condições materiais e que mesmo assim não abriria mão do trabalho de seus filhos, como condição de aprendizagem moral. Tomamos aqui o estudo de Siqueira por fazer um apanhado histórico de como o trabalho infantil era constitutivo em nossa sociedade, mas seu significado muda conforme o recorte cultural em que está inserido.

Para o nosso estudo, vamos tomar o segundo aspecto que vincula o trabalho a uma valorização positiva, assim como a ação de trabalhar. O sentido positivo, segundo Siqueira, acompanha a noção empenho, esforço para atingir um determinado objetivo.

Na tradição cristã, com a Reforma Protestante, o trabalho passa a ser visto como meio de salvação. Já na tradição oriental, as religiões tendem a ver o trabalho como uma atividade que harmoniza os homens com a natureza. Assim, podemos perceber a multiplicidade de significados que o trabalho toma para os indivíduos, significados que resultam da ascendência cultural, hábitos, aspectos históricos, práticas espirituais, relações sociais.

Para a autora Maya Mayblin, em seu artigo que procura explorar a possibilidade do trabalho infantil ser mais que uma simples sobrevivência econômica, verifica que este está envolvido em valores simbólicos relacionados à produção de um valor espiritual.

O trabalho em sua localidade de pesquisa é visto como um fator moralizante, neutralizando os pecados cometidos pelo indivíduo, sendo algo difícil, onde o trabalhador é aquele que “pena”, que “sofre”. A moralidade, por sua vez, precisa ser cultivada e ensinada, pois é percebida como necessidade humana, sendo que é através da moral do trabalho que se pode ter uma vida produtiva e um retorno espiritual.

O sofrimento faz parte do aprendizado e, quanto mais for o peso do trabalho, melhor será para que o indivíduo se veja livre do pecado e adquira um maior crescimento espiritual.

Em relação ao trabalho envolvendo a infância, Siqueira, em seu estudo no Estado do Espírito Santo, verificou que “trabalhar para manter o funcionamento das explorações familiares agrícolas, que têm o café como principal produto gerador de renda, tem sido uma constante na vida dos pequenos proprietários capixabas” (pág. 175).

Em Domingos Martins (município do ES), conforme relato da Conselheira Tutelar entrevistada pela autora, desde muito pequenas, as crianças já são inseridas na realidade de trabalho presente no cotidiano das pequenas propriedades. Elas se colocam, a princípio, na condição de acompanhantes dos pais que, muitas vezes, veem-se obrigados a levá-las para a “roça”, pois não têm onde ou com quem deixá-las⁹. Nessa situação, muitos bebês vivenciam os seus primeiros anos de vida acompanhando os momentos de capina, plantio ou colheita do café. A partir dos sete anos, essas crianças já são incorporadas ao trabalho, desenvolvendo, muitas vezes, as mesmas atividades de um adulto: plantam, colhem, capinam, ensacam etc..

⁹ Fato descrito por uma meeira em Varre-Sai durante entrevista, onde menciona que sua filha mais nova aprendeu a andar em meio ao pés de café, pois, não tendo com quem deixá-la, era obrigada a levar a criança, que ficava em um “balaio” à sombra do cafezal.

Observado pela autora, essa aproximação sucessiva da criança com o trabalho dá-se por necessidade por um lado, mas, por outro, contribui para que, desde muito jovens, essas crianças já possam estar aptas a desempenhar com eficácia um grande conjunto de tarefas. Nesse sentido, as crianças precisam ser treinadas para a realização dos vários trabalhos necessários.

Assim sendo, é possível dizer que as crianças ocupam um lugar muito importante no ciclo produtivo da vida econômica familiar. O seu trabalho representa uma contribuição indispensável para a sobrevivência/resistência de muitas das pequenas explorações agrícolas locais.

Outro ponto observado, é que a integração precoce das crianças nas atividades laborais encontra justificativa nos conteúdos dos sistemas valorativos acerca do trabalho que vigoram em comunidades rurais/agrícolas e que estão associadas a uma forma honrada de educar os filhos. Dar aos filhos uma educação baseada no trabalho, desde pequenos, configura uma condição necessária para se ter controle sobre sua energia (como criança) e liberdade.

Desta maneira, compreendendo que a categoria “infância e trabalho” foi sendo construída ao longo de nossa história, percebemos que, em se tratando de trabalho infantil, diferentemente do que pensa a legislação que o proíbe ou dos estudos que percebem na pobreza uma justificativa para seu uso, temos aqui uma visão de que é através do trabalho que valores são repassados e isso constitui uma maneira de ser encontrada em nosso campo de pesquisa.

De acordo com Marin (2008), registrou dados valorizados pela memória de camponeses de Itaberaí (GO) com idades entre 65 e 80 anos, que, durante as décadas de 30 e 40, estavam sendo preparados para assumir o papel de trabalhadores voltados às atividades produtivas agrícolas em pequena escala. Nas entrevistas, eles exaltavam as formas pelas quais foram socializados durante a infância, destacando a educação que receberam na família, na comunidade e/ou na escola.

Segundo o autor, o camponês não produz apenas bens materiais, mas também uma visão de mundo própria, manifestada em seus saberes, tecnologias, artesanato, culinária, crenças, folclore e, acima de tudo, nos processos de socialização das novas gerações. Assim, o estudo específico acerca do tema, requer a análise de organização das famílias camponesas, bem como das relações que seus membros estabelecem com os demais agentes sociais da agregação residencial e do mundo envolvente. Para o camponês, a vida e o trabalho não são dimensões sociais excludentes, e, sim, complementares: o trabalho gera os meios de vida

necessários à família e, de certo modo, reproduz um modo de vida que se expressa mediante formas familiares de organização produtiva, de manifestações culturais e de representações sociais construídas sobre a realidade objetiva. Ainda segundo este autor, nessa perspectiva de análise, inclui-se a reprodução da vida dos camponeses como cultura, como política e como sociabilidade, e não apenas como contínua produção de bens de uso e mercadorias para reposição da energia física do trabalhador e de sua família. Ou seja, além de produzir bens de consumo familiar e excedentes comercializáveis, os camponeses formam pessoas que se tornam os futuros trabalhadores.

Em diversos trabalhos, como os citados abaixo, observamos uma diferenciação entre o que é considerado trabalho e o que é visto como ajuda. O trabalho está relacionado com a terra, autoridade, provimento da família, ou seja, é o pai de família que trabalha, que é contratado e que recebe para o sustento de todos. Os filhos e a esposa apenas ajudam na lavoura, tendo suas funções separadas¹⁰.

Autores como Candido (1987), Fukui (1979), Garcia Jr. (1983), Tavares do Santos (1984 *apud* Marin & Vedral, 2010), Woortmann e Woortmann (1997) e Heredia (1979) ressaltam algumas diferenças em suas obras. Cada um verificou que existe uma socialização de crianças e adolescentes no meio rural através da transmissão de saberes, do aprendizado que é repassado de pai para filho.

Candido (1987) estudou o modo de vida de um agrupamento de caipiras no município de Bofete (SP), nos anos de 1948 e 1954, fornecendo elementos sobre os processos de socialização da infância no meio rural. Nessa comunidade, desde pequenos, os filhos, ao acompanharem os pais, se familiarizavam com a experiência acumulada sobre as técnicas agrícolas e artesanais, o trato dos animais e os serviços domésticos. Assim, o trabalho da criança, além de representar uma ajuda para garantir o sustento da unidade familiar, era reconhecido como momento de formação e preparação para a reprodução do modo de vida caipira.

Lia Fukui (1979), ao analisar as relações de parentesco e família entre os sítios tradicionais do interior de São Paulo e do Sertão da Bahia, a partir de um olhar externo sob a divisão das tarefas na roça, identifica a organização no interior da unidade familiar, pautada na relação de trabalho e reprodução social ao ritmo tradicional da roça. Na organização para o trabalho, as crianças assumem um papel de ajuda, ao mesmo tempo em que esta consiste em

¹⁰ Em Varre-Sai, estes estão fora da aplicação de defensivos agrícolas e em “abanar o café”, por ser considerado trabalho pesado e perigoso.

uma forma de aprendizado do valor do trabalho. Desde os quatro anos, as crianças iniciam seu processo de aprendizagem e de ajuda à família, sendo que a atribuição das tarefas varia de acordo com o grau de força e de aprendizado. Por volta dos nove anos, a criança tem condições de assumir responsabilidades e atuar em todas as tarefas, com condições iguais ao adulto. “Aos 13, 14 anos, espera-se dos jovens um comportamento realmente de adulto”. (Fukui, 1979, p.154)

Garcia Jr. (1983) ao analisar as relações no interior da unidade de produção familiar em Pernambuco, observa que, mesmo existindo uma hierarquia masculina responsável pelo sustento da família, o trabalho de todos os membros da família é requisitado constantemente no roçado, de onde provém o alimento para o consumo. Neste local, o trabalho das crianças é considerado ajuda ao pai, o qual determina a necessidade de solidariedade dos filhos. Ajuda que também é requisitada pelos espaços de responsabilidade da mãe. Na compreensão do autor, o roçado constitui o ambiente de socialização das crianças, onde, a partir dos 10 anos, já podem assumir responsabilidades sobre as atividades agrícolas e botar seu próprio roçadinho. Desta forma, a infância está associada à formação do trabalhador que se concretiza por meio da ajuda, momento de aprendizado e preparo para a reprodução da condição de vida.

Tavares do Santos (1984 *apud* Marin & Vedruscolo 2010) também observou a vivência das crianças nas diversas tarefas da unidade de produção familiar no interior do Rio Grande do Sul. No contexto dos colonos produtores de uva, as crianças também dividem seu tempo entre a escola e o trabalho na roça ou nos afazeres domésticos, no turno inverso ou integralmente mesmo em épocas que o ano agrícola coincide com o calendário escolar. A socialização das crianças ocorre no interior da unidade familiar onde o trabalho é internalizado como valor e passa a fazer parte do mundo infantil por meio de estímulos, como distração, forma de aprendizado e ajuda. Posteriormente, por volta dos 15 anos, os jovens assumem as mesmas responsabilidades dos adultos.

De acordo com Heredia (1979), os *roçados* significam um processo de socialização dos membros da unidade familiar. Essa socialização refere-se tanto à aprendizagem e adestramento das técnicas, como à formação de comportamentos adequados ao trabalho agrícola. Constitui também uma forma de internalização das normas do grupo, preparando-os fundamentalmente para a unidade que cada um deles constituirá no futuro. O roçado funciona com o trabalho de todos, garante as necessidades básicas da família. Os membros desta família não recebem nenhuma parte especial do que ali é produzido por executarem essa tarefa, pois o que é obtido através do roçado é destinado ao consumo da própria família. Já os

roçadinhos, cuidados pelos filhos que ainda são permanentes no grupo doméstico (não abandonaram suas casas), cumpre o papel do aprendizado das técnicas de cultivo e onde acontece de forma prática essa socialização. Esses filhos ainda não alcançaram sua maioridade, ainda dependentes do pai. Portanto, o roçadinho representa uma forma de treinamento no trabalho agrícola, sendo um processo de aprendizagem deste trabalho que é efetuado sob a orientação e com a contribuição do pai.

Ainda sobre a transmissão de saberes, segundo os autores Woortmann e Woortmann (1997), repassar o saber é tão central para a condição de pai como transmitir a terra. Transmitir o saber é também transmitir valores, a construção de papéis sociais e hierarquia, pois este saber é um saber-fazer e está subordinado ao chefe de família, governador do trabalho e assim governador desse fazer-aprender.

Para esses autores, o trabalho está relacionado com a terra, com a autoridade do pai e com o sustento da família, além, de não haver separação entre a terra, o trabalho e a educação de seus filhos. A família utiliza o trabalho das crianças, pois este é visto como uma ajuda e como uma forma de educação, garantindo assim sua formação e preparação para lidar com o modo de vida rural. Desta forma, a infância está associada à formação do trabalhador que se concretiza por meio da ajuda, momento de aprendizado e preparo para a reprodução da sua condição de vida. Uma socialização que está interligada pela aprendizagem e conhecimento das técnicas, constituindo assim uma maneira das crianças internalizarem as normas sociais e morais do grupo que participam, preparando-as para o futuro.

Tais observações são importantes para pensarmos que o “lidar” com o trabalho na lavoura traz inúmeras implicações, não podemos ficar presos apenas na reprodução econômica da família. Há uma linguagem simbólica nos atos praticados, o ensinar o trato com a terra, a lavoura, os meios de vida vão além de aprender apenas uma profissão para o sustento da família, está ligado a um modo de vida, a uma cultura onde a moralidade é a base importantíssima para obtenção de um *status* privilegiado aos olhos da comunidade.

Segundo Sousa (2004), sua pesquisa na cidade de Santa Terezinha (PE), tendo como objetivo propor uma reflexão sobre o trabalho infantil, diz que:

O trabalho infantil tem sido compreendido, de forma generalizada, como um problema social, o que deu origem a programas do Governo Federal como o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). É verdade que o trabalho infantil é muitas vezes sinônimo de exploração e de maus tratos, mas estas características não são verdadeiras nas condições da agricultura camponesa, pois, neste caso, o trabalho familiar não é regido pelos estritos imperativos de rentabilidade, não havendo exploração da força de trabalho

de seus membros, uma vez que não houve a dissociação dos trabalhadores dos meios de produção. Deste modo, o trabalho infantil parece adquirir um significado diferente da simples produção de riqueza material, constituindo-se em um meio de aprendizagem, afirmação da identidade camponesa e de socialização das crianças no seio da família e da comunidade. Ir ao roçado é socializar-se, uma vez que o roçado se constitui como o espaço principal de convivência familiar e comunitária (pág. 75).

Sua pesquisa é importante para pensarmos que, diferentemente de muitos autores que encaram o trabalho infantil como exploração, através de Souza, é visto como forma de socialização, educação e fator moralizante das crianças e adolescentes dentro das comunidades em que estão inseridas.

A autora Maya Mayblin (2010) observou que na localidade analisada havia uma grande preocupação em relação às crianças entre as idades de oito e dez anos, se estas demonstravam ou não, sinais de se tornarem um trabalhador. Esse período era percebido como se a execução de determinada tarefa fosse melhor durante essa fase da vida. As que possuíam uma melhor aptidão para a tarefa eram vistas como muito trabalhadoras; as que, pelo contrário, não executavam com destreza e sentiam pouco interesse acabavam servindo como exemplo negativo para as outras crianças.

As idades de oito a dez anos são muito significativas, pois é neste período que a participação em trabalhos da esfera doméstica é maior. A decisão do trabalho precisa ser da criança, ela não é forçada a executá-lo. Segundo Mayblin, “what is generally true, however, is that children are encouraged, but never forced, to labour” (pág 35).

Assim, percebemos que a questão da idade em que uma criança é colocada diante do trabalho possui seus significados, é um momento importante para o grupo definir a hora certa de desempenhar tal função, soando assim necessário para o desenvolvimento da criança diante dos olhos dos membros da comunidade a qual ela pertence. Portanto, o ser “precoce” precisa ser analisado levando em conta as variáveis culturais, sociais e morais de determinada sociedade. Entendemos que os pressupostos legais são parâmetros sociais construídos em torno de uma idade adequada para que uma criança comece a trabalhar. A lei, na verdade, é só um dentre vários parâmetros para se pensar a relação entre idade e trabalho.

1.4.1. Ser “precoce”: entendimento sobre o ciclo de vida

Para Vieira (2008), o entendimento da transição para a vida adulta necessita primeiro de situá-la dentro de certo marcos históricos e contextuais em que ela emerge como uma

questão social. Não é possível discutir a transição para a vida adulta sem esbarrar, em algum momento, com noções de periodização da vida, categorias de idade e preocupações com a estrutura do ciclo de vida, ou do curso da vida, como preferem outros teóricos. A ideia de ciclo de vida traz à mente noções de continuidade sociobiológica, segundo a qual o indivíduo nasce, cresce, reproduz-se e morre, seguindo um *script* que se repete de geração em geração. Na atualidade, essa experiência de vida ao longo do tempo torna-se mais complexa e plural, onde mudanças sociais e econômicas e familiares modificam e segmentam as explicações sobre os estágios do ciclo da vida.

Neste sentido, Neves (2001) analisa as crianças envolvidas no trabalho nos canaviais, demonstrando que a demarcação das etapas da vida biológica comporta singularidades culturais, explicativas da definição de ciclos de vida e dos métodos que orientam a disciplina dos comportamentos correspondentes.

Em se tratando do começo da idade em que crianças são inseridas em diversas funções, tanto domésticas quanto no corte da cana, é possível dizer que as atividades destas correspondem à avaliação de sua capacidade física e se articulam ao cumprimento de deveres de participação no sistema elementar de ensino (dos sete aos 14 anos). Aos sete anos, as crianças são encaminhadas à escola, independentemente da qualidade dos serviços por ela prestados. Após a frequência escolar, elas estão livres para brincar com irmãos e crianças vizinhas, nos espaços em torno da casa. Entre os 10 e os 14 anos, tanto os meninos como as meninas devem também colaborar nos trabalhos domésticos, inclusive na atenção aos irmãos mais novos. Por volta dos 10 anos, os meninos em especial, começam a ultrapassar os espaços sociais correspondentes às relações de vizinhança e ao ambiente escolar, mas sob recomendação dos pais. A conquista da liberdade de andar por conta própria, denotativa da construção da masculinidade adulta, é administrada pelos pais, que insistentemente exigem explicações dos atos dos filhos.

O reconhecimento social da entrada na vida adulta se dá por volta dos 14 anos para ambos os sexos. Para os garotos, corresponde ao acesso ao trabalho e à conquista da autonomia financeira, condições que asseguram certa liberdade para ocupação do tempo livre. Para as garotas, é a iniciação para a constituição de uma nova unidade familiar, sendo o namoro controlado pelos pais.

Em dos estudos realizados para esta dissertação sobre o trabalho infantil no meio rural da sociedade brasileira, um dos recortes está relacionado com o trabalho no corte de cana, onde a seleção prematura dos filhos para esse tipo de trabalho pressupõe a avaliação da saúde

e do desenvolvimento físico. Em tese, é impensável a incorporação de crianças até nove ou 10 anos, salvo em situações muito precisas e descontínuas.

Os filhos e as filhas que não dispõem de maturidade física e intelectual para ingressar neste mundo do trabalho são definidos como doentes. Esta definição, dependendo do grau de incapacidade, não significa que eles sejam totalmente liberados do trabalho, mas apenas perdoados pelo inadequado desempenho, especialmente no canavial.

Quando os jovens são considerados incapazes para o trabalho no canavial são vítimas de chacotas entre os colegas. Ocupam, assim, uma função desprestigiada e desonrosa junto ao seu grupo.

Se os filhos que já são considerados adultos e não se adaptam ao trabalho de corte de cana por restrições à incorporação dos valores que referenciam esta inserção, são estimulados à migração ou são severamente criticados e acusados de peso morto na família. A qualificação de preguiçoso implica o não reconhecimento do direito à participação nos benefícios da solidariedade familiar, que se funda na contribuição ao atendimento aos interesses coletivos do grupo.

Para Woortmann e Woortmann (1997), os filhos, a partir de certa idade, participam do processo produtivo e o ciclo de vida menino - rapaz – homem é a transição da *ajuda* para o *trabalho* e eventual *governo*, associada a outras passagens com significado ritual, com a já referida migração e o casamento.

Portanto, a questão da idade, ou da precocidade de crianças inseridas no trabalho, precisa ser repensada tendo a diversidade cultural e social daquilo que a comunidade chama de ser “maduro” para o trabalho. Essa demarcação pode ser diferenciada, levando em consideração o tipo de plantio, a constituição social da comunidade e outros fatores. É preciso ter em mente que ser “precoce”, conforme muitos órgãos internacionais ou mesmo a legislação exemplifica, vai de encontro ao que é pensando e visto pelas comunidades em questão. Necessário ter conhecimento que a fase da vida é transformada e modificada a todo o momento, a história não é estática, portanto, o limite de idade em que uma criança começa a trabalhar varia de acordo com as normas sociais e morais de determinada comunidade, independente do que é traçado pela lei.

Fazendo um resumo do que vimos até aqui, podemos observar que o trabalho “precoce” visto através da legislação demonstra uma preocupação do Estado pela infância iniciada no Brasil a partir do final do séc. XIX e início do séc. XX, onde esta começou a ser amparada e enxergada através de uma representação nacional de nosso país. Através das

mudanças ocorridas na sociedade, a lei foi sendo desenvolvida, chegando ao que conhecemos hoje (ECA) e enxergando o trabalho “precoce” como algo inadmissível em nossa sociedade, que precisa ser erradicado o quanto antes.

Já o trabalho por necessidade baseia-se na condição financeira precária de muitas famílias de agricultores, incluindo a baixa escolaridade de seus pais e a falta de políticas públicas que amparem essas famílias (segundo alguns autores). Vimos como a sociologia pensou a exploração do trabalho associado à pobreza das famílias. Aqui, a infância é vista através da ótica da exploração do trabalho e das relações sociais, diferenciando os pressupostos legais.

Já o trabalho de crianças analisado por meio da socialização e processo educativo, enxerga essa atividade como uma prática que muitas famílias utilizam para educar e repassar ensinamentos importantes, como a educação, a moral e um ofício para seus filhos. Assim como a infância camponesa, onde notamos a visão de diversos autores a respeito do legado que pais procuram repassar para seus filhos, associado a uma reprodução do modo de vida, pois não é divisível o homem de sua terra, e nem ao menos de seu trabalho.

Finalizando esta parte, no capítulo seguinte vamos trazer toda essa discussão para o nosso campo de pesquisa procurando analisar a relativização do trabalho infantil dentro da comunidade estudada. Para tanto, buscamos um entendimento de como foi o surgimento do município, assim compreendendo o forte apelo que o trabalho possui na localidade. Diante do exposto, traçamos o perfil das famílias pesquisadas que foram analisadas tendo como base o valor educador do trabalho na vida de seus filhos.

CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

Nesta seção, faremos o uso do estudo de Carvalho (2001), onde esta autora realizou uma pesquisa histórica sobre a chegada do imigrante na região, analisando o processo de aquisição de terras, onde colonos e parceiros transformaram-se em proprietários rurais. Um rico estudo sobre a história do município, onde é possível perceber sua constituição e a importância da família agricultora na região.

Após este aporte histórico, a região foi localizada em um âmbito mais atual, buscando informações sobre a atuação da cafeicultura em sua economia.

2.1. O Município de Varre-Sai e um Breve Relato de sua História

De acordo com o estudo de Carvalho (2001), as terras que formaram o município de Itaperuna, de onde saiu o atual município de Varre-Sai, pertenciam à Vila de Campos dos Goitacazes, na Capitania de Paraíba do Sul, área que fazia parte do Norte Fluminense até bem pouco tempo atrás e, atualmente, conhecida como Noroeste Fluminense, no estado do Rio de Janeiro.

A difusão da cafeicultura nessa região teve início com os primeiros desbravadores, entre eles, José de Lanes, Joaquim Lanes e outros mineiros, que após o declínio da mineração se estabeleceram nos “caminhos do ouro”, desenvolvendo, de início, agricultura de subsistência e, posteriormente, o café.

A produção de café tomou proporções importantes, a partir do período entre 1870 a 1880, transformando-se em principal produto gerador de rendas no Brasil. Dos Vales do Paraíba Fluminense e Paulista, Espírito Santo, Minas Gerais (em menor proporção) até o interior da Província Fluminense, essa cultura serviu de motor ao desenvolvimento econômico brasileiro.

Outra questão a considerar é que o povoamento do noroeste seguiu a marcha do café, chegando às primeiras décadas do século XX com uma significativa produção. A importante

colocação da região em sacas de café produzidas deveu-se em grande parte a utilização de imigrantes de diversas nacionalidades e, principalmente, a italiana na lavoura cafeeira.

Na época da imigração italiana, o noroeste fluminense era uma área de fronteira agrícola e demográfica aberta. Apesar de o povoamento ter se iniciado nas primeiras décadas do século XIX, uma extensa área ainda era coberta de florestas quando os imigrantes italianos chegaram.

Constatou-se que, aproximadamente, cem famílias foram encaminhadas para o município de Itaperuna, o qual pertencia em grande parte os atuais municípios do noroeste fluminense. Estas famílias ficaram em Natividade e outras seguiram para o Espírito Santo.

No período em que a região noroeste do estado do Rio de Janeiro tornava-se grande produtora de café, a alegada escassez de mão-de-obra, segundo a visão dos proprietários, seria a causa da crise na lavoura. Foi em busca de solução para suprir a mão-de-obra que grandes cafeicultores reivindicaram imigrantes europeus para a região.

Em 1896, inicia-se a chegada das primeiras famílias italianas em Varre-Sai, mas a maior parte chegou em 1897¹¹. Não havendo informações sobre a origem de todas as famílias que desembarcaram nessa época, Carvalho constatou que muitas delas vieram da região central da Itália, nas localidades de Toscana, Lazio e Úmbria. Os assentamentos italianos mostraram que no último quartel do século XIX, dois terços de todos os emigrantes para o Brasil eram da área ao norte de Roma.

Embora tivesse iniciado a cultura cafeeira nas primeiras décadas do século XIX, e Varre-Sai já contar com uma pequena produção de café, o povoamento e, conseqüentemente a ocupação da terra neste distrito, se consolida a partir da instalação dos italianos nas fazendas como colonos e, posteriormente, como proprietários de terra.

Para Carvalho (2006), a fazenda mais importante da região e que, ainda hoje continua a produzir café, é a Bela Vista. Esta recebeu cerca de 40 famílias imigrantes no final do século XIX, instaladas em uma área da fazenda denominada Paraíso, com casas para abrigá-las.

Nesta fazenda houve uma relação de trabalho que não poderia ser simplesmente classificada como parceria ou colonato, pois o colono era inserido em dois sistemas que funcionavam simultaneamente na fazenda. O colono imigrante (italiano) trabalhava como

¹¹ De acordo com as pesquisas feitas, dentre os cognomes italianos que chegaram à região temos: Boni, Bertolini, Bianconi, Bandoli, Balducci, Demartini, Cagnaci, Capacia, Celebrini, Calidoni, Constantino, Esposti, Fratejani, Fabri, Frangilli, Ferrari, Fitaroni, Frangilo, Faloti, Giovanninni, Gorini, Gentil, Grillo, Gallo, Mantence, Mugnari, Muruci, Martelini, Mazelli, Potente, Pulitini, Purificati, Pizano, Pani, Polastreli, Pirozzi, Pelegrini, Paulanti, Possodeli, Pavanelle, Privato, Riguetti, Ridolfi, Tupini, Vioti, Spalla, Zambroti e outros.

parceiro, tendo direito a metade do lucro da lavoura plantada em parceria (o que ainda ocorre na região), e havia a remuneração no trato da colheita do cafezal do proprietário, além da moradia gratuita e o plantio intercalar nas novas lavouras de café. Portanto, o imigrante era colono/parceiro da propriedade onde trabalhava.

Havia a figura dos camaradas (não imigrantes contratados para a colheita do café), também chamados de “trabalhadores de turma”, que possuíam uma condição melhor que a dos trabalhadores eventuais.

O colono era um trabalhador que combinava a mão-de-obra de todos os membros da família, que para Carvalho o rendimento monetário na colheita ficava atrelado à intensificação do trabalho familiar.

Sobre a remuneração dos colonos e sua produção intercalada com os pés de café na fazenda, temos:

Na Bela Vista, após a colheita, os italianos receberam em dinheiro o equivalente à metade da lavoura cultivada por eles. Consta nos registros da fazenda uma lista de italianos que receberam a metade por parte do café colhido. Acrescentamos que a quantia paga aos italianos foi efetuada no mesmo dia em que o café foi vendido pelos fazendeiros. (...) Indiscutivelmente, nesse aspecto, os italianos obtinham melhores vantagens que os camaradas. Com estes não era estabelecida parceria no café (pág. 06). [...] Ao colono, era permitido plantar lavoura de subsistência: outra fonte de renda importante, paralela à produção de café. Esses colonos cultivavam o milho e o feijão. A produção paralela era permitida sem que fosse necessário dividir a metade com os proprietários. Por ser uma área de expansão do café, o plantio entre os cafezais novos permitiu aos italianos vantagens, pois ao mesmo tempo em que cuidavam do café, poderiam cultivar outros produtos sem perda de tempo. Novos cafezais eram a preferência dos colonos, ao passo que nas lavouras velhas, por não ser apropriada à cultura intercalar, tinham os colonos que cultivavam sua subsistência em terrenos separados. Dessa forma, a família colona teria que dispor de maior tempo para cuidar do cafezal e da lavoura de subsistência (pág. 07).

Temos nestas duas passagens de seu trabalho uma visão clara das vantagens do colonato em relação aos camaradas. Além de certa autonomia em se tratando de sua subsistência e da oportunidade de adquirir renda através de outros meios, além dos que já existiam em sua parceria com o fazendeiro. Desta forma, não foi difícil muitos colonos obterem suas próprias terras, transformando-se em produtores rurais.

Em se tratando de estratégias de sobrevivência, Carvalho nos diz que:

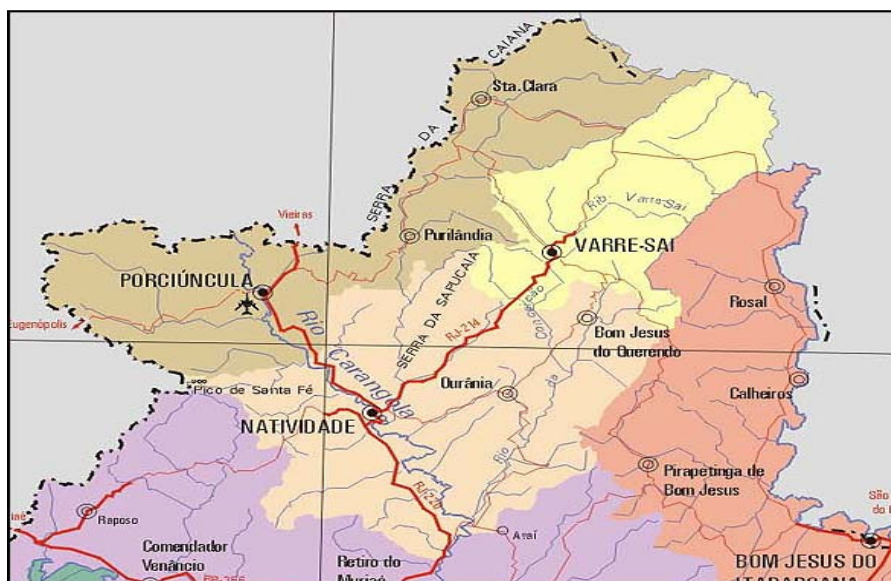
Os colonos procuravam fixar-se junto a seus conterrâneos de modo a se sentirem psicologicamente confiantes. A união e a ajuda mútua se fizeram presentes; dessa forma, sentiam mais segurança para seguir em frente. Podemos concluir que esta também foi uma das estratégias utilizadas na luta pela sobrevivência para aumentar os seus rendimentos. A necessidade do estreitamento dos laços familiares contribuía para aumentar os ganhos. A família unida trabalhava com um único objetivo: comprar um lote de terra, por isso, os membros não se dispersavam. Ter terra significava ter liberdade, significava a realização de um sonho que na Itália foi interrompido com o avanço do capitalismo no campo e, conseqüentemente, com a desagregação da unidade familiar. Portanto, era aqui que os italianos sentiram a possibilidade de se transformarem em proprietários rurais. Para isso, não pouparam esforços no sentido de acumular certo capital que lhes favorecessem o acesso a terra (pág. 8)

Diante do estudo de Carvalho (2001, 2006), podemos perceber como foi construída a manutenção dessas famílias italianas desde sua chegada até os dias atuais. Muitas práticas de cultivo adquiridas naquela época ainda são vistas com frequência no município. Relações familiares fortes, o trabalho de toda a família no campo, a transmissão de valores morais, enfim, a construção de um *ethos* camponês.

Segundo Stolcke (1986), o colonato era eficiente como sistema de exploração da mão-de-obra que se fundava, em larga medida, na possibilidade de utilizar a família como unidade de trabalho, onde o cafeicultor obtinha este trabalho adicional a um custo inferior ao que ele teria de pagar se contratasse somente ao homem como trabalho assalariado. Por isso, as esposas e os filhos dos trabalhadores eram especialmente úteis quando a demanda de mão-de-obra aumentava na época da colheita, e também desempenhavam um papel importante na auto-subsistência, o que reduzia ainda mais os custos unitários com essas famílias. Essa ideologia de solidariedade e cooperação familiar permitia aos cafeicultores explorar ao máximo toda a família imigrante.

Embora esta seja uma descrição da economia política do café em São Paulo, tendo como pano de fundo a constituição do mercado de trabalho livre a partir de uma análise da constituição e declínio do colonato, podemos perceber em relação à história das famílias de imigrantes de Varre-Sai (como dito anteriormente) que a aquisição de suas próprias terras foi de suma importância para a obtenção de suas autonomias como produtoras e como detentoras de suas próprias forças de trabalho. Economizar recursos financeiros através do trabalho familiar possibilitou uma liberdade sobre a vida dessas famílias, transformando-as de simples trabalhadores rurais a dono de suas terras, porém permanecendo a ideologia do trabalho familiar, onde todos estariam envolvidos na agricultura como forma de manter sua economia e reprodução doméstica.

As famílias agricultoras desde então estiveram ligadas ao cultivo desse produto, muitas delas descendentes dos imigrantes que vieram tentar a sorte no Brasil e outras, descendentes de colonos brasileiros que trabalharam para essas famílias e assim reproduziram o mesmo caminho de seus ancestrais – o de agricultor.



Localização do Município de Varre-Sai¹²
Fonte: Governo do Estado do Rio de Janeiro.

¹² Uma curiosidade sobre o nome do município de Varre-Sai, segundo o site da Prefeitura, o local era visitado por muitos tropeiros, que costumavam pernoitar em um velho rancho. Na porta, escrito a carvão, um aviso: Varre e Sai. Todos que por ali passavam deveriam varrer o local antes de seguir seu caminho. Eles não pagavam nada pela estadia, em troca conservavam o lugar limpo. Assim começou a história de Varre-Sai. O surgimento, propriamente dito, do local aconteceu em 1848, quando um fazendeiro chamado Felicíssimo Faria Salgado comprou terras na região. Dessas terras, uma área foi doada à igreja católica. Em 1920, foi construída a atual igreja de São Sebastião, hoje um dos pontos turísticos mais belos do município. Durante muito tempo Varre-Sai foi distrito de Natividade, graças a um movimento que mobilizou toda a população, foi conquistada em 1991 sua independência política e administrativa.



Parte central do município de Varre-Sai (acervo próprio)



Prefeitura Municipal de Varre-Sai



Situada ao alto e à esquerda, rancho que deu origem ao nome da cidade e que atualmente abriga a casa de cultura com um acervo interessante da obra de Baden Powell¹³.

2.2. Varre-Sai Atual: A Importância Econômica do Café

Um dos motivos pela escolha da região Noroeste Fluminense, tendo como foco o município de Varre-Sai, é por esta ser uma das maiores produtoras agrícolas do estado do Rio de Janeiro. De acordo com Silva (2006), sendo tradicionalmente agrícola, esta região é, hoje, o resultado dos processos histórico-sociais engendrados pelas interações cidade/estado do Rio de Janeiro e das consequentes desigualdades espaciais proporcionadas por suas peculiares relações campo-cidade. Último reduto do café em terras fluminenses – atividade reativada hoje em alguns municípios da região, como Varre-Sai.

Esta região está localizada na divisa do estado do Rio de Janeiro, com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, a aproximadamente 400 quilômetros da capital do estado fluminense, em direção ao noroeste. Trata-se de uma antiga área cafeeira que, até meados do século XX, ocupou uma posição de destaque nas exportações nacionais.

De acordo com o Censo Demográfico realizado em 2010 pelo IBGE (IBGE 2011), Varre-Sai possuía população de 9.475 pessoas, onde 61,1% viviam na área urbana e 38,9% em áreas rurais. Comparando os dados do Censo do ano de 2000 e de 2010 (IBGE 2011),

¹³ Baden Powell é considerado o filho ilustre de Varre-Sai, um importante violonista brasileiro.

verifica-se um crescente aumento da proporção de pessoas no meio urbano em detrimento ao meio rural, conforme observado na Figura 1.

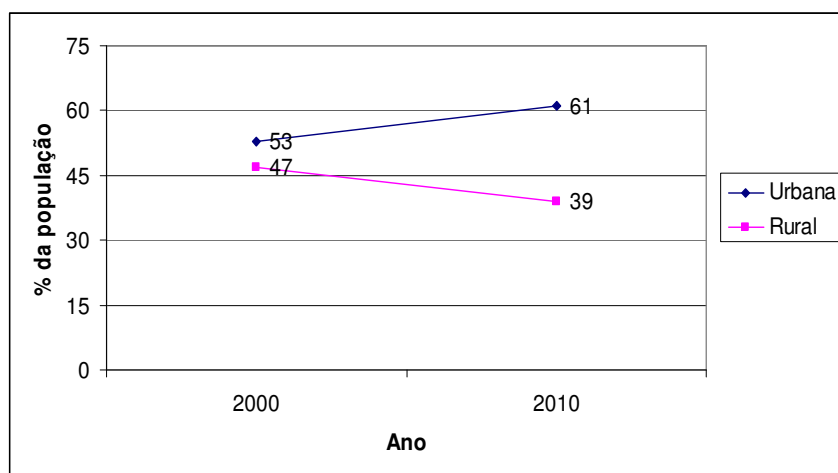


Figura 1 – Porcentagem de população do município de Varre-Sai, que vive nos meios urbano e rural nos anos de 2000 e 2010 (IBGE 2011).

Apesar da diminuição da porcentagem de pessoas que vivem no meio rural no município de Varre-Sai, esta cidade possui população rural bem acima do valor encontrado para o estado do Rio de Janeiro, que é de apenas 3,29% contra 39% no município de Varre-Sai (IBGE 2011). Possui 80,93% do total de sua população alfabetizada, sendo que no meio rural 79,02% são alfabetizadas.

De acordo com IBGE (2011), o município de Varre-Sai possuía no ano de 2010 2.852 domicílios particulares permanentes, onde quase 90% dos mesmos possuíam rendimento mensal de até cinco salários mínimos, conforme Figura 2.

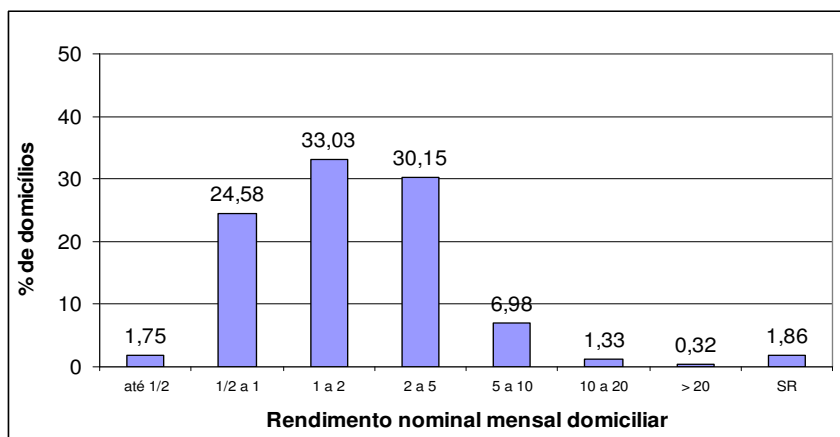


Figura 2 – Classificação dos domicílios do município de Varre-Sai conforme rendimento mensal em salários mínimos no ano de 2010 (IBGE 2011).

Dessa forma, a atividade cafeeira tem peso relevante na economia do município, agregando 21 milhões de reais no ano de 2010 ao município de Varre-Sai, o que equivale à

produção de 6.000 toneladas de grãos beneficiados de café. Grande parte da população está inserida nas atividades agropecuárias, sendo que, em 2006, Varre-Sai possuía o total de 643 estabelecimentos agropecuários, que ocupavam 1.922 pessoas nas atividades rurais (IBGE, 2012).

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2012), em Varre-Sai existia um total de 54% de áreas ocupadas por pastagens, 36% de áreas de lavouras permanentes e apenas 12% estavam ocupadas por matas e florestas naturais (Tabela 01).

Tabela 01 – Número e área de estabelecimentos agropecuários para as diferentes classes de utilização das terras para o município de Varre-Sai (RJ) de acordo com o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2012).

Classes de utilização das terras	Número de estabelecimentos agropecuários¹⁴	Área dos estabelecimentos agropecuários (hectares)
Lavouras permanentes	576	3.663
Lavouras temporárias	104	351
Pastagens	328	7.405
Matas e florestas naturais	176	1.684
Construções ou caminhos	256	351
Outros	188	269
Total	643	13.723

A grande maioria dos pequenos proprietários de Varre-Sai é classificada como agricultores familiares, existindo, atualmente, 616 declarações de aptidão ao Pronaf (DAP¹⁵) ativas no município (MDA, 2012). Pelo Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2012), das **643** propriedades do município de Varre-Sai, **257** tinham vínculo de parceria, ou seja, possuíam contratos com meeiros¹⁶.

¹⁴ Deve ser comentado que em muitos estabelecimentos agropecuários ocorrem mais de um tipo de utilização de terra, sendo a mesma contada em diferentes classes de utilização das terras.

¹⁵ A DAP é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, entre outros o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Tabela 02 – Número de estabelecimentos agropecuários, porcentagem do número de estabelecimentos e porcentagem da área dos estabelecimentos agropecuários para as diferentes classes de tamanho de propriedade para o município de Varre-Sai (RJ) de acordo com o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2012).

Grupos de área total	Número de estabelecimentos agropecuários	Porcentagem do número de estabelecimentos	Porcentagem da área dos estabelecimentos
Até 2 ha	85	13,22%	0,64%
De 2 a 5 ha	217	33,75%	5,44%
De 5 a 10 ha	98	15,24%	5,64%
De 10 a 20 ha	86	13,37%	10,00%
De 20 a 50 ha	86	13,37%	21,54%
De 50 a 100 ha	44	6,84%	23,71%
De 100 a 200 ha	20	3,11%	21,98%
Maior que 200 ha	7	1,09%	11,05%
Total	643	100,00%	100%

Na Tabela 02 é apresentada a estrutura fundiária rural no município de Varre-Sai. Pode-se notar que mais de **62% dos imóveis rurais possuem até 10 hectares e apenas 11% são maiores que 50 hectares**, mostrando que o município é formado praticamente por pequenas propriedades. Porém, os 400 imóveis que possuem até 10 hectares correspondem a apenas 11,72% do total da área dos imóveis rurais de Varre-Sai e os 71 imóveis maiores que 50 hectares somam 56,74% da área.

O estado do Rio de Janeiro produziu em 2010 cerca de 15.000 toneladas de café beneficiado, desse total, 6.000 toneladas foram produzidas no município de Varre-Sai, ou seja, esta cidade produz praticamente 40% de todo o café do estado (IBGE, 2012).

A criação de bovinos também tem peso importante na economia municipal, possuindo 8.295 cabeças de gado e produzindo mais de 3,7 milhões de litros de leite em 2010 (IBGE, 2012).

Além da atividade cafeeira e pecuária, nos relatos de moradores do meio rural durante as entrevistas e atividades de reconhecimento, foram relatadas também outras culturas importantes para o município, em que os produtos gerados são vendidos no mercado local ou utilizados na subsistência da família, como feijão, milho, laranja, banana, abóbora, goiaba, entre outros.

Desta forma, grande parte da população está inserida nas atividades agropecuárias, sendo que, em 2010, Varre-Sai possuía o total de 643 estabelecimentos agropecuários, ocupando 1.922 pessoas nas atividades rurais.

2.3. O Sítio Vai e Volta e seus Arranjos Familiares

O sítio Vai e Volta está situado na zona rural de Varre-Sai, cerca de 10 minutos do centro da cidade, de fácil acesso e cercado por plantações de café e um pouco do que resta da Mata Atlântica localizada em áreas de APP (área de preservação permanente) da região. Esse sítio é bem interessante e fica localizado em uma região montanhosa. O local foi herança de seu Geraldinho Ferreira, que dividiu os lotes e depois vendeu a diversos interessados. O nome Vai e Volta é devido ao lugar sem saída, não há para onde ir depois da chegada, portanto, para sair do sítio é preciso voltar.

Sítio é uma denominação dada pelos moradores do lugar, pois nesta localidade encontram-se outros sítios comumente sem nome, como é o caso dos sítios das famílias pesquisadas e de nosso contato. É neste lugar que pode ser chamado de *morada* ou apenas de *trabalho* onde *meeiros* e *proprietários lidam* diariamente com suas lavouras de café.

Sítio é uma denominação geral e seu nome não está relacionado com parentescos ou legados de família. Muitas vezes, como no caso do Vai e Volta, vem de uma designação peculiar, significando a localização ou a prática local. Um exemplo, é o sítio Arataca que possui esse nome por ter sido uma localidade utilizada para caçar pequenos animais. Arataca seria o nome dado à armadilha usada na caça, portanto, o lugar ficou conhecido por essa prática e tendo seu nome absorvido pela população local. Ao redor do sítio existem diversas casas de proprietários rurais, onde seus *meeiros* moram e trabalham em sua maioria¹⁷. A relação existente entre *meeiros* e proprietários é bastante diversa, fato que iremos tratar mais a frente.

As casas que fazem parte desse lugar são de telha, com quintal e um terreiro para secagem do café colhido. Algumas possuem lavador de café¹⁸, outras utilizam o de seus vizinhos. Percebe-se uma relação de reciprocidade entre os moradores, onde a ajuda mútua é importante para a manutenção do trabalho.

¹⁷ Digo aqui em sua maioria, pois alguns proprietários possuem a casa, não tendo *meeiro* como morador. Apenas contratam mão-de-obra externa, sendo que, neste caso, esse tipo de contrato é considerado *meeiro*, pois, mesmo não habitando a casa, trabalham na lavoura e recebem a metade do que foi colhido.

¹⁸ Lavador de café é um mecanismo utilizado para separação do café boia e café rio. Neste caso, o lavador foi construído pelo proprietário rural, utilizando água do açude cedido pelo vizinho e disponibilizado pelos moradores do Vai e Volta.



Casa de umas das famílias pesquisadas



Entorno do sítio e uma das lavouras “tocadas” pelas famílias



Terreiro de café do sítio Vai e Volta

Em se tratando dos arranjos familiares, como já mencionado, o sítio Vai e Volta não foi formado pela união de uma única família, foi uma terra dividida e adquirida por famílias diversas. Constitui um lugar habitado, em grande parte, por meeiros (estes descendentes de outros meeiros) que possuem um arranjo familiar semelhante, onde o pai de família detém o poder do trabalho, do contrato da terra com o dono da propriedade e que executa a divisão de tarefas. Em sua maioria, possuem de três a quatro filhos, estes estudam em escolas da região (havendo transporte escolar em todas as localidades) e ajudam seus pais em tarefas referentes ao sítio e a casa.

Os entrevistados são católicos, com o hábito de frequentarem a missa todos os domingos e outras atividades relacionadas à igreja, como bingos, festas e escolas dominicais. Na pesquisa, não foi encontrado a constituição de casal formada pela união estável, todos estavam casados na igreja e como as mulheres gostavam de dizer: *de véu e grinalda*.

Cada família é responsável pelo seu trabalho no sítio. É preciso que sejam capazes de dar conta de suas tarefas, pois são pagas para isso (segundo um morador) não sendo admitida (salvo força maior) a utilização de ajuda de pessoas de fora para realizarem suas tarefas. Isso poderia ser entendido como fracasso, onde uma família não foi capaz de lidar positivamente com seus afazeres. Não que não exista ajuda como disse, em casos de força maior, como chuva intensa, onde é preciso secar rápido o café ou atraso em sua lavagem; casos assim são

de comoção local. Contudo, para dar conta do trabalho do dia a dia, apenas a família e, às vezes, um contratado externo.

Essa questão do fracasso familiar ou do fracasso como pai de família, é vista não somente entre os meeiros, mas também entre os donos da terra, como se houvesse uma base moral que ditasse as regras locais, em que o trabalho é tomado como valor moral e não apenas como estratégia econômica.

Para um melhor aprofundamento no assunto, vamos especificar melhor quem são os meeiros e quem são os proprietários de terra para entendermos que não é a posição financeira que determina a prática do trabalho familiar, como dito, há uma moralidade que é mais forte que tudo isso.

2.4. Os Meeiros e os Proprietários de Terra

Durante a pesquisa observamos que entre meeiros e proprietários/produtores rurais existem algumas diferenciações, mas o que chamou mais a atenção foi o fato de independente de sua renda familiar ou de poderem contratar ou não mão-de-obra para facilitar a colheita do café, ambos trabalham em suas lavouras. Mesmo proprietários com oportunidade de contratar *meeiros e companheiros*, trabalham da mesma forma que seus contratados, levantando cedo, lidando com a plantação ou criação e, muitas vezes, carregando o mesmo peso que seu funcionário. Em alguns casos, colocam seus filhos para ajudar na lavoura e com isso procuram enfatizar a importância de se trabalhar em família, como mencionou um produtor rural da região:

Aqui é um ajudando o outro, todos encarregados no trabalho no sítio. Tem que ter união, pois o nosso sustento sai daqui (Paulo, produtor rural).

Para uma melhor compreensão do que significa meeiro e produtor rural, utilizamos suas significações locais diante dos relatos e análises de campo. Deste modo, quando mencionamos meeiros, diante da definição local, estamos falando de agricultor que trabalha em terras que pertencem à outra pessoa, na sua grande maioria são agricultores familiares. Em geral, o meeiro ocupa-se de todo o trabalho e reparte com o dono da terra o resultado da produção (50%). O dono da terra geralmente fornece casa ao meeiro, fato que pode ocorrer ou não. Para cuidar da lavoura, este pode contratar mão-de-obra externa, devendo pagar de

acordo com o seu orçamento, geralmente muitos não fazem por ser dispendioso para os seus ganhos.

Já o produtor rural ou proprietário é a pessoa que detém a propriedade da uma área agrícola e explora a terra visando a produção vegetal, seja com fins de mercado ou auto-consumo. Portanto, para ser considerado produtor ou proprietário é preciso possuir a terra e não necessariamente habitá-la, podendo deixar seu manejo nas mãos de meeiros ou de companheiros fixos ou não em sua moradia.

Ser meeiro traz diversas implicações. Uma delas é que, em sua grande maioria, esses trabalhadores são filhos de meeiros, que permaneceram na mesma localidade tendo essa forma de trabalho como legado de seus pais. Muitos estudaram pouco ou quase nada e os que entrevistamos nunca saíram da cidade. Criam seus filhos (basicamente) da mesma forma que foram criados, claro que com suas modificações, pois a sociedade mudou e a forma de educar também foi modificando ao longo do tempo com a intervenção de diversas instituições como a escola, a igreja e o jurídico.

Geralmente moram nos sítios, onde plantam e colhem para sua subsistência, tendo que dividir a produção do café, além de ser totalmente responsável pelo manejo e colheita do café.

O ciclo do café requer muito trabalho, na época da colheita, a mão-de-obra precisa ser praticamente dobrada para que seja realizada no período correto e não atrasar a florada do cafezal para a colheita seguinte.

Entrevistando o senhor Gonçalves, engenheiro agrônomo e doutor em genética e melhoramento de plantas (filho de produtor rural do município e membro da família Gonçalves), nos foi relatado que, no município de Varre-Sai, a cultura do café é, geralmente, plantada em terrenos com declive médio a acentuado, onde não é utilizado praticamente nenhum tipo de mecanização durante todo o ciclo de produção.

Pode-se perceber que a maioria dos plantios de café do município de Varre-Sai é em pequenas propriedades, áreas geralmente entre três a 10 há. Poucos foram os relatos de áreas muito grandes. Estas lavouras podem ser trabalhadas por agricultores familiares, sejam proprietários ou meeiros.

Muitos relatos, segundo o senhor Gonçalves, deixaram claro que o número de meeiros é cada vez menor, visto a dificuldade em encontrar mão-de-obra disponível para as tarefas da lavoura. Assim, muitos proprietários de terra contratam *companheiros*¹⁹ para dar conta da

¹⁹ O “companheiro” é uma pessoa que sobrevive do seu trabalho nas lavouras, aproveita a época de colheita para oferecer sua mão-de-obra e, assim, ganhar o sustento de sua família. São pessoas *avulsas*, que não possuem terra ou contrato de meeiro. Trabalham por dia e ganham o equivalente a R\$30,00 ou por *balaio*, no qual o ganho

colheita e admitem que, inclusive, esse tipo de contrato esteja ficando cada vez mais difícil de fazer, a oferta diminuiu muito com o passar dos anos.

Nesses contratos, os contratantes disponibilizam casas em suas propriedades e compartilham a produção com os trabalhadores, podendo uma mesma propriedade ser dividida por dois ou mais meeiros. Assim, tem-ser mais de um agricultor familiar em uma mesma propriedade²⁰.

Nestas propriedades, o preparo do solo é realizado com o auxílio de enxadas ou com herbicidas, abrindo-se “trilhas” na linha de plantio e deixando plantas invasoras nas entrelinhas, visando a proteção do solo enquanto a plantação não cresce e ocupa a área total. Este preparo é realizado logo antes do plantio, normalmente entre os meses de **dezembro a março** (época das chuvas). Para o plantio, abrem-se covas com enxadão ou cavadeiras manuais, colocando-se normalmente esterco bovino, calcário e adubo mineral fosfatado, como, por exemplo, o super fosfato simples. Misturam-se estes elementos e plantam-se as mudas nestas covas. Essas ações são normalmente realizadas pelo próprio agricultor familiar, porém, eventualmente, pode ocorrer contratação de mão-de-obra externa durante poucos dias.

Até o início da produção, cerca de dois anos após o plantio, os tratos culturais são a limpeza da área e a adubação, realizados pelo agricultor com a ajuda da família. Mulheres e filhos comumente ajudam nestas operações, consideradas leves pelos agricultores.

A planta do cafeeiro atinge sua produção máxima aos cinco anos de idade. Como é uma planta considerada de produção bianual, durante todo o seu ciclo produtivo (com duração em torno de 15 anos), em um ano se produz em grande quantidade e no seguinte, menos.

Geralmente, são realizadas de duas a três adubações por ano no cafeeiro produtivo. Cada uma utilizando-se em média 100 a 150 gramas de adubo químico, sendo a fórmula mais empregada a 20-05-20, ou seja, 20% de nitrogênio, 5% de fósforo e 20% de potássio em sua formulação. As etapas de adubação são realizadas nos meses chuvosos, com início próximo a **novembro e a última por volta de fevereiro**. Alguns produtores no município de Varre-Sai também fazem uma adubação foliar, onde é aplicado via pulverização direta nas folhas do cafeeiro, porém, esta não substitui a adubação mineral direta no solo.

varia de acordo com a lavoura, de R\$6,00 a R\$8,00. Uma pessoa costuma em média colher de sete a oito balaies por dia, sendo preferência dos companheiros trabalharem por balaio e não diária. Na maioria, são homens, havendo um aumento significativo do número de mulheres em relação às outras fases da colheita. Existem relatos de adolescentes menores de 18 anos que sobrevivem dessa função. Não existe um contrato de trabalho, ao final da semana recebem seu pagamento e voltam para casa.

²⁰ Esta não foi uma observação feita apenas pelo senhor Gonçalves, algumas famílias de proprietários disseram que está muito difícil tocar o sítio por falta de mão-de-obra, poucos querem trabalhar como meeiros ou até mesmo como contratados, o que prejudica a colheita e acarreta um maior gastos para as famílias, pois quando há essa mão-de-obra, o valor cobrado por dia de trabalho é cada vez maior.

A adubação no solo é realizada por toda a família, pois se considera um trabalho mais leve. Já a adubação foliar necessita do uso de bomba costal, serviço mais pesado e realizado em sua grande maioria somente pelo homem (pai de família), sem ajuda dos outros membros da família.

Há alguns anos, a maioria dos agricultores em Varre-Sai utilizavam a capina manual com o uso da enxada, porém, atualmente, muitos estão incluindo capinas químicas com o uso de herbicidas no controle de plantas invasoras. Muitos relatam que este procedimento é mais barato que o manual e o efeito do controle dura mais tempo. O que é uma vantagem, visto que a mão-de-obra está cada dia mais cara e escassa (mesmo existindo a possibilidade de contratar um agricultor familiar como mão-de-obra externa para a realização de algumas atividades na lavoura). Quando ocorre a capina manual (uso de enxadas) toda a família ajuda na tarefa, porém, se a capina é química (uso de herbicidas), somente o pai de família o faz.

No município de Varre-Sai, o controle de pragas e doenças nas lavouras é realizado quando se encontra um alto índice de infestação, porém, a maioria dos agricultores não sabe definir quando realmente devem ser controlados, sendo este realizado através de aplicação de agrotóxicos. Os problemas mais citados pelos agricultores para o uso de agrotóxicos, além de plantas invasoras, foram o bicho mineiro, a ferrugem e a cigarrinha. Novamente, quem faz esse controle é o homem, pois toda a ação que envolve o uso de bombas costais (aplicação de adubo foliar e agrotóxicos) é considerado um serviço pesado.

Para a maioria dos agricultores, a colheita do cafeeiro inicia-se por volta do mês de **março e vai até agosto**. Os grãos são colhidos maduros, ou seja, com coloração amarela ou vermelha. Porém, como acontecem mais de uma florada no município de Varre-Sai, geralmente, três floradas encontram-se no mesmo pé de café, com grãos maduros, secos e ainda verdes. A colheita de grãos secos e verdes junto aos maduros fazem com que o café colhido apresente uma bebida (tipo) de baixa qualidade (café *boia* que será mencionado adiante).

Muitos agricultores plantam outras culturas entre as linhas de plantio do cafeeiro, entre elas podemos destacar o feijão, a mandioca e a banana. Esses cultivos são, geralmente, para consumo próprio com uma pequena venda do excedente. Esses plantios ocorrem nos meses chuvosos e são realizados pelo agricultor com ajuda da família. No caso dos meeiros, a maioria dos proprietários autoriza o plantio desses alimentos nas entrelinhas do café sem ficar com parte da produção.

Durante este período, é preciso ter todo o envolvimento dos membros da família para que o trabalho seja efetuado dentro do prazo e não acarrete prejuízo à produção. Assim, um meeiro explicou o porquê de colocar seus filhos para ajudar na lavoura:

Além de ser vantajoso para sua educação, pois aprende um ofício e vira homem de bem, precisa dessa mão de obra para dar conta da panha, pois o cafezal tem um tempo certo para ser colhido e não pode passar, caso contrário atrasa a florada. Somente ele como pai não dá conta, precisa da ajuda da mulher e dos filhos para isso. (Trecho retirado de uma entrevista, onde o meeiro e sua família cuidam de mais de 20 mil pés de café).

Em se tratando da colheita do café, existe um importante ponto de conflito entre a relação de meeiros e proprietários de terra. Em uma saída de campo com proprietários, pude conversar com alguns e um relato chamou minha atenção. Segundo a proprietária, que estava em uma visita técnica para aprender melhores manejos com o solo e a plantação de café, “o meeiro é muito preguiçoso, tenho um no meu sítio e não estou nem um pouco satisfeita. Eles podem contratar gente por fora para *panhar* o café e não fazem isso, assim o trabalho não rende, eles não dão conta e nem pagam para acelerar a colheita”. Com isso em mente, fomos atrás de outro ponto de vista, a do meeiro, onde ouvimos o seguinte:

Muitos produtores rurais reclamam que a panha está atrasada, mas eles não sabem que se a gente contratar por fora é do nosso dinheiro que sai, é a gente que tem que pagar, faltando depois dinheiro para nossa família. Não posso me dar ao luxo de pagar companheiro, final do mês não sobra nada, o que posso fazer é trabalhar muito e colocar minha família para ajudar.

Temos que ter em mente que existem duas visões a respeito do que é ser responsável pelo trabalho na lavoura. Sem fazer julgamento de valor, constatamos um conflito de interesses, onde o proprietário quer sua produção colhida a tempo e com isso fazer um bom negócio na comercialização do produto, e o meeiro que fica entre dar conta do prazo aliando o tempo de trabalho e mão-de-obra empregada para a execução da tarefa.

Outro ponto narrado por um meeiro diz respeito à gratidão que muitos sentem pelo dono da terra, segundo suas palavras: “quanto mais o meeiro trabalha, menos valor ele tem. Até que meu patrão é boa gente, paga a conta de luz, não pede divisão do que é plantado além do café e sempre ajuda a gente quando a gente precisa e não é todo mundo que age assim com os seus empregados”. Esse ponto também foi tocado por outros meeiros, onde o reconhecimento daquilo que o proprietário faz é importante para sua permanência no sítio. Muitos narraram que foram embora de outras propriedades devido ao tratamento dado às suas

famílias e o desmerecimento de seu trabalho, além de não cuidar da manutenção da casa, como oferecimento dos pagamentos de despesas como água e luz, por exemplo.

Deste modo, a relação entre meeiros e proprietários é bastante distinta, de um lado há a imposição de prazos e cobrança por um bom andamento do trabalho e, de outro, existe a gratidão, a visão da “bondade” em relação ao que o outro espera.

Além das diferenciações já mencionadas, como a posse da terra onde se vive e trabalha, há outro ponto bastante interessante: a criação/educação de seus filhos.

O meeiro educa através do trabalho. Seus filhos, desde pequenos, são levados para as lavouras onde aprendem a dar seus primeiros passos. Além disso, a ajuda em casa é bastante difundida. Foi dito que o meeiro precisa da mão-de-obra extra para dar conta da colheita, por isso colocaria seus filhos e esposa para ajudarem na lavoura. Contudo, até mesmo os meeiros que possuem recursos para pagar companheiros, utilizam da mão-de-obra familiar com a finalidade de ensinar o valor do trabalho a seus filhos, demonstrando que uma boa pessoa está atrelada ao fato de se fazer algo, ter consciência que o trabalho enobrece.

Os proprietários de terra entrevistados compartilham dessa visão, muitos possuem meeiros, contratados e, mesmo assim, seus filhos estão fazendo algo na lavoura, nem que seja ensacando ou cuidado de alguma criação. O trabalho faz parte da vida familiar desses agricultores e, educar seus filhos tendo como base o valor moral de uma atividade, é o que aproxima essas duas categorias de agricultores.

Dessa maneira, não é a questão econômica que determina se o filho precisa ajudar na lavoura ou não. Vimos que nos casos de famílias com uma situação econômica favorável, como os proprietários, essa prática é realizada com frequência. O que está em jogo não é se há mais uma mão-de-obra livre para lidar com a lavoura, e, sim, a questão moral envolvida. Tanto meeiros quanto proprietários conjugam dos mesmos valores morais, tendo no trabalho a melhor forma de educar, transmitir conhecimento e transformar seus filhos em pessoas de *bem*.

2.5. Apresentação das Famílias Pesquisadas: O Cotidiano

Durante pesquisa de campo, entrevistamos e observamos o trabalho de três famílias - duas de meeiros e uma de proprietário rural. Lembrando que houve interação com outras

famílias rurais do município, onde muitos dados relevantes foram extraídos para o desenvolvimento de nossas análises.

O cotidiano das famílias pesquisadas em Varre-Sai é bem parecido, começando com a preparação do almoço pela dona-de-casa, *arrumação* das crianças para a escola e ida para o trabalho na lavoura de café. Algumas características diferenciam uma família da outra, uma relação interna entre seus membros que indicam o papel que cada membro desempenha dentro do contexto familiar. Assim, iremos detalhar, nesta pesquisa, o cotidiano das três famílias pesquisadas durante os meses de trabalho de campo.

Começaremos com a descrição da família de **Dona Madalena e de seu José Antônio**. Esta família é composta de seis membros: pai, mãe e quatro filhos com idades de oito a 17 anos. Visitamos esta família em um dia normal de trabalho, para analisarmos melhor toda a dinâmica da família em torno da lavoura. Por volta das 7 horas da manhã, Dona Madalena já estava pronta e terminando de fazer o almoço, que seria a alimentação de sua família naquele dia. A sua filha de 16 anos e os outros menores, de oito e 10 anos, estavam se preparando para irem à escola. O filho mais velho, 17 anos, estava na casa da avó na cidade, pois estuda à noite e algumas vezes, para não voltar tarde da escola, dorme na cidade e vem para logo cedo para ajudar seus pais no cafezal.

Chegando a sua casa, fui bem recebida²¹ e convidada a entrar pela sala. Dona Madalena estava apressada para terminar a comida, pois logo seu filho mais velho iria chegar e todos deveriam seguir para a lavoura. É o filho que cuida da máquina de derriçar café, ele que chega e logo prepara o equipamento para mais um dia de trabalho. Seu marido, o senhor José Antônio, se encontrava no terreiro na parte de cima do sítio, onde o café colhido é trazido para secar.

Ao chegar, o filho mais velho de Dona Madalena foi logo organizando o material de trabalho e, na cozinha, as marmitas eram preparadas para serem levadas para a lavoura. Terminando esta fase, Dona Madalena fez um convite para acompanhá-los na lavoura, onde fomos todos juntos. A plantação ficava um pouco distante, mas de fácil acesso. Ao menos na chegada, pois para a colheita em si, o lugar não era tão simples. Os pés de café são plantados em um morro íngreme, onde o se equilibrar faz parte da luta diária dessa família.

Ao começar o trabalho na lavoura, foi observado que eles utilizavam uma lona colocada no chão para pegar o café colhido. O filho usa sempre a máquina para derriçar, os

²¹ Observou-se durante a pesquisa de campo que o fato de receber bem, com simpatia e hospitalidade, é uma prática comum entre os moradores, funcionando como um cartão de visitas a fim de demonstrar que tal família recebe melhor e outra não.

pais costumam fazer isso com a mão. Foi notado que os grãos secos são mais fáceis de sair, em compensação os grãos verdes são duros, requerendo um pouco mais de força. O local onde os pés estão *plantados*, como dito, é íngreme, por isso, os agricultores estavam descalços. Nesse tipo de solo, a falta de sapatos é a solução para um melhor equilíbrio, pois a terra fofa e o chão íngreme dificultam o andar.

Abaixo, fotos que demonstram a realidade vivida por esta família durante seu trabalho na lavoura de café *que tocam a meia com o proprietário de terra*.



Lavoura de café do sítio Vai e Volta



Equipamento utilizado para derriçar o café (derriçadeira mecânica)



Lonas colocadas no chão para facilitar a colheita



Utilização da derradeira pelo filho mais velho

Dona Madalena e sua família moram nesse sítio há 13 anos. Durante o trabalho na lavoura, muitos assuntos surgiram, como a dificuldade enfrentada na época da venda, onde existe a figura do atravessador, e o preço baixo no mercado. Eles nos contaram como é difícil organizar as pessoas para que não exista mais o atravessador, sem essa figura eles poderiam ganhar mais dinheiro vendendo direto o seu produto. Uma cooperativa seria uma ótima solução para acabar com esse tipo de problema. Conversamos um pouco sobre o assunto e logo precisamos nos calar, pois havia chegado a hora de mudar a posição da lona para outros

pés de café, um trabalho pesado. Depois de certa quantidade, esse café vai para os sacos, que pesam em torno de 40 quilos, levantados pelo filho mais velho.

Às 10 horas, Dona Madalena avisou que estava na hora do almoço. Escolhemos uma sombra debaixo de um pé de café para fazermos a refeição. Cada um pegou sua marmita e se sentou. Após o almoço, seu José e seu filho procuraram uma sombra para descansar, pois às 11h deveriam voltar ao trabalho. Terminado o descanso, acompanhei mais um pouco o trabalho na lavoura e, perto do horário das outras crianças voltarem da escola, pedi permissão para que pudesse conversar com eles e analisar a rotina da casa enquanto seus pais e irmão estavam trabalhando.

Conversei com a filha mais velha, Natália, e percebi como funcionava a divisão das tarefas de casa dentro desta família. O filho mais velho *ajuda* seus pais na lavoura; Natália *ajuda* com os afazeres domésticos, incluindo fazer o jantar, arrumação da casa e cuidar dos irmãos menores; os menores *ajudam* em pequenas tarefas, como varrer o quintal, cuidar dos animais, levarem o café da tarde para os que estão na roça e, no caso de Tamires (10 anos), também lavar o café que será submetido a uma separação do café *boia*²² e o café *maduro*²³. A mãe *ajuda* o marido com os afazeres na lavoura, só que neste caso há uma separação do que é considerado trabalho *leve*²⁴ e trabalho *pesado*²⁵, onde o pesado, geralmente, é executado pelo homem da casa ou tendo a ajuda de seu filho mais velho.



Café boia



Café Maduro

²² O café boia é o que seca de forma natural no pé, ou seja, há uma maior incidência de fungos e de broca, sendo este café considerado de baixa qualidade.

²³ O café maduro é considerado o de melhor qualidade, o que ainda não está seco. É mais pesado, sendo assim separado do café boia por meio de lavagem.

²⁴ O trabalho leve é realizado pela mulher e pelos filhos mais novos, onde são executadas tarefas consideradas mais simples, como capina, banar café, rodar café, lavar e ensacar.

²⁵ O trabalho pesado é normalmente executado pelo homem, por este ser considerado de maior força física. Consiste em aplicação de defensivos agrícolas, carregar sacas de café nas costas, além de tratar da negociação e da venda do café.

Diferentemente do que Heredia (1979) observou em sua pesquisa sobre os roçadinhos, em nosso campo e diante das famílias pesquisadas, não existe este espaço de aprendizado. Não há a figura de um roçado ou roçadinho onde as crianças possam aprender e, aos poucos, adquirirem liberdade, adentrando no mundo dos adultos.

O aprendizado é repassado diretamente no campo ou dentro de casa. Não existe um espaço físico, direcionado para isso. As crianças não recebem um pedaço de terra para cuidar. Elas cuidam juntas de tarefas direcionadas pelos seus pais. Dependendo da idade, uma criança pode cozinhar, levar comida para a roça ou ajudar de forma mais frequente na lavoura. A idade e o sexo são os fatores determinantes para as tarefas desempenhadas.

Passamos agora para a família de **Dona Sebastiana e seu Antônio José**, composta por seis membros: pai, mãe e quatro filhos, com idades entre sete e 13 anos. Sua rotina não é muito diferente de outras famílias da região; acordam cedo, normalmente a mãe *arruma* seus filhos para irem à escola e o marido faz a preparação para o dia de trabalho. No caso desta família, não há a figura do filho mais velho que prepara o equipamento (a *derriçadeira* é utilizada pelo casal, mas na ocasião da entrevista estava quebrada). O filho de 13 anos *ajuda* na lavoura, mas com algumas restrições em relação ao trabalho devido a sua idade - julga-se não ter força suficiente para lidar com peso e idade para aplicar defensivos agrícolas. Seu Antônio José não costuma ir a pé para a lavoura, possui uma *caminhonete* onde leva a família, o cachorro de estimação e os equipamentos. Este mesmo meio de transporte é utilizado para trazer os sacos de café colhidos.

Dona Sebastiana, assim como Dona Madalena, prepara o almoço na parte da manhã, mas em seu caso, também prepara o lanche da tarde que será consumido por volta das 14 horas. Dona Sebastiana possui três filhas com sete, oito e 11 anos, que não possuem, segundo sua opinião, condições de cozinhar sozinhas, pois ainda são pequenas e apenas *ajudam* com alguns afazeres domésticos. Diferentemente da Dona Madalena que possui Natália (16 anos) capaz de dar conta de todo do trabalho doméstico e ainda cuidar de seus irmãos menores. No caso de Dona Sebastiana, as meninas ficam sozinhas em casa ou costumam ir para a lavoura para fazerem companhia a seus pais²⁶. Portanto, além de *ajudar* seu marido na lavoura, todo o trabalho doméstico recai sobre esta mãe que conta com *a ajuda* de seus filhos para desenvolver suas tarefas rotineiras.

²⁶ Quando eram menores, Dona Sebastiana costumava levar seus filhos para a lavoura, ficavam em pequenos cestos e aprenderam a dar seus primeiros passos entre os pés de café.

Para entendermos um pouco sobre a rotina desta família, iremos detalhar (assim como fizemos com a de Dona Madalena) seu dia de trabalho. Iniciaremos com a chegada em sua casa por volta das 7 horas da manhã, no qual Dona Sebastiana já estava de pé, preparando o almoço e penteando os cabelos das meninas para irem à escola. As crianças utilizam um transporte escolar para chegarem até a cidade. A recepção foi confortável, descartando a ferocidade do cão feroz da família. Fui convidada a entrar pela cozinha, onde tomei um delicioso café colhido e torrado no sítio.

Esta família é meeira. Tanto Dona Sebastiana quanto seu Antônio José são filhos de meeiros, permanecendo no município com a continuação do trabalho de seus pais. *Tocam* sozinhos 21 mil pés de café, dividindo a metade com o proprietário da terra. Anualmente, colhem cerca de 200 sacas de café, onde metade fica com sua família. Seu Antônio frisou que tudo que conquistaram é por conta do trabalho de sua família, que não contrata ajudante por ser mais dispendioso.

A casa parece com a maioria das habitações da região e possui uma horta, um chiqueiro e um galinheiro para o consumo pessoal da família. As crianças e Dona Sebastiana que cuidam dos animais e da horta.

Acompanhando-os ao trabalho, deparei-me com uma lavoura bonita, com pouco café boia e desta vez com a *panha* toda manual, pois (como já dito) a máquina da família estava quebrada. Percebi que eles utilizavam luvas para pegar o café, mas seu Antônio disse que elas rasgam depressa, *que sua mão dura mais tempo!* Também utilizaram a lona para colher o café, derriçado no chão. Ajudei a fazer este trabalho, o de colher e o de mover a lona. A família achou graça da minha inexperiência ao pegar o café com minhas mãos limpas e finas. Comentaram sobre a minha pouca intimidade com o café e, quando o pé era mais alto, o Seu Antônio pedia para pegar com uma escada. Percebeu-se que ele tinha um cuidado especial com as plantas e, acima de tudo, um cuidado comigo para que eu não estragasse os pés de café.

Contaram-me sobre sua vida como meeiros, de como é importante o trabalho no campo, o trabalho na vida em geral. Das dificuldades de criar seus filhos nos dias de hoje, nas dificuldades da lavoura. Assim, pude apreender sobre seu modo de vida, seus anseios e dificuldades na agricultura. Os dois mostraram-se bastantes falantes e disponíveis a me explicar tudo. Não fiquei somente observando, demonstrei interesse e senti que conquistava ali uma confiança importante para a pesquisa.

Na hora do almoço, Seu Antônio precisou ir à cidade para resolver questões sobre o café. Almoçamos perto da caminhonete e encontramos, na lavoura, parentes de Dona Sebastiana, que trabalham com eles na *panha de café*. Dona Sebastiana me deu informações valiosas sobre a vida na lavoura, a criação dos filhos, a importância do olhar do outro – o que será tratado mais adiante.

No final do dia, o café foi transportado em sacos e levado para o terreiro onde sofreria o processo de secagem. Dona Sebastiana, voltando da lavoura, prepara o jantar e normalmente assiste a algumas novelas na televisão, todos dormem cedo²⁷.



Seu Antônio derriçando o café



Lonas utilizadas na colheita

Outra família visitada foi a de **Seu Paulo e Dona Ana**, com conversa mais estreita com seu filho Lauro. Esta família é composta por seis membros: pai, mãe, três filhos e uma nora, contando com a esposa de Lauro e com seu irmão que atualmente mora em Campo Grande (RJ). Uma família diferente das outras pesquisadas, pois são produtores rurais, donos de suas terras e que detêm o controle sobre seu trabalho e contratam outras pessoas como assalariados para trabalharem em suas lavouras. Além da produção de café, o carro-chefe da propriedade é a produção de leite, onde a ordenha é toda mecanizada.

Nesta família, é o filho Lauro que é responsável pela produção do leite, apenas não participa da comercialização do produto na cidade, pois é seu pai que cuida dessa parte. O trabalho começa cedo, às 5 horas da manhã, Lauro já está no curral para ordenhar as vacas.

²⁷ O dormir cedo é relativo, depende do parâmetro que utilizamos para comparar. Utilizei aqui a comparação entre a cidade do Rio de Janeiro e do município de Varre-Sai. Para os agricultores dormir no horário correto significa por volta das 20 horas, já na cidade do Rio isso seria considerado cedo para a maioria da população.

Acompanhei um dia de trabalho dessa família, cheguei no horário marcado e observei todo o processo.

Lauro ordenha, cuida do curral, da alimentação dos animais e da inseminação das vacas, pois acredita que melhorando o rebanho, melhora a produção de leite (o que segundo ele já está dando resultado).

Além de ser agricultor, Lauro é presidente da associação de produtores rurais de Varre-Sai. Ele fez questão de mostrar todo o trabalho detalhadamente, de como é feito, dos cuidados que o rebanho precisa para se manter produtivo, da melhoria genética que ele está fazendo na propriedade. Conversamos sobre a produção leiteira de Varre-Sai. Antes, não tinha noção de que esse mercado era tão desenvolvido nessa região. Surpreendeu-me saber que grandes partes dos produtores utilizam a inseminação artificial para melhorar seu gado leiteiro e que muitos procuram cada vez mais informações para manter uma boa produção de leite.



Vacas sendo ordenhadas por meio mecânico

Neste sítio, na parte da manhã, o leite é retirado e utilizado para ser vendido na rua. É Seu Paulo o responsável pela venda do produto. Ele chegou por volta de seis horas e 40 minutos, trazendo garrafas descartáveis de dois litros. O leite sai da vaca com uma temperatura de 40 graus, ele utiliza um funil para encher as garrafas e depois as leva para serem vendidas na cidade, onde já possui compradores. Cada garrafa é vendida por dois reais, são cerca de 50 garrafas. Segundo Seu Paulo, o lucro não é muito, mas dá para sobreviver com tranquilidade.

Essa atividade é feita todos os dias. Pela manhã o leite é destinado à venda na cidade, à tarde o leite vai para a cooperativa que passa com o caminhão. Segundo Lauro, a produção

de leite é de 170 a 200 litros por dia. Algumas vacas são mais produtivas, outras menos. O lucro é baixo, mas com muito trabalho pode-se manter a propriedade.

Lauro é o terceiro filho do casal, um não trabalha por ter problemas de saúde, o mais velho mora na cidade do Rio de Janeiro, trabalhando em uma empresa de cimento²⁸. A mudança para a capital é considerada o caminho certo para jovens varre-saienses buscarem uma melhoria de vida. Lauro ficou encarregado de tocar com seu pai a propriedade.

Lauro contou-me que aprendeu a ordenhar as vacas com um antigo funcionário, e não com seu pai, quando tinha 13 anos e tinha saído do seminário. Ele gosta do que faz, mas durante alguns anos foi funcionário da prefeitura, desistindo e voltando para a produção de leite. Ele não tem filhos, mas sua esposa também planta no sítio da família. Ela produz e cuida sozinha de suas rosas. O plantio está começando agora, mas já deu bons frutos, segundo Lauro. Toda a produção é vendida na própria propriedade, não é nem preciso sair de casa para isso. Durante as datas festivas, como casamentos, aniversários, batizados etc., a procura é grande, porém no inverno a produção diminui e também há a época de poda, quando as roseiras não produzem.

Toda a família fica por conta do trabalho no sítio. Depois que o pai volta das vendas, ele e sua esposa costumam higienizar todas as garrafas que serão utilizadas no próximo dia. O leite que sobra é transformado em manteiga ou queijo, ficando para o consumo da família. Quando a quantidade de leite é maior, Seu Paulo costuma levar para a casa de sua cunhada onde existe um reservatório a espera da cooperativa.

Depois da ordenha há a preocupação de cortar cana para alimentar as vacas, pois, na época do frio, o capim não costuma ser suficiente. Além do trato nutricional dos animais, existe a preocupação com a saúde do rebanho, contratando um veterinário para orientar nos cuidados com os animais. A prefeitura disponibiliza esse serviço, mas são muitos produtores para um único profissional e, às vezes, falta especialista para este tipo de trabalho.

Depois de observar toda a ordenha no curral, fui convidada a ver a plantação de rosas. Por fim, tomei um lanche com a família cheio de quitutes produzidos por eles, como a manteiga feita da nata do leite e batida por Seu Paulo. O sabor é ótimo e combina bastante com pão quente e café feito na hora - café da região, é claro, plantado, colhido, torrado e moído no próprio sítio, como Seu Paulo fez questão de enfatizar.

Nestas conversas, percebi que a família possui muito orgulho de seu trabalho e foram atenciosos ao me explicarem cada detalhe das etapas do sítio. Percebeu-se que a questão da

²⁸ Funciona como uma rede, um leva o outro, e, assim, a fama de ganhar dinheiro vai sendo disseminada na região.

terra é algo que é trabalhado dentro da família. Seu Paulo herdou o que tem de seu pai e seu sogro, Lauro trabalha com seu pai e quer viver na roça com a produção de leite. Dos três filhos, dois ainda estão no campo, ambos na faixa etária dos 30. Como disse anteriormente, Lauro é o que realmente trabalha na roça e não se imagina fazendo outra atividade. Já teve a oportunidade de sair da cidade, mas preferiu continuar no campo. Provavelmente, irá herdar tudo de seu pai, pois boa parte do trabalho da família agora é dividido entre os dois. No quesito sucessão de terra, Seu Paulo não terá preocupação, Lauro disse que viverá dessa forma e tentará criar seus futuros filhos assim.

Finalizando esta parte da pesquisa, onde descrevemos aqui a rotina de trabalho das famílias pesquisadas, podemos perceber que, além do trabalho, essas famílias, mesmo diferenciando entre *meeiras* e *donas da terra*, possuem uma rotina com características em comum. Executar as tarefas faz parte do seu cotidiano, assim como a preocupação na forma entendida como correta para educar seus filhos. Ambas participam de missas, bingos beneficentes, festas da cidade, além de outras atividades relacionadas à vida social de cada uma.

Um fator é certo, o trabalho dentro da família é definido tendo a idade e sexo como limitantes. A esposa cuida dos afazeres domésticos e desempenha atividades que condizem com o que é entendido como ser mulher nesta sociedade. O homem é o provedor, o que cuida da parte econômica da família e o que defini como será o trabalho dentro da produção agrícola. Os filhos, dependendo da idade e do gênero, podem *ajudar* tanto nos afazeres domésticos quanto na agricultura. Quanto mais velho, maiores responsabilidades são repassadas - por exemplo, o filho de Seu Paulo, Lauro, que é responsável pela produção de leite.

Com algumas diferenciações, como as mencionadas anteriormente, o cotidiano das famílias pesquisadas²⁹ é bem parecido com o de outras famílias agricultoras da região. Acordar cedo, preparar o almoço, dar conta das atividades etc.. Lidar com as tarefas diárias apenas são interrompidas aos finais de semana, onde o descanso está em não ir à lavoura, mas os afazeres domésticos continuam. Para o homem a ida ao futebol para reencontrar os amigos, normalmente, ocorre aos domingos. As famílias não abrem mão de um bingo organizado pela

²⁹ Em seu estudo, Heredia(1979) constatou que um dia de atividade cotidiana de uma família não se diferencia essencialmente de qualquer outro dia, com exceção dos sábados e domingos. Deste modo, o dia de trabalho comum começa às cinco e meia da manhã, hora em que todos os membros da família se levantam. Os que estão ligados ao trabalho agrícola se dirigem logo ao roçado, cumprindo as tarefas dirigidas pelo pai. A mãe, ou alguma das filhas designada para essa tarefa, permanece em casa acendendo o fogo e preparando a primeira refeição do dia para a família.

igreja e de festas da cidade. As crianças não costumam frequentar a cidade e nem *lan houses*, suas vidas fora do sítio são restringidas à escola e a alguma festa comunitária ou, em casos raros, a algum aniversário de colegas. Normalmente, os aniversários de família são valorizados. Os filhos mais velhos possuem uma liberdade maior, participando de festas fora do círculo familiar e religioso e de saídas esporádicas à noite e aos finais de semana. As meninas mais velhas ainda possuem a intervenção paterna, onde ao sair precisam de autorização.

O dia a dia desses agricultores é parecido, fora o que ocorre aos finais de semana e em casos extraordinários, existe uma regularidade de tarefas e de execução destas que não costumam variar. A vida dessas famílias é permeada pelo trabalho no sítio, onde tanto a terra, a família e o trabalho constituem algo inseparável.

No capítulo seguinte, o cotidiano das famílias estudadas será analisado a fim de compreendermos como o trabalho infantil é naturalizado na comunidade. É uma prática comum, transmitida durante gerações e tem muito a ver com a moralidade encontrada na região. É através do trabalho que as famílias ensinam os valores morais e sociais, buscando um reconhecimento dentro da sociedade de que conseguiram socializar seus filhos dentro daquilo que é esperado e considerado “certo” pela sociedade varresaiense. O levar seu filho ainda pequeno para a lavoura não é visto como algo prejudicial. O não levar que é considerado uma porta para a deturpação de seu caráter, onde a criança e o adolescente não terão a chance de aprender ser uma pessoa de bem e ser reconhecido assim por seus vizinhos e familiares.

Portanto, o trabalho é mais que ganhar dinheiro, sustentar a família, é encarado como parte da sobrevivência moral dessas famílias, onde seu *status* de família de bem está em jogo e colocado sempre à prova pelo olhar do outro. Diante de tal alegação, procuramos analisar como isso ocorre dentro do município de Varre-Sai.

CAPÍTULO III – RELATIVIZANDO O TRABALHO *PRECOCE*: TRANSMISSÃO DE VALORES MORAIS E SOCIAIS

O objetivo deste capítulo é retomar algumas questões apresentadas anteriormente, trazendo as narrativas dos atores do campo de pesquisa e associando à temática tratada aqui, de que forma este trabalho é enxergado como um fator moral – no qual a educação dos filhos é perpassada por seus valores e tendo o papel das instituições “moralizantes” influenciando esta educação.

3.1. Trabalho Moral, Nome de Família e Reputação

Os valores sociais e morais dentro da sociedade varresaiense são repassados levando em conta a transmissão do saber-fazer dentro da família e do contato com algumas instituições que ajudam a disseminar dentro da comunidade o papel do “bom cidadão”, demonstrando assim, o caminho que determinada pessoa deva seguir ao longo da sua vida, seja de ordem social ou moral, existem regras simbólicas que sociedade espera que sejam seguidas pelos membros da comunidade.

Diante das informações colhidas em nosso trabalho de campo, verificamos que existe certa afinidade entre o que se é transmitido e o que é assimilado. Quando o pai ou a família transmite ao seu filho que o trabalho é algo que dignifica, este assimila (com variações³⁰) e repassa esses valores para os que estão próximos. Deparamo-nos com inúmeras situações, mas o que percebemos foi que o mesmo trabalho que é executado como sendo necessário ao bom funcionamento do sítio, também é visto como educador e moralizante pelas famílias. Em muitos momentos e em diversas falas, ficou claro como um não está dissociado do outro. Mesmo famílias que socialmente são reconhecidas como sendo de *bem de vida*, colocam seus filhos para *ajudarem* no trabalho na lavoura, ou em qualquer atividade que seja representativa para sua formação pessoal.

Acompanhamos o cotidiano de três famílias (descritas no capítulo anterior), e verificou-se que o trabalho está intrínseco nas relações sociais, tanto intra quanto extra-

³⁰ É preciso pensar as variações de acordo com a geração envolvida. A maneira de encarar certos trabalhos e certos valores depende da idade do indivíduo, ou seja, o que significa honra e moral para uma pessoa mais velha, pode ser vista como algo diferente para uma pessoa mais jovem. Esta foi socializada de acordo com os ensinamentos de seus pais e avós, mas não quer dizer que irá (re)construir de forma idêntica, repassando igual para seus filhos. Uma grande variação vai existir, tanto para mais quanto para menos.

familiar. A reprodução do que é ensinado, dos valores adquiridos ao longo da vida, ficou evidente durante as entrevistas e observações de campo.

Um exemplo do que estamos demonstrando, pode ser verificado em um trecho da entrevista de uma adolescente de 16 anos, que estuda e ajuda sua mãe nos afazeres domésticos. Para ela é muito importante ter uma função e ser reconhecida por isso, pois o estigma de ser tratada como preguiçosa influencia em seu convívio social. Perguntada sobre sua rotina e se ela gostaria de modificar algo, já que quando chega da escola vai direto arrumar a casa e cuidar dos irmãos, foi nos dito:

Eu prefiro ficar em casa e fazendo o dever de casa, do que ficar batendo rua, essas coisas... Essas coisas assim, porque quem fica na rua, as pessoas ficam falando as coisas. É melhor cuidar da casa, porque se não vou ser chamada de preguiçosa e é ruim ser chamada de preguiçosa. Pois ficar em casa sem fazer nada e vendo televisão o dia todo é preguiçoso. Minha tia é uma, tem uns trinta e poucos anos, fica em casa e não tem empregada, não faz nem a janta pro marido, tem vezes que o marido que faz a janta. Eu aprendi a fazer olhando minha mãe, tenho que fazer porque é minha obrigação.

Diante da transcrição, observamos a importância dada ao fato do reconhecimento social de uma pessoa trabalhadora; o trabalhar diz muito se esta pessoa será vista como alguém produtivo, que cumpre suas obrigações perante a família e a sociedade.

A preocupação desta adolescente com o que o *de fora* pensará sobre sua conduta, sobre aquilo que se é esperado de uma menina da sua idade. Este fato diz muito a respeito de seu aprendizado e de como foi dada sua socialização tendo o trabalho dignificante como alicerce moral. A necessidade de demonstrar que é importante trabalhar, que a imagem perante o outro é muito significativa, demonstra o papel social desempenhado pela dona de casa, ou melhor, pela mulher na sociedade varresaiense.

Espera-se que a dona de casa cuide de seu marido, de seus filhos e dos afazeres domésticos, tendo, certamente, ajuda de suas filhas em idade para desempenhar determinadas funções. Uma mulher que foge desse parâmetro é questionada e vista fora do contexto como se fosse uma pessoa “estigmatizada” e denotada de *preguiçosa*, incapaz de ser considerada uma verdadeira dona de casa.

Diante de estudos que demonstram que algumas famílias rurais (menos favorecidas economicamente) incentivam o trabalho dos filhos de forma *precoce* por necessitar de mais mão-de-obra para garantir o sustento de todos, enxergamos também uma dimensão moral dentro dessa necessidade, onde o saber-fazer está associado com o fator moralizante da educação de suas crianças. Observando este fator moral em famílias que possuem uma *melhor*

condição de vida, e costumam colocar seus filhos no trabalho para que estes aprendam uma profissão e, acima de tudo, através da *lida* cresçam como pessoas de bem. Não que a necessidade seja dissociada do trabalho moral, sabemos da importância de ser ter um membro da família capaz de cuidar do trabalho doméstico enquanto a mãe *ajuda* o marido na lavoura; ou como ter toda a família trabalhando dispensa o uso de mão-de-obra contratada, assim diminuindo os gastos e sobrando mais recursos para o consumo interno e financeiro da família.

Assim, conforme observado, famílias com uma condição financeira melhor usam o mesmo artifício que famílias menos favorecidas – uso do trabalho *precoce* de seus filhos. Mas, qual seria o motivo vital para que famílias ditas *bem sucedidas* levassem seus filhos para a lavoura ou comércio local? Poderíamos discorrer com diversas respostas, porém o que parece ser comum a todas é o fato de o ato de trabalhar ser o que dignificará seus filhos, o que irá transformá-los em cidadãos reconhecidos socialmente como pessoas de bem, demonstrando perante a sociedade local que não falharam na educação de seus filhos, o que é esperado pelos *outros* como sendo a forma *correta* de agir, pensar e viver moralmente.

Uma das entrevistadas, Dona Madalena, é exemplo desta explicação. Esta mulher é reconhecida por ser trabalhadora e não temer dar duro na roça, muitos admiram sua coragem e dizem que sua família só não passa necessidade financeira porque esta mulher não tem medo do trabalho. Seus filhos são vistos como *filhos de Dona Madalena*, enxergados como crianças de bem.

Portanto, o trabalho é inculcado desde cedo na dimensão social dos filhos dessas famílias, não importando se é executado na lavoura, em casa, no comércio local ou em outro meio considerado socialmente como local de trabalho. É preciso desempenhar uma tarefa, acordar cedo, ganhar o sustento na hora certa. Muitas crianças deram seus depoimentos demonstrando justamente a importância do pensamento do *outro* sobre sua relação com o trabalho. São preocupadas com sua imagem, querem passar a noção de bons trabalhadores.

Percebemos isso entrevistando uma mãe durante a *panha do café*, ela nos contou que ao comentar com sua filha de oito anos que seria feita uma pesquisa com a família delas, disse que falaria o quanto ela é levada em casa. Sua filha se sentiu repreendida, e fez questão de que sua mãe dissesse como ela gosta de trabalhar, que não faz bagunça e ajuda seus pais na lavoura. Entendeu-se, aqui, uma necessidade desta criança ser reconhecida como trabalhadora, sendo alguém que está sempre fazendo algo de bom comportamento.

Inúmeras falas desse gênero foram recolhidas em nossa pesquisa, como por exemplo, a de uma menina de nove anos de idade, relatando que: “Meu pai geralmente pede pra mim e pra minha irmã fazer alguma coisa, mas muitas vezes nem precisa pedir, pois já sabemos o que deve ser feito. Sempre estou fazendo alguma coisa, não sei viver sem um serviço, mas sempre tiro um tempo para brincar e para assistir o Pica Pau Amarelo”!

Assim como esta menina, outras crianças relataram a mesma necessidade de afirmarem uma imagem de bom trabalhador ou de alguém que não concebe a ideia de ficar sem fazer algo. A imagem que seria repassada durante a entrevista informal era de suma importância para estas, pois demonstrava que sua educação foi dada de acordo com os preceitos sociais e como de fato queriam ser enxergadas pelo outro (neste caso, a pesquisadora).

A imagem do bom trabalhador é disseminada desde cedo e (re)produzida durante a vida dessas pessoas. Durante as entrevistas com mães e pais produtores rurais, percebemos a importância dada ao fato de transmitirem o valor moral do trabalho para seus filhos e como era necessário ser uma família reconhecida socialmente como sendo família de bem e que soube educar suas crianças.

Geralmente, as mães de família acordam cedo, preparam o café e muitas vezes o almoço, levado para a lavoura. Quando possuem filhas mais velhas, estas são responsáveis pelos afazeres domésticos e jantar (como mencionado no capítulo anterior). O que é relevante aqui, seria o fato de essas mães repassarem uma imagem de mulheres *trabalhadeiras*, acordando cedo, cuidando de seus filhos e ajudando seus maridos na *lida*.

O trabalho é encarado de uma maneira peculiar, tem a ver com gênero, função socialmente reconhecida e situação econômica. Assim, o trabalho está relacionado com o ganho de dinheiro e o dever do membro central da família - o pai, pois este é o responsável pela lavoura -, responsável por firmar o contrato e direcionar a lida no campo. A dona de casa ajuda seu marido na lavoura, assim como seus filhos, mas em casa é ela quem trabalha, pois é sua responsabilidade como mãe e esposa, e, sendo assim, são seus filhos os ajudantes. Uma relação calcada na responsabilidade, no gênero e na divisão social do trabalho familiar, onde o homem entende da lavoura e a mulher do trabalho doméstico.

O ficar sem fazer nada é inadmissível, pois caracteriza uma má educação, dando chances para um reconhecimento negativo da família perante o outro. Encontramos um exemplo na fala de uma mãe durante uma entrevista, onde diz que: “as crianças precisam fazer alguma coisa, precisa trabalhar para aprender a ser alguém na vida, pois para ser uma

boa pessoa precisa trabalhar muito”. Aqui notamos uma necessidade de demonstrar que é preciso ensinar desde cedo o fazer algo e transmitir o trabalho baseado no suor e na dureza da lida.

O medo de que os filhos sejam vistos como *vagabundos* é recorrente, uma grande preocupação que norteia as relações familiares, trazendo exemplos negativos de outros que passam por essa *vergonha*. Segundo Dona Madalena: “Os pais precisam ensinar um trabalho para suas crianças, se não os filhos acabam virando tudo marginal. O policial que vai na escola das minhas crianças falou que os pais precisam ensinar os filhos desde pequeninhos se não eles viram drogados e marginais”.

Para esta dona de casa, assim como para outras, é importante que seus filhos sejam vistos e reconhecidos como pessoas trabalhadoras e, não, como vagabundos, marginais, preguiçosos. Existe um medo que paira sobre essas famílias, onde muitos exemplos de educação má sucedida servem para alertar e apontar o que não pode acontecer dentro de uma família de bem.

Além da questão do trabalho, a gravidez precoce também é vista como algo negativo. De acordo com Dona Sebastiana: “é preciso ensinar o certo e o errado para os filhos, as meninas precisam se comportar como mocinhas e os meninos têm que respeitar as filhas dos outros. As meninas precisam casar primeiro e os meninos precisar ter respeito”.

Para dar exemplo do que é certo ou errado, como dito acima, utilizam de exemplos negativos sofridos por outras famílias, além de falarem de suas próprias experiências.

Para Dona Sebastiana o trabalho ajuda muito na educação dos filhos, pois “estes vão ter uma profissão e aprender a ser de bem, pois até para arrumar um casamento precisa trabalhar, precisa ser bom trabalhador ou boa esposa”. O bom trabalhador está associado ao fato de ser responsável pelo sustento da família e por ser reconhecido socialmente como tal. A boa esposa tem a ver com o fato de ser considerada uma mulher de bem, religiosa, que ajuda o marido, cuida da casa e de seus filhos, além de ter uma imagem recatada e zelar por uma boa conduta – “ser certinho é saber trabalhar e ter religião”, segundo Dona Sebastiana. A criança precisa ser bem educada.

O lugar que a criança ocupa, se esta assimila o aprendizado repassado por sua família e, acima de tudo, reconhece e reproduz a divisão de tarefas familiar, diz muito sobre o sucesso ou fracasso de uma educação, se seus pais acertaram ou não, se são vistos como família de bem e se este filho demonstra traços comportamentais que o leva a ser reconhecido com filho de fulano de tal. O comportamento social funciona como uma marca simbólica, onde ser

reconhecido como filho de alguém diz muito sobre sua personalidade. Em uma cidade pequena, pertencer à família de tal e se comportar como integrante dessa é muito importante para o seu reconhecimento em uma sociedade ainda voltada para o nome de família, onde as perguntas mais relevantes são: “você é filho de quem? Você trabalha com quê? É casado (a) e qual é a sua religião?” Perguntas que entram em conformidade com o que a sociedade varresaiense pensa sobre ser alguém de bem.

Para dar continuidade à discussão e para entendermos melhor sobre a transmissão de valores, vamos analisar a divisão de tarefas³¹ e o lugar da criança em Varre-Sai, como esses valores são transmitidos e de que forma são assimilados dentro do contexto familiar pesquisado.

Como dito anteriormente, a idade de uma criança ir trabalhar varia conforme a localidade e até o tipo de cultivo, não devendo ser generalizada como a legislação impõe. É preciso ter em conta a diversidade cultural para entender o porquê que crianças são levadas para diversos tipos de atividades em determinadas idades.

A criança nas famílias pesquisadas possui um lugar diferenciado, sendo a idade um limite entre o ser cuidado e o cuidar. Em nossa conclusão, a partir dos 12 anos a criança já está apta ao trabalho, mas não participa de toda a atividade desempenhada por um adulto. Em se tratando de peso e aplicação de defensivos agrícolas, por exemplo, a criança não está qualificada para o seu uso, o que segundo um pai entrevistado é muito perigoso: “meu filho ajuda na lavoura, mas não pega peso, ainda é muito pequeno pra isso, ele ajuda a colher, cuidar de um animal, mas capinar e banar e pegar saco de café ainda não. Também não aplica os remédios, sou eu quem faz a parte mais pesada do trabalho”.

Quando este já tem um corpo *formado*, como as pessoas da região costumam dizer, podem sim praticar o mesmo trabalho do pai, mas ficando a ressalva da aplicação do remédio, função somente de um homem mais velho e experiente.

Os menores de 12 anos possuem funções diversas, alguns cuidam de uma horta, outros cuidam da pequena criação de galinhas e porcos e, na lavoura, costumam levar a *merenda* e o jantar. Normalmente, fora dessas funções passam o dia brincando e sendo cuidados pela irmã

³¹ Segundo Heredia (1979), o grupo doméstico é a unidade de residência e é dentro dele que tem lugar a reprodução física e, em grande parte, a reprodução social de seus membros. Ainda segundo a autora, existe uma divisão de tarefas que corresponde a separação por sexos e por idade dos diferentes membros. Por outro lado, nem todos os membros do grupo doméstico participam das tarefas envolvidas no *roçado*. São excluídos os velhos, os doentes e as crianças até uma determinada idade. As crianças começam a trabalhar no roçado geralmente a partir dos 10 anos de idade, dos seis aos sete anos até os 10, participam apenas das tarefas ligadas a casa.

mais velha. É papel da menina é cuidar da casa, ajudando nos afazeres domésticos e cuidar de seus irmãos menores.

A criança possui uma função demarcada dentro da família, onde as atenções estão voltadas para sua educação e da forma como o seu comportamento vai influenciar nas relações sociais da família. Um filho bem educado diz muito sobre a que família este pertence. Seus amigos, sua forma de agir perante a sociedade, tudo diz respeito ao modo como essa família vive.

Portanto, a criança executa um papel fundamental na vida dessas famílias, mesmo havendo uma idade limite para o começo do seu trabalho, esta só deixa de ser criança a partir do momento que *toma corpo* e já pode desempenhar trabalhos mais pesados. Para ser adulto precisa ganhar seu sustento ou começar uma família. O ser homem implica em responsabilidades com os seus, e o ganhar a vida está associado ao seu sustento e a de outros familiares envolvidos.

Em se tratando da autoridade familiar, é o pai de família quem organiza a parte funcional da lavoura, é ele quem define o quê e quem irá executar. Durante o campo, verificamos que a idade e o sexo do filho influenciam nessa decisão. Como mencionado, os filhos menores, e que não possuem porte físico “adequado”, executam tarefas ditas mais *leves*; as meninas ficam por conta da casa e dos afazeres doméstico. Sendo o pai considerado socialmente como o chefe da família, pois o contrato entre proprietário de terra e meeiro é firmado entre o dono da terra e o homem provedor, este possui a responsabilidade de provimento, mas não faz sozinho. É preciso que haja um equilíbrio fundamental dentro das relações construídas no interior da família, onde cada um é responsável por desenvolver alguma atividade e a junção destas contribui de forma coletiva para o sustento e reprodução social de seus membros.

Não há trabalho familiar organizado de forma individual, o que há é uma união de tarefas que, em conjunto, traz a manutenção da família. Essa solidariedade encontrada entre os membros de uma mesma família seria uma forma de contribuir e acelerar com o trabalho do pai, que muitas vezes precisa dar conta de uma grande área de plantio sozinho. Essa divisão de trabalho constitui em uma engrenagem onde todos devem funcionar de acordo com os interesses da família, neste caso, econômico e social.

Ao mencionar, anteriormente, as categorias *trabalho e ajuda*, significa que tomamos por significação nativa. Para as famílias pesquisadas, *trabalho* está relacionado ao sustento, ao ganho do dinheiro, ao pagamento por algo ou responsabilidade de alguém (no caso do

trabalho doméstico) e *ajuda*, àquilo necessário, utilizando quando alguém não consegue realizar algo sozinho. Portanto, o pai trabalha por ser o responsável pelo sustento da família, sua esposa e filhos ajudam pelo fato da necessidade de mão-de-obra para dar conta da colheita. A mãe trabalha dentro de casa por ser esta sua responsabilidade como dona de casa, onde seus filhos ajudam por ser necessário para a manutenção da família.

Quando o filho mais velho vai para a cidade trabalhar, este não *ajuda* e, sim, *trabalha*, pois ganha seu sustento e contribui dentro de casa. Enfim, a ação simbólica deste ato requer uma organização social familiar que permite que tais categorias sejam entendidas. No caso de uma família rural, que necessita desenvolver suas atividades através do trabalho familiar, o fato de *trabalhar* ou *ajudar* demanda que seus membros entendam o valor de cada atividade desempenhada e que não haja uma divergência entre seus significados.

A divisão de tarefas é parecida entre as famílias pesquisadas, excluindo algumas diferenciações, como ter uma filha mais velha e, assim, ter maior ajuda dentro de casa. Em um dos casos, uma mãe entrevistada possuía filhos menores, tendo que executar todo o trabalho doméstico sozinha. Além de ajudar o marido na lavoura, precisava dar conta da casa e da alimentação da família, pois com uma filha de 11 anos, onde esta era responsável por tomar conta de suas irmãs menores, não poderia deixar a menina cozinhar e lavar roupa, por exemplo, pois não tinha idade suficiente para isso.

O saber educar o filho diz muito sobre a vida que essas famílias levam ou representam diante da sociedade. Certos comportamentos são bem vistos, como ser bem educado com os outros, saber se comportar em lugares públicos, obediência aos mais velhos. Outros são repudiados, como brigas, uso de drogas, “vadiagem”. Uma gama de fatores que levam uma família a conduzir a educação de seus filhos para aquilo que deve ser aceito como algo bom perante a comunidade.

Seu Antônio (esposo de Dona Sebastiana) disse que:

É importante dar exemplo, se fizer uma coisa errada, os filhos aprendem errado, se mostrar o certo, os filhos irão repetir o certo. Ensinei meus filhos através do fazer e explicando como se faz. É importante trabalhar desde cedo, meus meninos estão começando na lida assim também. Se eles aprendem e fazem bem feito no futuro serão bons homens, pois eu não vou estar na vida deles o tempo inteiro, um dia eu vou morrer e é isso que posso deixar para meus filhos, meus ensinamentos.

Diante desse relato, consta-se a importância dada ao fato de transmitir o valor dignificante do trabalho e como este é a base da educação dos filhos de muitas famílias na região. O ensinar-fazer é a forma de educar que muitos pais encontram, assim transmitem

seus ensinamentos, uma profissão e, de certa forma, no caso do meeiros, uma herança para seus filhos - pois não tendo a terra, o que podem deixar como legado são seus ensinamentos diante da lavoura e a moral encontrada dentro da trabalho e da família.

De acordo com as famílias pesquisadas, a educação de filhos não é uma tarefa fácil nos dias de hoje. É preciso evitar as más companhias e, muitas vezes, não deixam seus filhos assistirem alguns programas de televisão. O que seus pais consideram errado, procuram deixar longe de seus filhos. Existem pessoas externas que ajudam na educação de filhos, como os avós, os tios, o padre, a professora, o policial, mas, também, existem muitas outras que podem desviá-los do caminho do bem.

Para Seu Antônio, “pessoa boa é a de bom caráter e bom no serviço, essa é melhor para combinar, pois é preciso fazer bem feito e ter responsabilidade no trabalho. Se a pessoa tiver coragem de trabalhar não passa dificuldade”. Para este pai de família existe uma grande preocupação que os pais têm diante da educação de filhos e de como é possível, através do trabalho, transmitir valores sociais e, principalmente, morais. O ser bom trabalhador, ser reconhecido como pessoa de bem, diz muito sobre determinada família perante a sociedade varresaiense, funcionando como uma espécie de herança, onde seus membros carregarão por toda vida o sobrenome e o reconhecimento de pertencem a uma família de boa reputação.

O nome da família é muito importante na região. Por ser cidade de interior, onde todos se conhecem, o controle social fica ainda mais evidente e ser reconhecido como filho de fulano ou beltrano faz muita diferença na condução das vidas dessas crianças e adolescentes.

Muitas pessoas são reconhecidas pelos seus sobrenomes³², como sendo sangue de Fabri, Paulante, Grillo, Ridolphi, Bendia, Gonçalves e assim por diante. Em nossa pesquisa, tivemos um estreitamento com membros da família Fabri e Gonçalves, onde a primeira é reconhecida como tendo o sangue³³ *festeiro, animado e que luta, correndo atrás do que quer*.

³² Segundo Da Matta et al.(1987), a “família” nos permite descobrir que, entre nós, ela não é apenas uma instituição social capaz de ser individualizada, mas constitui também e, principalmente, um *valor*, sendo um grupo social, bem como uma rede de relações. Um qualificativo poderoso para denotar situações corriqueiras e rotineiras. O autor nos mostra a importância do nome de família, para ter acesso a essas relações dentro de um grupo social específico. Esse pertencimento vale por uma classificação social, ainda mais se a família for *uma boa família*, se houver um *bom nome de família*, assim, o *indivíduo* se transformar em *pessoa*. Segundo Abreu Filho (1982), “o nome de família é uma categoria que articula indivíduos a famílias, e que, deste modo, transforma o indivíduo em pessoa e demarca posições sociais”. (pág. 101).

³³ Marques (2002) diz em seu livro *Intrigas e Questões* que o sangue é uma reputação coletiva, atribuída à família, sendo um processo dinâmico, fornecendo aos membros de uma mesma comunidade certos parâmetros de classificação social e, por conseguinte, sugerindo modos de relação. Diz ainda que a reputação é independente da vontade individual, correspondendo não a qualidade, mas a opinião de uma comunidade acerca de um de seus membros.

Esta família possui certa influência na região. Segundo relato de alguns de seus membros, a figura importante foi Torino Fabri, envolvido em diversos assuntos importantes na cidade, desde política até questões sociais. Sua figura é tão reconhecida, que o estádio de futebol leva seu nome, e inúmeras ruas da cidade foram nomeadas com o sobrenome de sua família.

Os Gonçalves são reconhecidos como a família mais “tradicional”, voltada aos assuntos religiosos, preocupados com a família e a boa educação de seus membros. São vistos como uma família que costuma apontar os exemplos negativos de outras pessoas, tanto como forma de utilizá-los como meio de educação de suas crianças, mas também de maneira que seus próprios membros saibam como devem conduzir suas vidas perante a sociedade varresaiense.

Formas distintas de encarar o nome de família foram observadas durante o trabalho de campo. Entre as famílias de proprietário de terra, aqueles que possuem uma reputação reconhecida na cidade, onde a história de sua família se confunde com a história da formação da cidade, o sobrenome possui um enorme peso social. Ser reconhecido como Bendia, Fabri etc., traz não somente a carga de uma história familiar, de um *status* social, mas faz com que um determinado sobrenome carregue consigo uma boa ou má fama, em que seus descendentes também herdem toda uma história de conflitos, glória, popularidade, ou, simplesmente, legado moral.

Ser proprietário rural em Varre-Sai já traz consigo um legado de família que ajudou no crescimento do município. A grande maioria é descendente das famílias de imigrantes vindos da Itália, onde herdaram suas terras e deram continuidade às suas famílias. No caso dos meeiros, o nome de família é distinto, muitos são descendentes dos camaradas ou brasileiros que tentavam a vida na época dos grandes cafezais. Não herdaram o nome pomposo de família, apenas são reconhecidos por sua reputação e índole.

Ser reconhecido como filho de alguém traz uma transmissão moral de ser bom homem ou não. Um exemplo já citado em outro contexto, sobre ser filho de Dona Madalena trazer carga positiva, pois ser reconhecido como filho desta mulher está relacionado à moralidade e boa conduta, de como é ser um bom trabalhador. No caso dos meeiros, não é o sobrenome que se destaca, e, sim, o primeiro nome daquele membro que enfatiza a boa índole ou não. Ser visto socialmente como filho de Dona Madalena é bom, mas talvez, se sua fama social fosse negativa, seus filhos herdariam seus defeitos como pessoa, mulher e mãe. Um meeiro que gosta de beber álcool, não trabalha, não segue os princípios cristãos ou possui uma má

reputação³⁴ na cidade, também é reconhecido pelo seu primeiro nome, e, assim, ser reconhecido como filho dele traz implicações negativas diante da sociedade.

Em se tratando do município de Varre-Sai, com uma população em torno de 10 mil habitantes, a fofoca é algo facilmente disseminado, e a boa reputação é buscada incessantemente por parte das famílias que se consideram *famílias de bem*.

Existe uma grande preocupação por parte dessas famílias em legar seu nome de maneira *honrada* e *honesto*. Estão sempre preocupadas com a imagem que seus membros podem causar diante da sociedade, por isso há um grande controle social por parte de seus componentes. A necessidade de se portar bem diante dos outros é o que vai definir seu reconhecimento social e dizer se é uma família de bem ou não.

Acontece na cidade uma festa anual onde os nomes das famílias são desfilados durante o evento. A Festa do Colono³⁵ acontece todos os anos durante o Festival do Vinho de Jabuticaba³⁶ da região. Durante a manhã de domingo, ocorre o desfile das famílias, com seus membros vestidos com roupas que representam a Itália e acompanhando charretes enfeitadas com os nomes das famílias imigrantes que ajudaram na colonização do município. É a oportunidade encontrada pelas famílias para desfilarem seus nomes, reencontrar parentes,

³⁴ Em se tratando da fofoca e da honra, Fonseca (2004) estudou, entre 1981 e 1983, a Vila do Cachorro Sentado, um local de invasão com aproximadamente 750 moradores, em Porto Alegre (RS), onde pretendeu demonstrar de que modo, em uma favela, a honra figura como elemento simbólico chave que, ao mesmo tempo, regula o comportamento e define a identidade dos membros do grupo, onde está presente a conquista do respeito e poder, tornando assim a honra como moeda simbólica de troca. A fofoca seria instrumento da definição dos limites de grupo, não se faz fofoca sobre estranhos, pois a estes não se impõem as mesmas normas; ser objeto, sujeito da fofoca, representa a integração no grupo. A fofoca pode ter uma função educativa, pois em vez de adultos explicarem as normas morais a seus filhos, estes, ao ouvir as histórias de comadres, aprenderiam as nuances práticas dos princípios morais do grupo.

A reputação é um elemento muito importante na localidade, o prestígio de um homem depende do conhecimento público de sua coragem, de sua virilidade e de sua generosidade; o orgulho da mulher depende do reconhecimento de suas capacidades de mãe e dona de casa. Atacar, pela fofoca, os atributos de um e de outro é atentar contra o que há de mais íntimo no indivíduo, a imagem que ele faz de si. É como se as palavras que atingem a imagem pública de uma pessoa tivessem a força mágica de feri-la fisicamente. A reputação é importante, pois ela define os "bons cidadãos" da vila, os que são dignos de serem incluídos na rede de ajuda e proteção mútua.

Elias (2000) nos diz, embora sua obra trate de uma pesquisa realizada por três anos, que em uma pequena comunidade industrial urbana, onde mostra uma clara divisão em seu interior, entre um grupo de residentes *estabelecido* desde longa data em um bairro relativamente antigo e, ao redor dele, duas povoações formadas em época mais recente, cujos moradores eram tratados pelo grupo dos estabelecidos como *outsiders*. O papel da fofoca dentro dessa localidade serve para dizer aos outros o que não se deve fazer, tendo como modelo o outsider que é fruto dos comentários. A fofoca pode ser utilizada como elemento de estigmatização, onde os estabelecidos denigrem a imagem do outro grupo e isso lhes dá certo *status*, facultando-lhes exercerem certo centralismo na propagação de regras, valores, normas e verdades. A fofoca tanto pode ser elogiosa, quanto depreciativa, ambas reconhecidas como um meio de controle social.

³⁵ A Festa do Colono foi criada com o objetivo de homenagear a colônia italiana no município.

³⁶ Para saber sobre o festival ver: Reis, Laudirléia Silva dos, Tiradentes, Marlúcia Degli Esposti e Bellan, Davi de Oliveira. XXXI Festival do vinho de Varre-Sai: uma festa popular. Revista Vértices, v. 10, n. 1/3, jan./dez. 2008

cantar suas músicas italianas, vestir suas roupas típicas e demarcar seu *status* perante a sociedade, já que fica sempre a disputa no ar de que família é a mais animada e unida durante o desfile.

Portanto, o olhar do outro ajuda na disseminação da reputação das famílias, ou seja, através do que o outro pensa é que estas famílias direcionam a educação e a forma de criar seus filhos durante a vida. Ser visto durante o desfile é delimitar sua popularidade, é correr o risco de ser posto à prova perante a sociedade. Ser animado, trazer as cores do país de origem, carregar o nome de família, é bem maior do que a festa em si, é demonstrar o poder que seus nomes têm diante a localidade, é ter sua reputação avaliada. Carregar um sobrenome em Varre-Sai é muito mais que um legado de bens e honrarias, é o que vai dizer quem você é ao longo de sua vida.

No caso dos meeiros, a grande preocupação não está em continuar o legado de seus ancestrais, e, sim, em construir seu nome com honestidade e boa moral, fazendo com que assim seus filhos sejam reconhecidos por sua boa conduta e por ter coragem de trabalhar, *de pegar no pesado, ter as mãos calejadas, dar duro na lavoura*, e não apenas por ser Silva, Pereira ou algo parecido. É ser filho de Antônio, José, Madalena e Sebastiana que conta mais, é a pessoa o objeto mais importante e não a força do seu sobrenome.

3.2. Instituições Moralizantes e a Visão do Trabalho *Precoce* na Região

Em uma comunidade como a de Varre-Sai, de poucos habitantes e vizinhos muitos próximos, a intimidade familiar fica exposta aos comentários alheios, onde o outro é capaz de se dar conta de detalhes íntimos de qualquer família, pois o nome de família é sempre posto em prova social e moral, onde o dizer algo sobre alguém revela toda uma história de vida familiar, e os descendentes estão cada vez mais mergulhados na herança do caráter de seus antecessores. Portanto, ser filho de alguém reconhecido como pessoa de bem diz muito sobre sua própria personalidade, e esta família, podendo perpetuar sua fama de boa disseminadora de uma boa moral e bom costume, consegue se permanecer na liderança, como espelho daquilo que se espera que uma boa família faça. Educar seus filhos para o trabalho, para a moralidade e comportamento social tão esperado, é mais que um dever, é uma forma de vida

que não é vista como algo penoso, é visto como um sucesso a ser alcançado, um exemplo a ser seguido.

Sendo famílias católicas, muitas seguidoras da missa tridentina³⁷, o Padre possui um papel de importância para repassar os valores religiosos e morais reconhecidos pela sociedade. Os papéis do homem e da mulher são bem demarcados, onde o ser gentil, servil e temente a Deus, ficando longe dos “pecados”, irá encaminhar e deixar seus filhos livres do contato com o que é errado.

Na igreja mais tradicional da região, onde todas as famílias pesquisadas frequentam missas e diversas atividades relacionadas à igreja, existe um trabalho de divulgação, por parte do padre da paróquia, dos valores morais que uma família católica deve seguir. Em inúmeras atividades extras, há uma em particular que chama a atenção: um curso de família feito para casais, separados por idade (casais de pouco tempo de casado e casais mais antigos), onde o padre palestra dando dicas de controle de natalidade (para os casais novos) e para os idosos ensina como manter o casamento dentro dos parâmetros católicos, no qual família e igreja são importantes, e que a moral e bons costumes devem ser seguidos.

Há uma escola criada pela igreja voltada para as crianças, ensinando religião e tendo aulas de catecismo. Nessas aulas, a doutrina católica e os tipos de comportamento que crianças (meninos e meninas) devem seguir são repassados, como respeitar a Deus, os pais, os mais velhos, não se envolver com drogas e bebidas, casar-se virgem, usar roupa “decente”, cultivando, assim, um comportamento baseando na moral católica.

Quando alguma família possui um problema, é costume procurar o padre para pedir conselhos. Este orienta a forma correta de agir, colocando a família e o bom comportamento em primeiro lugar.

Segundo relato de Dona Madalena, o padre ajuda na educação de seus filhos dizendo o que é certo e errado, dando bons conselhos e direcionando a vida da família para o bem. Sempre pede ajuda ao padre a respeito da educação dos filhos. Assim como ela, Dona Sebastiana e outras mães entrevistadas informalmente fazem o mesmo; utilizam os conceitos da Igreja como auxílio em questões de conflitos familiares e no direcionamento das crianças e dos jovens.

Outro papel importante dentro da sociedade varresaiense para a socialização dos filhos dos agricultores, é o da escola. A figura da professora indica o caminho social a ser seguido, o

³⁷ Missa realizada em latim. A forma Extraordinária do Rito Romano é a liturgia da Igreja Católica em uso antes da reforma do Concílio Vaticano II. Inclui a missa, os sacramentos, vários ritos de bênçãos e mais. A missa é, às vezes, chamada de Missa “Tridentina” porque “Tridentino”, referente ao Concílio de Trento (1545-1563), que unificou a prática litúrgica na Igreja Ocidental (Missa Tridentina, 2011).

da boa educação, e ensina aos alunos como devem se comportar e o que fazer diante de problemas encontrados, como os das drogas, por exemplo.

A escola visitada para a pesquisa fica situada na zona rural do município, conhecida como Arataca, próxima a sede, aproximadamente 10 quilômetros de distância. É conhecida como multisseriada, possuindo séries diferenciadas do ensino fundamental em uma mesma sala de aula. Em sua organização interna conta com uma merendeira, um cozinheiro, banheiros separados para meninos e meninas, espaço amplo externo para as brincadeiras, horta, refeição farta servida com suco e transporte escolar. A professora se queixou da falta de despensa para guardar os materiais de limpeza, o que ela considera ser um risco de saúde para as crianças.

A professora Dona Gracinha, que está nesta escola há 25 anos, mostrou as duas salas de aula, na primeira ficam os alunos mais novos (de três a cinco anos) e na segunda, os mais velhos (de cinco anos em diante, tendo até meninos e meninas de 12 anos).

Em conversa particular com esta professora, observamos que sua origem é igual a de seus alunos. Ela é filha de agricultores da região, foi meeira durante sua infância, onde (segundo suas palavras) vivia com bastante dificuldade. Casou-se com um pequeno proprietário rural, constituindo família, tendo seu filho do meio como braço direito nos assuntos relacionados ao sítio da família. Esta professora considera o trabalho no campo uma forma de educar a criança, em que valores morais são repassados e o ensinar algo é parte obrigatória da família. A escola entra como coadjuvante na educação da criança, onde os valores sociais seriam repassados, fortalecendo o valor moral da comunidade.

Uma de suas queixas é que a família está deixando a educação dos filhos nas mãos das professoras e da escola: “Muitas vezes é preciso chamar a atenção de alguma criança em casos que a família poderia ter dado conta”. Segundo suas palavras, o papel da escola é de educar, mas uma educação voltada mais para o social - a educação e a formação moral precisam vir das famílias. O que esta professora faz, é repassar o que aprendeu em sua vida para seus alunos, de uma forma a preencher a lacuna da educação familiar.

Não considera o trabalho infantil como algo ruim, como dito, serve para educar e mostrar o caminho do bem. O que não concorda é que, durante o tempo da *panha*, muitos de seus alunos deixam de frequentar a escola para darem conta do trabalho na lavoura. Isso não é crescente, pois com a existência de um conselho tutelar na região, não é mais recorrente, porém ainda ocorre em muitos casos.

A professora considera o trabalhar a melhor forma de alguém aprender a ser digno e repassa isso para seus alunos. Segundo Gracinha, seu filho não lida mais com a lavoura, chegou um ponto que ele precisou sair da cidade para trabalhar na cidade do Rio de Janeiro:

A roça não sustentava mais meu filho, a gente luta, planta, temos umas cabeças de gado e ao final do dia sobram apenas R\$ 3,00 para seus gastos como adolescente. Não é justo, ele é rapaz e precisa de seu dinheiro, o campo não está mais sustentado ninguém, meu filho precisou sair daqui, de perto da gente para conseguir ganhar alguma coisa melhor. (...) Já melhorou de vida, comprou sua própria televisão e gasta naquilo que aqui a gente não poderia dar.

Ao analisar essa declaração, nota-se que o trabalho implica em ganhar seu sustento, onde não importa de que forma, o manter-se é essencial para o crescimento do indivíduo. Mesmo querendo seu filho por perto, o sair de casa é visto como uma oportunidade de melhoria, onde o ganhar mais traz satisfação aos membros da família. Ainda de acordo com esta professora, o que ela pôde ensinar de bom e o que seu pai pôde repassar para seu filho foi feito, ela sabe que ele está agindo como pessoa de bem e não importa se está em outra cidade, longe de seus olhos, confia na educação dada, nos valores repassados e assimilados pelo seu filho:

Meu filho disse que já recebeu elogios do chefe, disse que ele sabe lidar com o trabalho, acorda cedo, não se atrasa e sabe o que tem que fazer. Leva a sério sua função, quase não sai e está lá apenas para trabalhar. Leva uma vida honesta, humilde e sabe que mesmo estando no Rio de Janeiro, não vai ser corrompido, vai continuar agindo como sempre, sendo uma pessoa honesta e de bem.

Muitas professoras da região estão preocupadas com o crescimento do uso de drogas e outros fatores “ilegais” que estão ocorrendo em Varre-Sai. Essas escolas contam com o policial Valério que executa um trabalho voluntário, indo de escola em escola, ministrando palestras onde ensina a boa conduta de um cidadão de bem, como é importante se manter longe das drogas e da “vadiagem”³⁸, frisando que o trabalho é a única forma de melhoria de vida. Suas palestras são ministradas uma vez por semana, durante 50 minutos, funcionando

³⁸ O termo vadiagem é considerado, na localidade, como sendo algo nocivo para a juventude em geral. Está relacionado com o desinteresse para o trabalho, estudo e a falta de vontade de fazer algo de suas vidas, algo produtivo, reconhecido assim por suas famílias e pela sociedade em questão. Andar com pessoas que dão mau exemplo, que brigam em festas, fumam, bebem, não seguem a igreja e usam drogas, traz uma influência negativa, onde a comunidade costuma taxar de vadio. Ter algum membro da família nestas condições é considerado vergonhoso.

como um curso, visitando de duas a três escolas por dia durante seis meses. Ao final de seu curso, os alunos recebem um certificado durante uma celebração (formatura) no CEEP do município. Suas aulas não variam, são sempre os mesmos assuntos, tanto em escolas rurais quanto em escolas urbanas. Durante a formatura as crianças das turmas que recebem esse curso, ganham uma camisa com as iniciais do programa – PROERD (Programa de Educação e Resistência às Drogas)³⁹

Todas essas instituições são reconhecidas pela família como sendo fontes importantes de orientação para seus filhos, *pois somente o trabalho dos pais não dá conta de tamanha complexidade que é educar um filho para a vida.*

Saber que seu filho está sendo reconhecido pelo outro como homem ou mulher de bem traz uma sensação de dever cumprido, onde os ensinamentos foram incorporados e toda a perpetuidade do nome. A consciência de que, levando o nome de sua família para o bem, todos seus membros encontrarão um reconhecimento almejado por muitos, transformando-se em exemplos positivos para aqueles que desejam educar seus filhos.

Quando falamos em exemplos positivos, isso varia de um lugar para outro e depende do contexto, mas, no geral, é saber lidar com as regras sociais impostas e com a moralidade esperada pela comunidade. O ato de ser reconhecido como alguém que detém as qualidades necessárias abre as portas, pois carregar a bandeira do bem, fazendo com que essa pessoa seja aceita em praticamente todos os círculos sociais da cidade. Ao contrário pode ocorrer, quando o outro encara que a educação dada não foi condizente, que sua moralidade é posta em xeque, a família sofre o afastamento, sendo vista como exemplo negativo do que não se pode fazer, não sendo aceita em muitos lugares.

³⁹ PROERD (2012) consiste em um esforço cooperativo da Polícia Militar, Escola e Família, visando, através de atividades educacionais em salas de aula, prevenir o abuso de drogas e a prática de atos de violência entre estudantes do Ensino Fundamental no país. O Programa, que é um plano de estudos organizados, é desenvolvido com auxílio de material didático, oferecendo estratégias preventivas para a comunidade escolar e potencializando a participação da família no contexto escolar e no convívio social.

O PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas foi implantado pioneiramente pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1992, e constituiu-se em uma moderna ferramenta do trabalho policial militar voltada para a redução do consumo de drogas entre jovens escolares. Seu surgimento foi uma consequência do interesse da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro em desenvolver um projeto de prevenção voltado para o maior esclarecimento da população, em especial, a de menor faixa etária, a respeito dos diversos aspectos relacionados ao abuso de drogas.

O PROERD tem o compromisso de complementar o Projeto Pedagógico das Unidades de Ensino, realizando uma abordagem eclética, combinando os aspectos positivos dos diversos programas de prevenção. Com o conteúdo baseado no modelo da educação afetiva, o cerne da filosofia do PROERD está na previsão do aprendizado cumulativo, ou seja, através de um Plano de Estudos sequencial e que promova o conhecimento acumulado, utilizando-se de aulas interativo-expositivas, dinâmicas de grupo, grupos cooperativos, demonstração por dramatização e resolução de exercícios (individuais e em grupos).

Esta aceitação é velada, pois não é dita com todas as letras, mas é sentida, pois ficam fora de certos tipos de aproximação do tipo: “meu filho não vai sair com o filho do fulano, pois este usa drogas; ou minha família não vai namorar com o filho de beltrano pois este não sabe educar bem, seu filho não trabalha, vive na vadiagem e não pode dar um futuro certo para minha filha”. São relatos de pais que se preocupam com o futuro de seus filhos e com quem eles andam. Esta fama é adquirida porque o outro diz sobre o comportamento de alguém, a dita fofoca pode colocar famílias inteiras em uma posição de prestígio ou rejeição.

Daí muitos pais se preocupam com a educação de seus filhos tanto em casa quanto em público, como se vestem, o que os outros irão pensar. Desta forma, o lugar da criança, dos filhos dessas famílias, vai dizer muito sobre o futuro que estas irão ter diante da sociedade. Como se fosse uma prova de fogo, educação reconhecida como boa seria o sucesso moral e social de uma família inteira.

Além de seu caráter como algo voltado para a sobrevivência e reprodução da família, o trabalho infantil em muitos casos, como diz Neves (2001), é justificado pela necessidade da compra do leite para o filho mais novo. É a expressão do dever moral, onde atribuir-se desde cedo este papel corresponde aos investimentos no sentido de, também desde cedo, ter a si atribuído papel fundamental na família. O exercício deste papel confere prestígio, mesmo que possa ser percebido como algo inadequado. Assim, ao transformar necessidade em virtude, a inserção laboral prematura dos filhos exprime a divisão familiar do trabalho e o sistema de valores morais que organiza a interdependência de seus membros. Todos, desde cedo, devem assumir responsabilidades na constituição dos bens fundamentais ao consumo. A ética expressa na aceitação do sacrifício e é assim constitutiva do *ethos* desta categoria de trabalhadores, também sintetizada de diversos valores de referência comportamental.

A autora Maya Mayblin (2010), em sua pesquisa, na cidade de Santa Lúcia (PE), verificou que mesmo havendo recursos com a implantação do PETI, muitas famílias estavam preocupadas com a exclusão de suas crianças do trabalho nas casas de farinha da região. Sendo a cidade católica, o trabalho é visto com um fator moralizante, neutralizando os pecados cometidos pelo indivíduo.

Deste modo, encontramos aqui e em diversas pesquisas estudadas, que o valor do trabalho não é somente o de suprir as necessidades econômicas de determinada família, existe um universo simbólico que engloba vários aspectos da vida. Esse universo é basicamente moral, onde o trabalho desempenha um papel organizador, através do qual condutas, ensinamentos e valores são repassados e (re)produzidas ao longo da vida dos indivíduos.

A Lei que proíbe o trabalho infantil não surta efeitos significativos dentro das famílias pesquisadas. A grande preocupação é se o filho vai à escola ou não, ou se há alguma forma de violência doméstica cometida contra as crianças e adolescentes. A própria escola procura justificar as faltas das crianças que estão trabalhando nas lavouras. A Lei contra o trabalho infantil não influencia a vida das pessoas de forma direta, o que percebemos foi uma interação de forma sutil entre o trabalho, a família e os atores responsáveis pela aplicação da lei.

Um caso interessante ocorrido no município, diz respeito a uma operação da polícia federal para verificação de ilegalidades em documentos de torrefação na região. Além dessas irregularidades, foi constatado em um determinado sítio o trabalho de menores de 18 anos, o que chamou atenção das autoridades. O fato curioso é que houve grande mobilização por parte das autoridades do município, como prefeito, vereadores, secretários, em justificar a prática e dizer que isso é visto com algo “natural”, algo que pertence ao modo de vida das famílias de agricultores e que o sitiante não poderia responder por uma prática corriqueira na região. Isto levou as autoridades federais a apenas verificar o problema com a torrefação de café e não foi levado a diante a questão do trabalho dos menores no sítio.

Esse fato mostra mais uma vez como a questão legal envolvendo o trabalho “precoce” no município é visto pelas autoridades locais e pela própria sociedade, uma prática “normal”, dentro do modo de vida das pessoas, levada com “naturalidade” e vista como algo primordial para a educação e economia local.

3.3. Conflitos Geracionais: Para que os Filhos Estão Sendo Socializados?

Em se tratando do futuro de seus filhos, existe uma diferenciação entre meeiros e proprietários. Os meeiros não querem seus filhos distantes, mas admitem que o trabalho é *pesado* e não querem isso para o futuro deles. Mencionam a importância dos estudos, mas não enxergam a saída deles para aprimorarem seus conhecimentos longe de Varre-Sai, terminar o segundo grau já é satisfatório, pois seus pais mal terminaram o ensino fundamental. Estão socializando suas crianças para se tornarem homens de bem, levando seus ensinamentos para o tipo de trabalho que escolherem em suas vidas. Gostariam de ter os filhos por perto, mas sabem que morar na cidade é a melhor oportunidade que eles podem ter. Não pensam em sua saída de forma autônoma, para que ela ocorra é preciso haver uma rede de relacionamento fora de Varre-Sai. Como, por exemplo, os filhos de agricultores que foram trabalhar fora do município, só o fizeram porque conheciam outras pessoas da mesma cidade e foram indicados

por estas para trabalharem na fábrica de cimento em Campo Grande-RJ, ou em outra atividade direcionada por conhecidos.

Os proprietários possuem uma preocupação relacionada ao legado de suas terras, querem seus filhos por perto para tocar a propriedade e fazer do campo o seu meio de vida. Encontram resistência, pois estes almejam estudar fora e constituir carreira distante do campo. Poucos são os que voltam, mesmo estudando Agronomia, acabam não ficando em suas propriedades e conseguem trabalho nos grandes centros ou fora da região.

Há certo conflito geracional, onde os mais velhos encaram a juventude de hoje mal educada, com problemas de caráter, que não quer saber do trabalho duro. Os jovens por sua vez procuram o reconhecimento de outra maneira, os filhos dos meeiros sentem vergonha em dizer que trabalham na lavoura, escondem o que fazem perante a escola e os amigos. Os filhos dos proprietários também escondem que trabalham no campo, mas gostam de dizer que são filhos de “fazendeiros”, demonstrando assim um *status* social ligado a riqueza de suas famílias (ou falsa sensação de riqueza).

Uma coisa é certa, o filho não pode perder o contato com a sua família. Mesmo distante, trabalhando em outra cidade, é preciso visitar, estar presente nas festas importantes de família e se comportar de acordo com o que é esperando pelos familiares e pela comunidade. Mesmo estando distante da cidade, seu caráter continua sobre o olhar dos outros. Um exemplo ocorre durante o festival do vinho (já mencionado anteriormente). As famílias se encontram, desfilam seus nomes em carros enfeitados e aqueles que estão distantes voltam para contemplar e prestigiar suas famílias, celebrando seu nome, seus vínculos com os membros mais antigos e com a história de seus antepassados. O desfile é um grande palco, onde o *amor* à família e ao nome de família é posto em prova e a vitória pertence àqueles que conseguirem reunir o maior número de membros, principalmente, os que estão distantes.

Observa-se, então, a existência de ambiguidade em relação ao valor que é dado ao trabalho. Em muitos casos ele é visto como fator moralizante e formador de caráter, em contrapartida, é desvalorizado como atividade, ganho de vida, enquanto profissão não tem o mesmo valor dado a sua moralidade.

Muitos agricultores não querem que seus filhos sigam essa profissão, procuram dar um melhor estudo para que consiga um trabalho melhor e, assim, uma ascensão social diferente da de seus pais. Existe uma diferenciação em relação aos meeiros e proprietários. Para os primeiros o continuar na lavoura é visto, de certa forma, como um fracasso, onde seus filhos não obtiveram oportunidade de melhorarem de vida. Já os proprietários preparam seus filhos

para herdarem suas terras, educam no campo e fora dele, procurando dar continuidade ao trabalho na agricultura. Alguns acabam se formando em técnicos agrícolas ou agrônomos, mas poucos são os que retornam para suas casas e assumem a propriedade. Procuram fora de Varre-Sai uma melhor oportunidade de trabalho e, com isso, fazem sua vida fora do campo, ou dentro desse de outra forma, como consultores agrícolas ou algo parecido.

Então, resta-nos a pergunta: para que os filhos desses agricultores estão sendo socializados? Para os meeiros seria a busca de uma formação moral, onde seus filhos levariam para qualquer profissão os ensinamentos no campo, de como trabalhar bem, acordar cedo e não ter medo do trabalho duro. Já para os proprietários, seria interessante repassar o seu legado para seus filhos, além do fator moralizante - ser proprietário é um *status* valorizado na comunidade. Alguns filhos abraçam essa ideia, mas a maioria prefere sair de Varre-Sai e viver nas grandes cidades. Ter um pai proprietário acaba sendo, de certa forma, uma poupança ou garantia. Se algo der errado, a volta para casa é certa e assumir os negócios da família é uma boa saída.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos descrever nesta dissertação a forma que crianças e adolescentes são educadas e preparadas para a vida, de como o trabalho é tido pelos agricultores familiares como a base para a formação moral e social dos filhos de pequenos agricultores do município de Varre-Sai. Além disso, notamos que a questão do trabalho “precoce” cria certo deslocamento entre a perspectiva legal e o ponto de vista das ciências sociais. A perspectiva jurídica, e de todos preocupados com a intervenção, é a de normatizar as práticas, enquanto a perspectiva adotada em nosso trabalho é a de descrever, analisar e compreender o trabalho das crianças em um determinado contexto social e moral.

Durante a pesquisa de campo, percebeu-se um consenso entre os moradores locais ao afirmarem que o trabalho dignifica, educa, moraliza e cria um legado baseado em reconhecimentos sociais de uma boa educação repassada para os filhos. Ouvindo muito sobre o assunto, foi curioso notar que o conselho tutelar da região (até o final da presente pesquisa) não efetuou nenhuma denúncia em relação à prática de trabalho infantil nas lavouras de café de Varre-Sai.

Questionando este ponto, percebemos que o trabalho é tomado de forma distinta no município e redondezas, possuindo significados diferentes do que é percebido por outros pressupostos – como os pressupostos da legislação brasileira, por exemplo, que proíbe o que poderia ser considerado, por ela, como trabalho infantil. Ao aprofundar no assunto, pode-se notar que essa prática é corriqueira nas lavouras de café. A família precisa da “ajuda” de seus filhos para dar conta da colheita no tempo certo, uma necessidade simbólica e financeira. Assim, com a ajuda familiar, os recursos financeiros não são divididos com terceiros, havendo um melhor aproveitamento dos valores dentro da própria família.

Quando falamos de necessidade, mencionamos a simbólica, pois não é somente o fator financeiro que dita a utilização da mão-de-obra de crianças e adolescentes. Famílias que possuem uma melhor condição de vida - vistas pela sociedade varresaiense como sendo proprietárias de terras de cultivo, possuindo casas na cidade e *status* perante a localidade - utilizam comumente a mão de obra de seus filhos como fator moralizante e socializador. Na região, é comum ocorrer esta prática, reproduzida (de certa forma) por professoras em escolas

locais quanto por outras instituições sociais, como a figura do policial que ronda as escolas ensinando o que é considerado certo e errado.

Portanto, ao mencionarmos que existe um ponto de vista legal e moral dentro de Varre-Sai, estamos falando de agentes com total autonomia para cumprir o que a lei determina, mas por fatores simbólicos e tendo em vista a transmissão moral e social que receberam durante sua vida, há outra percepção a respeito da “precocidade” ou não do trabalho das crianças, devido a uma moralidade familiar e modo de vida encontrado na região. Desta maneira, não encontramos indícios de denúncias por parte dos agentes legais em relação ao trabalho das crianças e adolescentes no município e não há desconforto por parte dos pais em colocarem seus filhos na lavoura.

A existência de uma legislação faz novos mecanismos serem recriados para que a prática desse modo de vida permaneça. Um exemplo é haver nas escolas uma grande preocupação em justificar as faltas dos alunos, que por muitas vezes estão ajudando seus pais nas lavouras em dias de aula. Assim, não há o registro de faltas devido ao trabalho “precoces”. Ao passar o período da colheita, tudo volta ao normal, as crianças estudam e ajudam seus pais depois das aulas. Sendo a professora fruto de uma socialização onde o trabalho está inserido desde cedo na base educacional das crianças, sua percepção (e a de muitos) é que essa prática não é prejudicial, muito pelo contrário, é necessária para uma formação moral e digna, transformando crianças em futuros cidadãos de bem.

Quando mencionamos a moral varresaiense não podemos separá-la do trabalho e, muito menos, da influência que esta exerce no cotidiano das famílias pesquisadas. Ser trabalhador implica em ser reconhecido socialmente como tal e, assim, construir uma reputação firme e, ao mesmo tempo, delicada, posta em prova a todo o momento pela sociedade e, principalmente, pelas atitudes de seus filhos. Ter um filho reconhecido como pessoa de bem é saber que este foi socializado dentro do que é esperado pela sociedade varresaiense. O dar duro, ter as mãos calejadas, acordar cedo etc. são atributos de uma pessoa preocupada com a família, o sustento de sua casa e, acima de tudo, com sua reputação.

O pior que pode ocorrer dentro de uma família de agricultores é ter um filho ou filha vistos como preguiçosos e vadios, que não querem saber de fazer nada na vida. O estudar é importante, mas, acima de tudo, o trabalhar é visto como algo dignificante, educador e moralizante. Estudar para ser alguém na vida é dizer, ao mesmo tempo, estudar para conseguir um bom trabalho, e este bom trabalho está associado ao dar duro e sustento familiar.

Portanto, a moral é construída em um mundo repleto de simbolismos, onde seguir uma religião, ser bem falado nas rodas sociais, ter seu nome como exemplo positivo ou apontado como família de sangue trabalhador são sinônimos de *status* social almejado por estas famílias. Os valores morais estão imersos em um lugar que valoriza o trabalho como algo que não pode ser dissociado da vida dessas famílias. O filho reconhecido como sendo bem educado traz consigo a carga positiva de uma educação que contemplou o que era esperado, e que foi bem sucedida aos olhos dos outros. Além disso, a coragem de trabalhar implica em uma conduta moral, na qual a confiança que esta pessoa transmite é de ser honesta, trabalhadora e responsável.

O contrário também pode ocorrer: ter um filho visto como preguiçoso, vadio e drogado, por exemplo, traz uma carga negativa que é transmitida aos membros da família desonrada, acusada de falhar na transmissão dos valores morais e sociais, não sabendo educar seus filhos.

A transmissão desses valores independe da classe social do agricultor. Tanto meeiros quanto proprietários possuem uma reputação baseada em uma socialização que tem como base o trabalho. Notamos, na comunidade estudada, a importante ligação entre o trabalho, a terra, o saber-fazer e, acima de tudo, o *status* moral que os membros de determina família herdam por toda a vida. Quando falamos de ser um bom trabalhador, isso é algo também herdado - a conduta de um membro de determinada família diz muito nessa localidade. Ser da família de fulano ou cicrano traz consigo a carga moral de um reconhecimento social. De forma distinta, mas dentro de um mesmo contexto, temos os meeiros e proprietários de terras. Para os primeiros, a honra e a fama de ser um homem/mulher de bem está relacionada aos membros da família e não ao seu sobrenome, como ocorre no caso dos proprietários, no qual ter um determinado sobrenome diz muito sobre o caráter de uma pessoa em Varre-Sai.

Esses agricultores socializam seus filhos dentro de uma lógica simbólica alicerçada ao trabalho como fator moralizante. O trabalho na terra traz, de certa forma, consequências positivas, mesmo sendo negado por muitos filhos de meeiros, onde o reconhecimento da profissão de agricultor é visto como algo negativo, ruim ao seu futuro e mal visto por muitos.

O que podemos considerar, é que na comunidade estudada a categoria trabalho delimita o sucesso e o fracasso da educação dos filhos desses agricultores, pois o reconhecimento social daquele que é considerado homem bom ou não depende de como seus filhos irão se portar perante a sociedade em questão. Como elucidação, analisamos o festival

que ocorre durante o Dia do Colono, onde serve para colocar em cheque a reputação dessas famílias e dizer que a formação de seus membros foi bem sucedida ou não.

Procuramos ilustrar nesta pesquisa elementos para pensar os inúmeros olhares que enxergam de forma bastante distinta o trabalho “precoce”. Em momento algum, negamos os pressupostos legais e a importância da discussão desse tema para a sociedade. Há relatos em nosso campo de crianças que estão muito atrasadas na escola em relação às suas idades e às séries cursadas, também sabemos que muitas faltam as aulas durante a época de *panha* do café.

O trabalho na lavoura não é uma função leve. Mesmo tendo a definição nativa do que é leve ou pesado, percebemos que colher café não é uma tarefa simples, é cansativo, há riscos - como sofrer picadas por algum animal peçonhento. Sabemos da importância de uma legislação disposta a erradicar práticas danosas à saúde de crianças e adolescentes. Buscamos, aqui, apenas traçar uma forma de análise para outro olhar: o do modo de vida e da moral, onde o trabalho dessas crianças é tido como importante para a reprodução de um modo de vida.

A idade de se começar a trabalhar foi sendo construída ao longo do tempo e está associada ao amadurecimento intelectual e físico reconhecido na região. Não encontramos, em nossas pesquisas, crianças menores de 12 anos ajudando diretamente na lavoura. Encontramos, sim, em afazeres domésticos, em cuidados com a horta e trato de animais. Estas são atividades consideradas essenciais para o funcionamento interno familiar, pois, sem o auxílio de seus filhos, na maioria meninas, a mãe não poderia ir para a lavoura ajudar seu marido.

A terra, o trabalho, a moral e o modo de vida foram questões que procuramos compreender, e entendemos que fazem parte do cotidiano dos agricultores familiares do município de Varre-Sai. Acreditamos que muitas questões ainda estão abertas e merecem um melhor aprofundamento em outro tempo. Percebemos que no município foram criadas formas para conviver com diferentes pressupostos, pois a socialização, mesmo não sendo estática com suas variações, acaba por recriar formas de conviver com as mudanças sofridas ao longo do tempo, onde ser agricultor e depender da terra para o seu sustento não é mais o sonho almejado por muitos jovens.

Contudo, o que os pais esperam que fique, é a conduta que seus filhos levarão para as diversas atividades ao longo de suas vidas, seja no campo ou na cidade. O importante é ser reconhecido como *pessoa de bem*, não importando o trabalho executado, de faxineiro a

advogado. Ser honesto, acordar cedo, seguir um modelo moral e transmitir esses valores a seus filhos é a forma encontrada pelos agricultores familiares para que esse modo de vida continue por gerações, independente de serem descendentes ou não dos imigrantes italianos. Uma forma de reconhecimento de sua maneira de ser, de educar e socializar seus filhos, diante da sociedade e de diversos olhares que divergem sobre o significado do trabalho precoce na vida dessas famílias de agricultores de Varre-Sai.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARAQUE, Eliane. *A naturalização do trabalho infantil*. Tribunal Superior do Trabalho – coordenadoria de documentação. Bibliografia selecionada. Trabalho infantil. Textos eletrônicos. Disponível em: http://www.fnpeti.org.br/artigos/art_ea2.pdf

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BERGER, Peter ; BERGER, Brigitte. *Socialização: como ser um membro da Sociedade*. In: foracci, marialice m., martins, josé de souza (orgs.). *Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia*. São paulo/rio de janeiro. Livros Técnicos e científicos. 1973. 200-214.

BERGER, Peter, LUCKMANN, Thomaz. *A construção social da realidade*. Petrópolis: vozes, 1976.

CAMPOS, Herculano Ricardo; ALVERGA, Alex Reinecke de. *Trabalho Infantil e Ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho*. Estud. psicol. (Natal) vol.6 no.2 Natal July/Dec. 2001

CAMPOS, Herculano Ricardo; FRANCISCHINI, Rosângela. *Trabalho Infantil Produtivo e Desenvolvimento Humano. Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, n. 1, p. 119-129, jan./jun. 2003.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 7º Ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. *O Combate ao Trabalho Infantil na Voz e na Agenda da Sociedade e do Estado Brasileiro*. In: ARREGUI, Carola. C. (org.). *Erradicação do trabalho infantil. Dimensionando as Experiências de Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Bahia*. São Paulo: EDUC; IEE/PUC-SP: FINEP, 2000.

CARVALHO, Rosane aparecida bartholazzi de. *Imigrantes italianos em uma nova Fronteira*. Noroeste fluminense (1896-1930). Vassouras. 2001.

CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi. *Imigrante Italiano na Nova Fronteira do Café de 1897-1930*. ‘Usos Do Passado’ — XII Encontro Regional De História Anpuh-RJ. 2006

COELHO, Ana. *Repensar o campo da educação de infância*. Revista Iberoamericana de Educación ISSN: 1681-5653 n.º 44/3 – 25 de octubre de 2007 EDITA: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI)

CORSARO, William (2000): Early education, children’s peer culture, and the future of childhood. *European Early Childhood Education Research Journal*, 8(2), 89-102.

DA MATTA, Roberto. *A família como valor: Considerações não-familiares sobre a família à brasileira*. In: ALMEIDA, A.M.de; CARNEIRO, M.J.; PAULA, S.G. de (orgs.). *Pensando a família no Brasil: Da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1987.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L.: *Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, Rio de Janeiro, Zahar 200

FONSECA, Cláudia. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gêneros e violência em grupos populares*. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004

FRAZÃO – MOREIRA, Amélia (1996). *Aprendizagem no Grupo Doméstico*. In: O Saber das Crianças, Instituto das Comunidades Educativas, nº3, Setúbal.

FUKUI, Lia Freitas Garcia. *Sertão e bairro rural: parentesco e família entre sitiantes tradicionais*. São Paulo: Ática, 1979.

GARCIA Jr., Afrânio Raul. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e terra: 1983.

GOMES, Jerusa Vieira. *Família e Socialização*. Faculdade de Educação. USP. Psicologia USP, São Paulo, 3(1/2), p. 93-105, 1992

GOMES, Jerusa Vieira. *Socialização Primária: tarefa familiar?* Cad. Pesq., São Paulo, n.91, p.54-61, nov. 1994.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua, VENDRUSCOLO, Rafaela. *Infância e trabalho nas unidades de produção familiar*. IV Encontro da Rede de Estudos Rurais. GT 04 - Família, Gênero e Geração. Curitiba-PR, 2010.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. *Infância Camponesa: Processos de socialização*. In: NEVES, Delma Pessanha, SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Orgs.). *Processos de consituição e reprodução do campensinato no Brasil: Formas tuteladas de condição camponesa*. Editora Unesp. Volume 01. 2008. 113-134.

MARQUES, Ana Claudia. *Intrigas e questões. Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 2002.

MARTINS, José de Souza. *A infância breve na sociedade da indiferença*. O Estado de s. Paulo. 2006. Disponível em: [Http://www.eagora.org.br/](http://www.eagora.org.br/)

MAYBLIN, Maya. *Learning courage: child labour as moral. Practice in northeast brazil*. Ethnos, vol. 75:1, march 2010 (pp. 23–48)

MENEZES, Maria Aparecida de. *Relações entre pais, mães e filhas(os) em famílias camponesas: memórias de infância*. teoria & pesquisa 49. jul/dez de 2006

MOURA, Esmeralda B. Bolsanaro. *Crianças operárias na recém industrializada São Paulo*. In: Del Priore, Mary. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

NASCIMENTO, Maria João da Silva. *Caracterização do Trabalho Infantil em Contexto Rural*. Disponível em:
[http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9044/2/Tese %20Doutoramento %20Maria%20Jo%C3%A3o%20da%20Silva%20Nascimento.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9044/2/Tese_%20Doutoramento_%20Maria%20Jo%C3%A3o%20da%20Silva%20Nascimento.pdf)

NEVES, Delma pessanha. *A pobreza como legado*. O trabalho infantil no meio rural da sociedade brasileira. *Revista de história regional* 6(2): 149-173, inverno 2001

OLIVEIRA, Érica diniz. *Trabalho infantil: causas, conseqüências e políticas sociais*. Universidade de Brasília . Departamento de economia. Programa especial de treinamento. Brasília, abril de 2004. Disponível em:
Http://vsites.unb.br/face/eco/peteco/dload/monos_022003/erica.pdf

PEREIRA, Tânia da Silva. *Infância e Adolescência: Uma Visão Histórica de sua Proteção Social e Jurídica no Brasil*. Disponível em: <http://www.abmp.org.br/textos/208.htm>

Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador. Segunda edição (2011-2015). Subcomissão de revisão do plano nacional de prevenção e erradicação. Do trabalho infantil. Abril de 2011.

ROCHA, Rita de Cássia Luiz da. *História da Infância: Reflexões acerca de Algumas Concepções Correntes*. ANALECTA Guarapuava, Paraná v. 3 no 2 p. 51-63 jul/dez. 2002

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 4ª edição. São Paulo. Cortez Editora, 2007.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira Dos Santos. *Infância: Sol Do Mundo*. Primeira Conferência Nacional de Educação e a Construção Da Infância Brasileira. Curitiba, 1927. Tese de doutorado apresentado ao departamento de história, setor de ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1997

SILVA, Augusto César Pinheiro da. *As estratégias de modernização do espaço rural Fluminense: técnica, planejamento e gestão no campo do Rio de Janeiro..CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v. 1, n. 2, p. 92-122, ago. 2006. Disponível em:
<http://www.mda.gov.br/portal/>

SIQUEIRA, Márcia Smarzaró. *O trabalho das crianças na agricultura familiar capixaba*. São Paulo, 2006. 249f. Tese de doutorado. Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2006.

SOUSA, Emilene Emilene. *Relativizando a partir de uma experiência etnográfica: caso das crianças Capuxu*. *Revista de Pós Ciências Sociais*. Vol. 1, nº 2 (2004)

STROPASOLAS, Valmir Luiz. *Processos de Socialização das Crianças nas Comunidades Rurais*. 4º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS. Mundo Rural, Políticas

Públicas, Instituições e Atores em Reconhecimento Político 06 a 09 de julho, UFPR, Curitiba (PR), 2010.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: Homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo. Brasiliense, 1986.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Colonos do Vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. 2º Ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1984.

VIANNA, Adriana de R. B. *Quem deve guardar as crianças?* Dimensões tutelares da gestão contemporânea da infância. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza (Org.). *Gestar e Gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Relume Dumará. Rio de Janeiro, 2002. 271-312.

VIEIRA, Joice Melo. *Transição para a vida adulta no Brasil: análise comparada entre 1970 e 2000*. R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 25, n. 1, p. 27-48, jan./jun. 2008. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol25_n1_2008/vol25_n1_2008_4artigo_p27a48.pdf

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: Estudo do homem nos trópicos*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1977.

WOORTMANN, E.F.; WOORTMANN. K. *O trabalho da terra: A lógica e a simbólia da lavoura camponesa*. Editora UNB. Brasília, 1997.

Sítios pesquisados:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1613&z=t&o=11&i=P>, acessado em 03/08/2009.
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>, acessado em 20/09/2010.
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?nomemun=Varre-Sai&codmun=330615&tema=censoagro2006&desc=Censo%20Agropecu%20rio%202006%20&legenda=Fonte%3A%20Censo%20Agropecu%20rio%202006.%20NOTA%3A%20Os%20dados%20com%20menos%20de%203%20%20tr%EAs%29%20informantes%20est%E3o%20desidentificados%2C%20apresentando%20a%20express%E3o%20%3Cb%3EN%E3o%20dispon%E3o%20da%20informa%E7%E3o.&uf=rj&r=2>, acessado em 04/02/2011
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=330615#>, acessado em 04/02/2011
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm, acessado em 02/02/2011
http://www.mte.gov.br/trab_infantil/pub_6361.pdf. Brasília, 2004. Acessado em 07/02/2011
http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BD5176A277C89/pub_541.pdf, acessado em 8/02/2011

<http://www.varresai.rj.cnm.org.br/portal1/municipio/historia.asp?iIdMun=100133090>,
acessado em 09/02/2011

<http://www.missatridentina.com.br/>, acessado em 25/03/2011

[http://ciespi.org.br/media/decreto 16272 20 dez 1923.pdf](http://ciespi.org.br/media/decreto_16272_20_dez_1923.pdf)

<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>.

<http://www.proerd-pmerj.com/>